



# Demonstrações Financeiras 2019





KPMG Auditores Independentes  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da Eneva S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eneva S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eneva S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Eneva S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de

acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Valor recuperável do imobilizado, intangível e investimentos

Conforme notas explicativas nº 13, 14 e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas são requeridas anualmente a efetuarem teste de redução ao valor recuperável de ágios por expectativa de rentabilidade futura (<i>'Goodwill'</i>) originados da aquisição de subsidiárias no segmento térmicas a gás, classificado no intangível. Adicionalmente, também é avaliado, se há qualquer indicação de perda por redução ao valor recuperável (<i>'impairment'</i>) ou de reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores, para os demais ativos não financeiros nos segmentos térmicas a carvão, térmicas a gás e <i>upstream</i>, e nos investimentos em subsidiárias.</p> <p>A avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGCs) da Companhia e suas controladas, nas quais tais ativos foram alocados, envolve julgamentos significativos utilizados nas projeções de fluxos de caixa futuros, incluindo a demanda esperada de utilização das térmicas, preços de venda de energia esperados no ambiente regulado, gastos e custos associados para manutenção de equipamentos e insumos e taxas de desconto.</p> <p>Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria em função dos julgamentos complexos e do alto grau de subjetividade contido nas projeções de fluxos de caixa e na determinação dos demais premissas relevantes elaboradas pela Companhia, que se fossem alteradas, poderiam resultar em valores substancialmente diferentes daqueles utilizados na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, principalmente, os seguintes aspectos:</p> <p>Avaliamos o desenho dos controles internos chave, relacionados ao processo de apuração do valor recuperável das UGCs da Companhia e suas controladas.</p> <p>Avaliação de política de aprovação dos orçamentos e da determinação das premissas utilizadas e das projeções dos fluxos de caixa pela Administração da Companhia e suas controladas.</p> <p>Com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as metodologias e as principais premissas utilizadas nas projeções como a demanda esperada de utilização das térmicas, preços de venda de energia esperados no ambiente regulado, gastos e custos associados para manutenção de equipamentos e insumos, taxas de crescimento e taxas de desconto, inclusive a consistência e a aderência dessas premissas às práticas usuais de mercado, e recalculamos a apuração dos valores recuperáveis.</p> <p>Adicionalmente, realizamos a conferência aritmética da apuração dos valores recuperáveis, confrontando-os com as demonstrações financeiras e relatórios gerenciais elaborados pela Administração.</p> <p>Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas sobre o teste de redução ao valor recuperável de ativos estão adequadas.</p>

	<p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação sobre o teste de redução ao valor recuperável de ativos, que foram integralmente registrados e divulgados pela administração.</p> <p>Com base nos procedimentos e nas evidências obtidas na execução dos procedimentos acima resumidos, consideramos os valores contábeis do imobilizado, intangível e investimentos, bem como as divulgações relacionadas, como aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>
--	---

**Valor recuperável dos impostos diferidos ativos**

Conforme nota explicativa nº 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

<b>Principal assunto de auditoria</b>	<b>Como auditoria endereçou esse assunto</b>
<p>A Companhia e suas controladas possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, relacionados à prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos com base em estudos que contém projeções utilizadas para fundamentar a disponibilidade de lucros tributáveis futuros.</p> <p>As projeções de resultados futuros desses estudos incluem premissas relevantes, principalmente referentes ao volumes e preços de venda de energia estimados, gastos para manutenção de equipamentos e insumos e demais custos associados, assim como crescimento econômico projetado para o setor e investimentos de capital.</p> <p>Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria em função dos julgamentos complexos e do alto grau de subjetividade contido nas projeções elaboradas pela Companhia que, se fossem alteradas, poderiam resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, principalmente, os seguintes aspectos:</p> <p>Avaliamos o desenho dos controles internos chave, relacionados ao processo de apuração dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.</p> <p>Obtivemos o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros elaboradas pela Companhia, incluindo a avaliação de política de aprovação dos orçamentos e da determinação das premissas utilizadas e das projeções pela administração da Companhia e suas controladas.</p> <p>Com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas avaliamos as principais premissas utilizadas na preparação das projeções dos fluxos de caixa, que suportam o valor dos lucros tributáveis futuros, como volumes e preços de venda de energia estimados, gastos para manutenção de equipamentos e insumos e demais custos associados, assim como crescimento econômico projetado para o setor e investimentos de capital, avaliando a razoabilidade, a consistência e a aderência às práticas usuais de mercado para as metodologias e os julgamentos utilizados na determinação das projeções, bem como avaliamos a análise de sensibilidade na projeção de receita e dos custos, comparando-os com o resultado esperado de lucro tributável futuro e recalculando o limite do valor a ser registrado como imposto diferido</p>

	<p>ativo da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, realizamos a conferência aritmética dos valores apurados com base nos fluxos de caixa futuros e resultados projetados, confrontando-os com as demonstrações financeiras e relatórios gerenciais elaborados pela Administração.</p> <p>Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas sobre imposto de renda e contribuição social diferido ativo estão adequadas.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do imposto de renda e contribuição social diferido ativo que foram integralmente registrados e divulgados pela administração.</p> <p>Com base nos procedimentos e nas evidências obtidas na execução dos procedimentos acima resumidos, consideramos os valores contábeis de imposto de renda e contribuição social diferido ativo, bem como as divulgações relacionadas, como aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>
--	---

#### Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório

está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades e atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-0144/O-6 F-RJ



Luis Claudio França de Araújo  
Contador CRC RJ-091559/O-4

## 1- DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

A Eneva S.A. apresenta as Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards – IFRS*). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 23 de março de 2020.

DRE Consolidado	(R\$ milhões)		
	2019	2018	%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>3.137,4</b>	<b>3.301,1</b>	<b>-5,0%</b>
Custos Operacionais	(1.899,2)	(2.012,4)	-5,6%
Depreciação e amortização	(414,1)	(414,0)	0,0%
Despesas Operacionais	(373,5)	(333,3)	12,1%
PCLD + Poços secos <sup>1</sup>	(37,0)	(38,2)	-3,1%
Depreciação e amortização	(75,9)	(52,1)	45,7%
<b>EBITDA (s/PCLD e Poços Secos)</b>	<b>1.391,7</b>	<b>1.459,8</b>	<b>-4,7%</b>
Outras receitas/despesas	101,1	197,1	-48,7%
Resultado Financeiro Líquido	(410,2)	(541,0)	-24,2%
Equivalência Patrimonial	0,9	0,6	43,0%
<b>EBT</b>	<b>556,5</b>	<b>612,1</b>	<b>-9,1%</b>
Impostos Correntes e Diferidos	42,6	274,5	-84,5%
Participações Minoritárias	(1,7)	0,4	N/A
<b>Resultado Líquido Eneva</b>	<b>600,8</b>	<b>886,2</b>	<b>-32,2%</b>
<b>Dívida Líquida (R\$ Bilhões)</b>	<b>3,9</b>	<b>3,8</b>	<b>1,9%</b>
<b>Investimentos (R\$ Milhões)</b>	<b>1.019,2</b>	<b>228,3</b>	<b>346,4%</b>
<b>Força de Trabalho - colaboradores próp</b>	<b>907</b>	<b>842</b>	<b>7,7%</b>
<b>Força de Trabalho - terceirizados</b>	<b>2.616,0</b>	<b>759,0</b>	<b>244,7%</b>

<sup>1</sup> Reclassificação dos custos de Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) + Poços Secos para despesas operacionais a partir do 1T18.

A receita líquida consolidada em 2019 totalizou de R\$ 3.137 milhões, apresentando redução de 5% em relação ao ano anterior (R\$ 3.301 milhões).

Os custos operacionais consolidados também apresentaram redução, de 6%, quando comparados a 2018, totalizando R\$ 1.899 milhões. As despesas operacionais atingiram R\$ 374 milhões, comparados aos R\$ 333 milhões verificados no ano anterior, face ao crescimento da Companhia.

O EBITDA consolidado, excluindo despesas poços secos, alcançou R\$ 1.392 milhões em 2019, comparados aos R\$ 1.460 milhões verificados no ano anterior.

A redução da receita líquida foi motivada, principalmente, pela queda nos preços internacionais do carvão (CIF-ARA) e gás (*Henry Hub*), indexadores das receitas variáveis das usinas de Itaquí, Pecém II e Parnaíba I. Em contrapartida, merece destaque a ampliação das margens fixas nos segmentos de geração, que mais do que compensou a redução das margens variáveis e o aumento das despesas operacionais.

Ao final de dezembro de 2019, a razão dívida líquida consolidada/EBITDA dos últimos 12 meses era de 2,8x.

Dados operacionais					
		4T19	4T18	2019	2018
Itaquí	Disponibilidade (%)	99%	100%	99%	91%
	Despacho (%)	97%	35%	46%	42%
	Geração Líquida (GWh)	668	247	1.277	1.027
	Geração Bruta (GWh)	755	279	1.442	1.163
Pecém II <sup>1</sup>	Disponibilidade (%)	86%	92%	81%	96%
	Despacho (%)	98%	45%	70%	67%
	Geração Líquida (GWh)	605	278	1.463	1.796
	Geração Bruta (GWh)	674	311	1.635	2.014
Parnaíba I	Disponibilidade (%)	94%	99%	98%	96%
	Despacho (%)	98%	28%	45%	45%
	Geração Líquida (GWh)	1.328	373	2.456	2.417
	Geração Bruta (GWh)	1.375	387	2.544	2.512
Parnaíba II	Disponibilidade (%)	95%	98%	97%	93%
	Despacho (%)	100%	66%	64%	61%
	Geração Líquida (GWh)	1.023	672	2.617	2.495
	Geração Bruta (GWh)	1.074	707	2.748	2.628
Parnaíba III	Disponibilidade (%)	95%	100%	98%	97%
	Despacho (%)	82%	28%	27%	37%
	Geração Líquida (GWh)	295	102	382	536
	Geração Bruta (GWh)	304	106	393	556
Parnaíba IV	Disponibilidade (%)	90%	97%	96%	92%
	Despacho (%)	98%	66%	45%	55%
	Geração Líquida (GWh)	102	74	193	212
	Geração Bruta (GWh)	107	77	202	222
Upstream Bacia do Parnaíba	Despacho UTG (%)	91%	38%	46%	46%
	Produção (Bi m <sup>3</sup> )	0,70	0,29	1,41	1,41
	Reservas remanescentes (Bi m <sup>3</sup> )	24,1	21,4	24,1	21,4

<sup>1</sup> A partir de 10 de agosto, a usina de Pecém II entrou em manutenção preventiva, finalizando em outubro (*major overhaul*).

## RESULTADO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Resultado Financeiro	(R\$ milhões)		
	2019	2018	%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>125,4</b>	<b>115,8</b>	<b>8,3%</b>
Receitas de aplicações financeiras	96,0	66,3	44,8%
Multas e juros recebidos	4,7	19,9	-76,2%
Juros sobre debêntures	-	11,6	N/A
Outros	24,7	18,1	36,5%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(535,6)</b>	<b>(656,9)</b>	<b>-18,5%</b>
Multas e juros de mora	(3,1)	(27,8)	-88,9%
Encargos de dívida	(272,3)	(452,0)	-39,7%
Juros sobre provisão de abandono	(6,9)	(5,9)	16,1%
Comissões e corretagens financeiras	(2,4)	(30,2)	-92,0%
IOF/IOC	(4,0)	(4,5)	-11,2%
Juros sobre debêntures	(205,6)	(72,5)	183,8%
Outros	(33,3)	(42,1)	-20,9%
Variação cambial e monetária	(19,3)	(20,4)	-5,1%
Perdas/ganhos com derivativos	11,4	(1,5)	N/A
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(410,2)</b>	<b>(541,0)</b>	<b>-24,2%</b>

Em 2019, a ENEVA registrou um resultado financeiro líquido negativo no valor de R\$ 410 milhões, contra um resultado também negativo de R\$ 541 milhões no mesmo período do ano passado.

O resultado foi impactado não apenas pela queda dos índices que corrigem os contratos de financiamento e debêntures da Companhia, mas também pelo refinanciamento de dívidas com custo mais elevado. No primeiro semestre de 2019, a Companhia captou R\$ 2,0 bilhões através da emissão de debêntures simples, com custo médio de CDI+1,2% a.a.. Os recursos captados foram em sua maior parte destinados à liquidação antecipada do saldo remanescente da dívida do plano de recuperação judicial, cujo custo era de CDI+2,8% a.a.. O custo médio da dívida passou de 9,5% no último trimestre de 2018 para 8,2% em igual período de 2019.

O saldo da dívida líquida consolidada no final de 2019 era de R\$ 3,9 bilhões, comparados aos R\$ 3,8 bilhões registrados em dezembro de 2018.

## INVESTIMENTO

O investimento no ano de 2019 totalizou R\$ 1.056 milhões, montante 296% superior ao investido no ano de 2018. O crescimento do investimento foi motivado, principalmente, pela construção da usina Parnaíba V e do projeto integrado Azulão-Jaguatirica, que em conjunto demandaram R\$ 665 milhões em investimentos em 2019. Merece destaque também a realização da *major overhaul* em Pecém II, concluída no último trimestre, que demandou R\$ 33 milhões, e a inspeção e manutenção do hot gas path de Parnaíba I e III, que demandou R\$ 85 milhões.

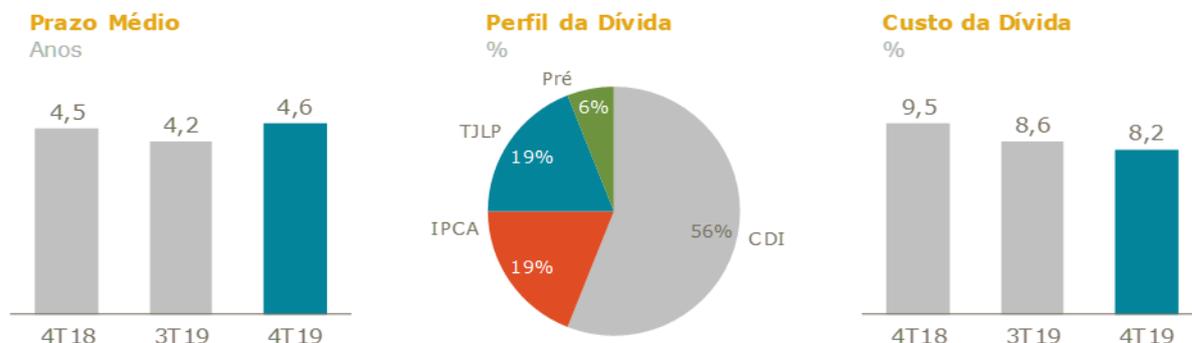
Capex	(R\$ milhões)				
	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
<b>Geração a Carvão</b>	<b>4,5</b>	<b>11,2</b>	<b>34,8</b>	<b>33,0</b>	<b>83,6</b>
Pecém II	0,5	1,8	29,1	17,7	49,1
Itaqui	4,0	9,3	5,7	15,4	34,4
<b>Geração a Gás</b>	<b>11,8</b>	<b>7,4</b>	<b>35,3</b>	<b>54,6</b>	<b>109,0</b>
Parnaíba I	10,4	1,4	32,7	3,8	37,9
Parnaíba II <sup>1</sup>	1,3	8,8	2,6	58,4	71,2
<b>Parnaíba V</b>	<b>42,1</b>	<b>75,5</b>	<b>104,5</b>	<b>142,7</b>	<b>364,7</b>
<b>Azulão-Jaguatirica</b>	<b>0,5</b>	<b>53,7</b>	<b>144,0</b>	<b>101,9</b>	<b>300,2</b>
<b>Upstream</b>	<b>28,4</b>	<b>37,1</b>	<b>37,0</b>	<b>61,3</b>	<b>163,8</b>
Poços secos	0,5	26,1	6,4	4,1	37,0
<b>Geração Distribuída</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14,5</b>	<b>14,5</b>
<b> Holding</b>	<b>2,9</b>	<b>4,8</b>	<b>4,2</b>	<b>8,5</b>	<b>20,5</b>
<b>Total</b>	<b>90,2</b>	<b>189,6</b>	<b>359,8</b>	<b>416,6</b>	<b>1.056,2</b>

<sup>1</sup> O capex de Parnaíba II inclui o capex das UTEs Parnaíba III e Parnaíba IV, conforme reestruturação societária anunciada no 4T18.

## ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta consolidada (líquida do saldo de depósitos vinculados aos contratos de financiamento e custos de transação) totalizou R\$ 5.658 milhões, aumento de 9,6% quando comparado ao final de 2018. O custo médio efetivo da dívida no trimestre foi de 8,2% e o prazo médio de vencimento de 4,6 anos.

### Perfil da dívida bruta consolidada

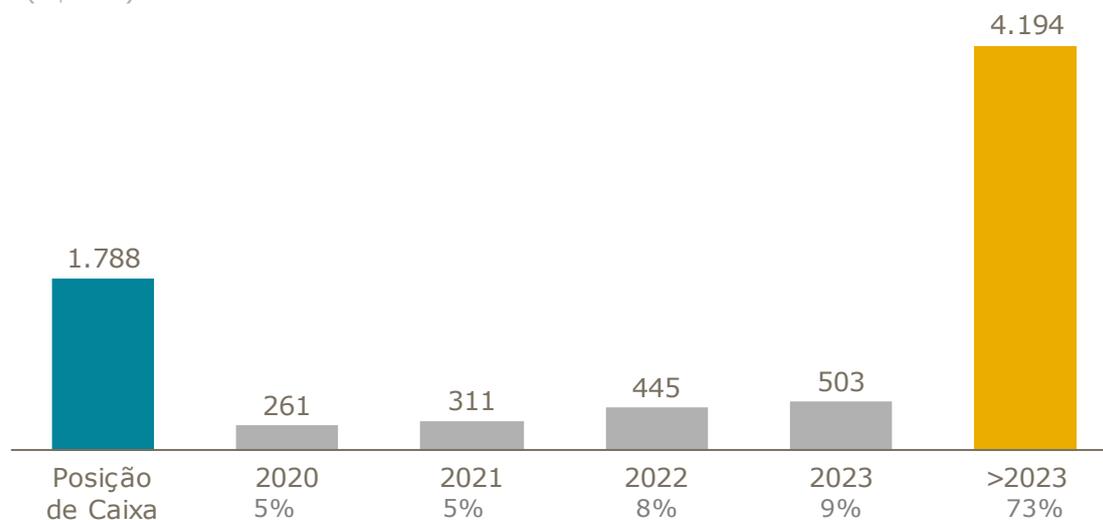


### Cronograma de Vencimento da Dívida Consolidada

(R\$ milhões)

#### Dezembro de 2019

(R\$ MM)



A posição de caixa consolidada da Companhia ao final do 4T19 era de R\$ 1.788 milhões, não considerando o saldo em depósitos vinculados aos contratos de financiamento da Companhia, no montante de R\$ 122 milhões. A dívida líquida consolidada totalizava R\$ 3.875 milhões no final do período, equivalente a 2,8x dívida líquida/EBITDA dos últimos 12 meses. O aumento do nível de alavancagem da Companhia é reflexo da implantação dos projetos de Parnaíba V e Azulão-Jaguarica.

## 2- PERFIL E ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A ENEVA é uma empresa integrada de energia, com negócios complementares em geração de energia elétrica e exploração & produção de hidrocarbonetos no Brasil.

Atualmente, possui um parque de geração térmica de 2,2 GW, que representa 11% da capacidade de geração térmica do país. A capacidade total instalada atingirá 2,8 GW até 2024, com a entrada em operação de 3 novas usinas.

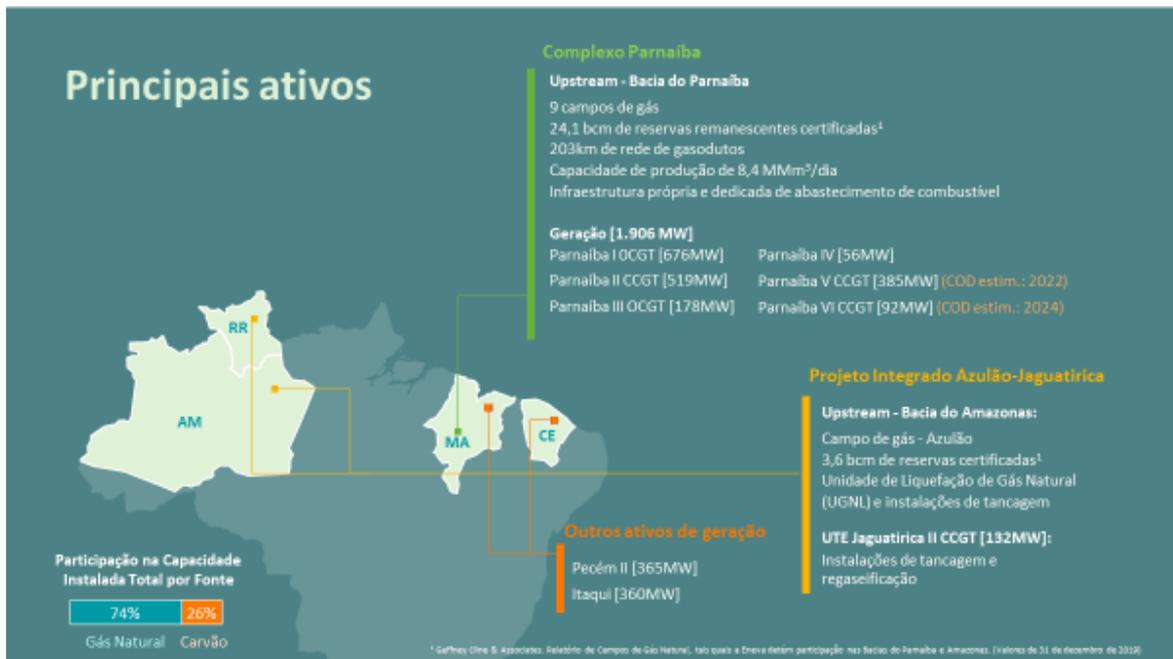
Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía reservas certificadas (2P)<sup>1</sup> de 24,1 bilhões de m<sup>3</sup> de gás natural na Bacia do Parnaíba e 3,6 bilhões de m<sup>3</sup> de gás natural na Bacia do Amazonas, conforme dados certificados pela Gaffney, Cline & Associates (GCA). Atualmente, a ENEVA opera 10 campos de gás natural nas Bacias do Parnaíba e Amazonas e, adicionalmente, possui contratos de concessão para exploração e produção de hidrocarbonetos em mais de 45 mil km<sup>2</sup>.

A ENEVA é a terceira maior produtora de gás natural no Brasil, e a segunda maior operadora de gás natural em ambiente terrestre ou marítimo conforme dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP)<sup>2</sup>.

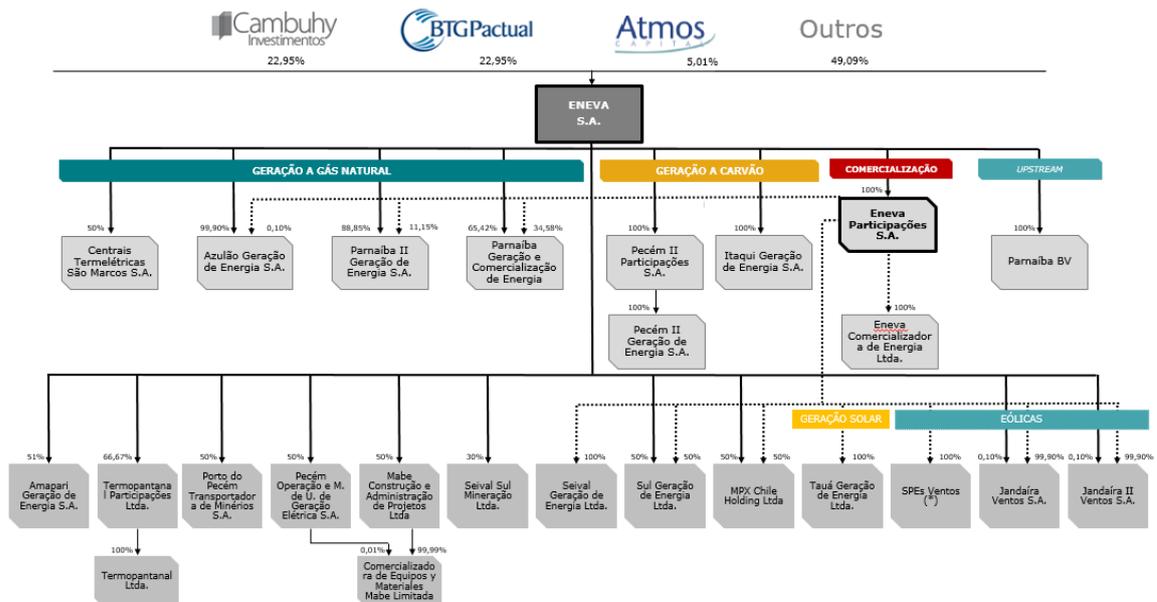
---

<sup>1</sup> Gaffney Cline & Associates. Relatórios das Reservas de Gás Natural dos Campos nos quais a ENEVA detém participação, na Bacia do Parnaíba e Amazonas, Brasil, referente a 31 de dezembro de 2019. Disponível em <https://apicatalog.mziq.com/filemanager/v2/d/6c663f3b-ae5a-4692-81d3-ab23ee84c1de/6a652755-8d15-0cff-b73b76622ebe6fd8?origin=1>

<sup>2</sup> Dados obtidos através do Painel Dinâmico de Produção de Petróleo e Gás Natural - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. <<http://www.anp.gov.br/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/painel-dinamico-deproducao-de-petroleo-e-gas-natural>>



## Estrutura Acionária em 31/12/2019



### 3- MERCADO DE CAPITAIS

O Capital Social da ENEVA em 31 de dezembro de 2019 era composto por 315.483.181 ações ordinárias, das quais 99,8% estavam em circulação.

ENEV3	4T19	3T19	4T18	12 meses
Nº de ações - final período	315.483.181	315.323.423	314.990.499	-
Cotação fechamento - final período (R\$/ação)	43,69	30,67	16,09	-
Ações negociadas (MM) - média diária	1,6	1,2	0,5	1,2
Volume Financeiro (R\$ MM) - média diária	48,5	27,1	6,1	27,4
Valor de Mercado - final período (R\$ MM) <sup>1</sup>	13.783	9.671	5.068	-
Enterprise Value - final período (R\$ MM) <sup>2</sup>	17.659	13.609	8.873	-

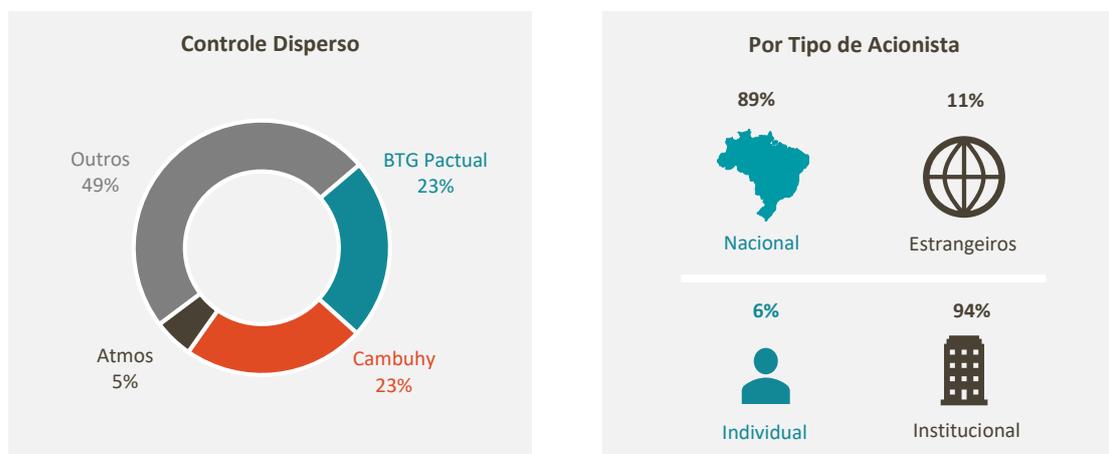
<sup>1</sup>Valor de Mercado considera 100% das ações em circulação da Eneva, incluindo ações detidas por administradores.

<sup>2</sup>Enterprise Value equivale à soma do valor de Mercado e da dívida líquida da Companhia, ambas do final do período.

### Composição Acionária

A ENEVA é uma companhia listada no Segmento Novo Mercado desde o seu IPO em 2007. Atualmente, não possui acordo de acionistas em vigor. A composição acionária em 31 de dezembro de 2019, é apresentada abaixo:

Perfil de Ações em Circulação Eneva S.A.  
31 de dezembro de 2019



#### 4- RECURSOS HUMANOS

A Eneva encerrou 2019 com 907 colaboradores próprios e 2.616 terceirizados, comparados a 842 colaboradores próprios e 759 terceirizados em 2018. A gestão de pessoas busca garantir o desenvolvimento desses profissionais, com apoio estratégico para que possam crescer em conjunto com os objetivos e metas da empresa.

##### **Treinamento e Desenvolvimento**

A Eneva investe no conhecimento e na capacitação de seus colaboradores, de forma a promover a especialização e o aprimoramento das suas competências, o que traz reflexos na qualidade dos serviços, na redução de custos e de tempo e no alcance dos objetivos estratégicos da Empresa. Em 2019, essas atividades corresponderam a 23.723 mil homens-hora treinados, comparados aos 23.218 mil homens-hora treinados em 2018.

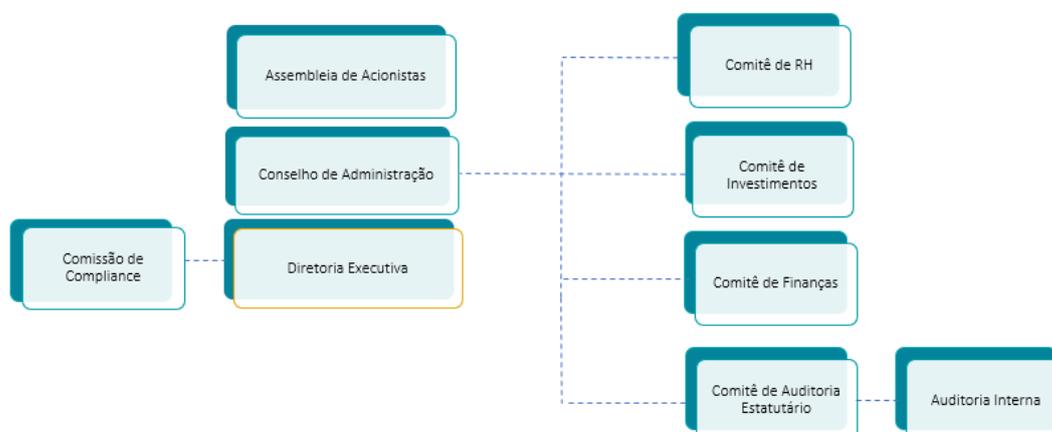
#### 5- GOVERNANÇA, RISCOS E COMPLIANCE

##### **Governança Corporativa**

O sistema de Governança Corporativa da Eneva S.A. reúne princípios e normas que regem a organização da Companhia bem como o relacionamento entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de assessoramento e demais partes interessadas. Fundamentado nos princípios da transparência, equidade, *accountability*, responsabilidade corporativa e ética na aplicação das melhores práticas de Governança Corporativa.

Contamos com uma estrutura institucional de políticas e instrumentos de gestão, continuamente atualizada, que estabelece padrões, valores e comportamentos a serem observados para a boa governança do negócio.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia alia processos decisórios robustos e mecanismos que garantem agilidade, eficiência e qualidade. Este modelo representa a busca constante pelo aprimoramento das práticas adotadas e por consequência a tratativa igualitária de seus acionistas. A Companhia conta, atualmente, com a seguinte estrutura de Governança Corporativa:



O Conselho de Administração da Companhia possui como atribuições principais, a orientação geral dos negócios da Companhia, a decisão sobre questões estratégicas e o monitoramento da execução dos planos e a gestão dos negócios pela Diretoria, de acordo com as competências estabelecidas no Estatuto Social e na legislação em vigor.

A Diretoria Executiva possui como atribuições elementares o planejamento e a condução das operações da Companhia alinhadas com a execução das diretrizes propostas pelo Conselho de Administração.

A ENEVA S.A. conta, ainda, em sua estrutura de Governança Corporativa, com Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, sendo eles: Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de investimentos, Comitê de Finanças e o Comitê de Recursos Humanos.

### **Gestão integrada de Riscos**

A Eneva possui política de gerenciamento de riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados pela ENEVA no processo de gerenciamento de riscos, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos aos administradores, permitindo redução do grau de incerteza no alcance dos objetivos e na preservação do valor e perpetuidade dos negócios da companhia. Além disso, visa promover a gestão integrada de todos os riscos aos quais a Eneva está exposta, incluindo: riscos financeiros, estratégicos, operacionais, regulatórios, dentre outros.

Cabe à diretoria executiva definir a metodologia a ser utilizada no processo de gerenciamento de riscos e propor ao conselho de administração o nível de apetite ao risco da companhia. A diretoria executiva deve acompanhar de forma periódica o gerenciamento de riscos com o objetivo de garantir sua eficácia e o cumprimento de seus objetivos, revendo a política e submetendo adequações e melhorias à aprovação do conselho de administração.

Cabe ao conselho de administração aprovar as alterações da política de gerenciamento de riscos, autorizar, se necessário, quaisquer exceções à política, definir o nível de apetite ao risco na condução dos negócios e assegurar a aderência da companhia às políticas e às estratégias de gerenciamento de riscos estabelecidas. O conselho de administração também deve buscar a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na companhia e assegurar recursos adequados e suficientes para a execução do gerenciamento de riscos de forma independente, objetiva e efetiva.

### **Integridade Empresarial**

A Eneva conduz suas atividades com integridade, honestidade e sempre garantindo que as informações transmitidas sejam transparentes, corretas e confiáveis. Seus colaboradores em todos os níveis, assim como os fornecedores de bens e serviços, devem adotar uma conduta íntegra, em conformidade tanto com a legislação brasileira quanto com as melhores práticas empresariais e aderentes aos princípios explicitados no Código de Conduta e nas políticas da companhia. A Companhia entende que deve contribuir positivamente para a sociedade e sustentabilidade dos negócios, sob o ponto de vista de integridade e ética, com o propósito de ser uma organização que colabore efetivamente para um mundo melhor.

Em 2019, a Eneva conduziu uma série de ações de acordo com seu Programa de Integridade, coordenado pela área de Compliance e apresentado para o Conselho de Administração. Aderente à legislação anticorrupção brasileira e às melhores práticas de integridade.

O Código de Conduta Eneva aborda Saúde, Segurança e Meio Ambiente como uma das principais prioridades de cada colaborador no cumprimento das diretrizes relacionadas ao tema. Bem como, outros temas importantes como: Assédio, trabalho forçado e Direitos humanos, interações com o Poder Público, Relações com Terceiros, cumprimento das leis de defesa da concorrência, conflito de interesses, canal de denúncia entre outros.

### **Canal de Denúncia**

A Eneva dispõe de um canal seguro e confidencial, externo e independente, para receber denúncias de infrações ao código de ética e à lei brasileira. Os relatos podem ser feitos de forma anônima por colaboradores, prestadores de serviço e pela sociedade em geral por meio do telefone 0800 601 8679 ou pelo site [www.contatoseguro.com.br](http://www.contatoseguro.com.br).

Para todas as denúncias procedentes são tomadas medidas que variam desde advertência verbal ou escrita, notificação até demissão em casos considerados graves.

### **Combate a Corrupção**

A Companhia está fortemente engajado em combater quaisquer práticas corruptas e desonestas, repudiando toda e qualquer forma de corrupção, fraude, suborno, favorecimento, tráfico de influência, extorsão, lavagem de dinheiro e propina nas suas relações internas, com fornecedores, parceiros ou agentes públicos, ainda, em 2019, publicamos uma Diretriz de Gestão de Consequências e estabelecemos um procedimento de investigação de relatos.

### **Treinamento anticorrupção**

A Eneva adota uma postura de tolerância zero em relação à corrupção e à fraude, de qualquer espécie e em qualquer das suas formas de realização, para tanto, adota políticas de anticorrupção e dissemina seus conteúdos para todos os colaboradores (incluindo executivos e conselheiros), que recebem treinamento para prevenir condutas inadequadas.

### **Conformidade**

O Sistema de Compliance da companhia integra todas as normas, procedimentos formais, ações e medidas punitivas para garantir uma atuação conforme os princípios éticos e a legislação aplicável.

A área de Compliance é o órgão associado de caráter interno e permanente, vinculado a diretoria Jurídica. A área tem amplas competências, autonomia orçamentária e independência de atuação e é gerida por um gerente, que responde ao Diretor Jurídico.

## 6- RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

### RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Eneva vem cumprindo com todas suas obrigações socioambientais estabelecidas no âmbito do licenciamento ambiental de seus ativos, obedecendo a legislação aplicável e as iniciativas de saúde, segurança e meio ambiente. Focou, irrefreavelmente, no atendimento das exigências dos órgãos governamentais, no aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, no diálogo com a população e em ações que contribuíram para um legado socioambiental positivo nas regiões de atuação da companhia, perseguindo os mais altos padrões de desempenho.

### Licenças e Autorizações

Em 2019, ressalta-se que a manutenção e emissão de novas licenças e autorizações socioambientais garantem o fortalecimento e crescimento da companhia de forma sustentável e responsável. Ao longo de todo o ano, o Grupo Eneva buscou cumprir com todas suas obrigações socioambientais estabelecidas no âmbito do licenciamento ambiental de seus ativos, obedecendo a legislação aplicável e as iniciativas de saúde e segurança, perseguindo os mais altos padrões de desempenho.

Além da manutenção das licenças e autorizações existentes, destaca-se que o desenvolvimento de novos projetos e alteração dos existentes seguiram o trâmite exigido pelo licenciamento ambiental, sendo submetidos aos órgãos governamentais competentes para avaliação da viabilidade socioambiental.

Nesse sentido, em 2019 destaca-se a emissão da Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) para a UTE Jaguatirica II, além das Autorizações Ambientais para perfuração e exploração do gás natural no Campo do Azulão no estado do Amazonas e emissão da Licença de Instalação (LI) para a construção da UTG Azulão no local.

Fora isso, foram emitidas as autorizações para as atividades de sísmica e perfuração no Maranhão nos blocos correspondentes a rodada 14ª da ANP, destacando-se os blocos PN-T-69, PN-T-87, PN-T-103, PN-T-101, PN-T-133, PN-T-134, PN-T-117, PN-T-118, PN-T-119, PN-T-146 e PN-T-163.

Para produção foram emitidas Licenças de Instalação para novos campos, destacando-se GVB, GVA, GVV, GVBO, GBSE e GVBN.

A companhia manteve o seu compromisso no cumprimento das condicionantes socioambientais previstas nas licenças e autorizações emitidas em nome de suas subsidiárias, assim como, nos prazos legais de requerimentos de renovação.

### **Programas de Controle e Monitoramento Socioambiental**

A implantação e operação dos empreendimentos da companhia possuem programas de controle e monitoramento socioambiental, possibilitando a mitigação e avaliação dos impactos provocados pela atividade da empresa. Ao longo de 2019, a Eneva garantiu o cumprimento integral dos padrões exigidos na legislação vigente de qualidade dos efluentes, da água (subterrânea e superficial), do ar, do solo, da destinação adequada de resíduos, das emissões atmosféricas e nos diálogos com as comunidades vizinhas.

Todos os resultados de controle e monitoramento socioambiental foram apresentados aos órgãos ambientais competentes pelo licenciamento das atividades da companhia e estão disponíveis para consulta pública.

### **Gases de Efeito Estufa – GEE**

As emissões direta e indireta (aquisição e uso de energia elétrica) de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos ativos operacionais foram inventariadas e quantificadas, de acordo com metodologias reconhecidas internacionalmente. Neste contexto, destaca-se o uso das cinzas das usinas Itaquí e Pecém II que são reaproveitadas pela indústria cimenteira, contribuindo diretamente para redução de GEE do referido setor, além de obviamente da principal matriz da companhia estar no gás natural, que comparativamente com outros hidrocarbonetos é muito menos poluente. Em 2019, também pode-se destacar o desenvolvimento de projetos de energias renováveis, como solar e eólica, incluindo a emissão de 2 Licenças Prévias (LP) para 170 MW.

### **Certificações Internacionais**

Em 2019, a UTE Itaquí manteve o certificado da norma ISO 9001 (Sistema de Gestão de Qualidade) e a UTE Pecém II das normas OHSAS 18.001 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança) e ISO 14.001 (Sistema de Gestão Ambiental). As usinas estão

comprometidas com as melhores práticas do setor e atuam em conformidade com a legislação.

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL**

### **Programa Eneva nas Comunidades**

A Eneva considera estratégico engajar todos seus públicos de interesse – colaboradores, imprensa, órgãos públicos, superficiários e comunidades locais. O Programa Eneva nas Comunidades tem como principal objetivo promover ações que visem melhorar o relacionamento com os grupos sociais diretos e indiretos e melhorar a qualidade de vida, com pilares direcionados a educação, geração de renda e agricultura familiar. Seguem os principais destaques em 2019:

- Comunicação e Relacionamento com Partes Interessadas

Realização de encontros e reuniões com lideranças comunitárias e moradores das nossas áreas de influência direta e indireta, com a intenção de manter um canal de diálogo transparente e fortalecimento do relacionamento. As atividades são realizadas nas 93 comunidades envolvidas no processo de engajamento, com aproximadamente 6.000 pessoas.

- Reassentamento Vila Canaã e Nova Demanda

Os projetos de reassentamento das famílias do Maranhão hoje estão em monitoramento dos dados de melhoria de qualidade de vida. As 160 famílias possuem matriz familiar agroecológica, e tem como principal matriz de sustentabilidade a participação nos processos de políticas pública, promovendo mais renda e fortalecimento. O projeto de Reassentamento da Vila Canaã foi incluído como referência no Guia de Educação Ambiental do Ibama, em 2019.

- Projeto Aprender

Projeto social com foco na potencialização da aprendizagem de crianças na primeira infância (0 a 6 anos), com propósito na capacitação dos atores diretos (pais e professores) e indiretos (médicos, enfermeiros, assistentes sociais) dos municípios do interior do Maranhão.

As atividades são alinhadas com a Base Nacional Curricular e tem alcance de 4.400 crianças.

- Seminário de Medidas Devolutivas

Evento anual de avaliação e planejamento dos projetos sociais com os públicos diretamente envolvidos. Além das comunidades, estão presentes órgãos públicos, entidades de ensino, órgãos fiscalizadores com o objetivo de promover melhoria nos processos de atuação social.

- Empreendedorismo Social

O projeto de empreendedorismo tem como principal objetivo promover as potencialidade e sustentabilidade local, com atuações diretas com adolescentes e jovens das comunidades da AID. A atividade já tem duração de 3 anos e já foi incluída como atividade extracurricular na grade escolar da Secretaria Municipal de Educação municipais do Estado do Maranhão.

- Criança Energizada

O Projeto Criança Energizada tem como principal atividade incentivar a prática esportiva de 250 crianças e adolescentes de vulnerabilidade social, do Estado do Ceará, buscando melhoria do desempenho esportivo, buscando talentos e aumento da adesão e rendimento escolar.

## **Doações Voluntárias de Recursos Financeiros**

Em 2020 foram destinados cerca R\$ 511.426,25 para projetos sociais no Estado do Ceará, Maranhão e Roraima por meio das Leis de Incentivo, a saber: Instituto Povo do Mar (Fundo da Criança e do Adolescente), Instituto Museu da Pessoa (Lei Rouanet), Grêmio Recreativo Pague Menos (Lei de Incentivo ao Esporte) e Hospital do Amor (Fundo do Idoso).

## **SAÚDE E SEGURANÇA**

### **Regras de Ouro**

Em 2019 mantivemos em destaque as questões relacionadas às Regras de Ouro, sua disseminação e utilização. Em março realizamos um *roadshow* em todas as unidades Eneva com o lançamento do cartão PARE, cujo objetivo é esclarecer que todos devem interromper atividades inseguras. A campanha contou com a participação do ex-comandante do Bope do Rio de Janeiro, Rodrigo Pimentel, que palestrou sobre

disciplina operacional e excelência em segurança, culminando no lançamento do concurso para escolha do nosso leva de saúde e segurança, visando fortalecer a cultura de segurança na Eneva. Para reforçar ainda mais a importância da Regras de Ouro, em agosto de 2019 foi elaborado o normativo que prevê a gestão de consequências para casos de descumprimento das Regras.

### **Redução das taxas de acidentes**

Todos os indicadores relacionados à Saúde e Segurança do Trabalho, como taxas de acidentes com e sem afastamento, são acompanhados pela companhia, que também acompanha o registro e investigação dos acidentes.

Desde a criação da empresa, nunca houve qualquer acidente fatal na ENEVA. Em 2019, foram mais de 5,6 milhões de horas trabalhadas sem acidentes fatais dentro de suas unidades operacionais e obteve uma redução nas taxas de acidentes com e sem afastamento.

### **Sistema de Gestão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente**

Ao longo de 2019 trabalhamos no processo de melhoria do nosso Sistema de Gestão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente através da elaboração e implantação de plano de ação para tratamento de não conformidades, observações e oportunidades de melhorias identificadas durante auditoria interna independente nas unidades operacionais da Eneva que ocorreu no final de 2018.

### **Programa de Qualidade de Vida**

Com intuito de incentivar os colaboradores a buscarem um estilo de vida com hábitos saudáveis, em 2019, o programa qualidade de vida manteve e implantou atividades que visam incentivar melhorar cada vez mais o clima e qualidade de vida no trabalho. Dentre as atividades destaca-se a criação de grupos de treino e corridas de rua, prática de Yoga, caminhada, aulas de Jiu-Jitsu na sede da empresa, acompanhamento nutricional, shiatsu, além de grupos de futebol semanais e campanhas para atendimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

### **Adequação ao Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento da Integridade de Poços (SGIP)**

Com a publicação da Resolução ANP nº 46/2016 que institui o Regime de Segurança Operacional para Integridade de Poços de Petróleo e Gás Natural, entrou em vigor em novembro de 2019 o Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento da Integridade de Poços (SGIP), aplicável a área de poços do E&P da Eneva.

O objetivo do regulamento é estabelecer requisitos e diretrizes que visam a proteção da vida humana e do meio ambiente, à integridade dos ativos da União, de terceiros e do Operador do Contrato de Concessão.

Neste contexto a Eneva concluiu com êxito o processo de implantação do regulamento em suas operações ao longo de 2019.

### **Auditoria de *follow up* da ANP**

Em setembro de 2019, o Sistema de Tratamento de Gás do Parnaíba (STGP) e Poços foram auditados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), com o objetivo de verificar a conformidade do Sistema de Gestão de Segurança Operacional.

Das oito não conformidades registradas pela Agência na auditoria realizada em 2017, sete estão sanadas de acordo com a ANP. A não conformidade que continua em aberto possui um plano de ação com previsão de conclusão para julho 2020. Cabe destacar que não foram constatadas novas não conformidades e a ANP destacou os seguintes pontos positivos da Eneva:

- Integração da equipe, demonstrando profissionalismo e comprometimento.
- Conhecimento pleno dos sistemas, com rápida disponibilização de documentação.
- Implementação do sistema Redmine em parceria com a área de TI da Eneva.
- Transparência e receptividade.

## 7- CONTEXTO SETORIAL

### Introdução

O ano de 2019 foi marcado pelo acréscimo de 7.246 MW de capacidade instalada no parque gerador<sup>3</sup>, o que corresponde aproximadamente a 4% da capacidade instalada total atual no Brasil. A usina de Belo Monte terminou sua motorização e o segundo bipolo para escoar a sua energia para o Sudeste foi entregue. A energia eólica se destacou alcançando 15.404 MW<sup>4</sup> de capacidade instalada, ao longo do ano, recordes de geração instantânea e média mensal foram sequencialmente superados. As eólicas chegaram a atender 88,88% da carga no NE durante períodos de pico. Foram realizados leilões de energia nova, existente e, em destaque, o leilão para suprimento da região de Roraima que ainda é um sistema isolado em relação ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Assim, pode-se observar que a agenda de crescimento do setor iniciada em 2017 continua em vigor.

No entanto, apesar do incremento de potência hidráulica e eólica, o ano de 2019 foi marcado por períodos de alta geração termelétrica e PLDs elevados, devido às condições climatológicas desfavoráveis principalmente nos primeiros e últimos meses do ano.

Na esfera regulatória, foram retomadas as discussões sobre a modernização do setor elétrico, iniciadas em 2017 com a Consulta Pública nº33 de 2017 do Ministério de Minas e Energia. Em 2019, especificamente, um grupo de trabalho envolvendo Aneel, EPE, ONS e CCEE foi criado com o intuito de discutir diversos temas tais como novos mecanismos de formação de preço, novos critérios de suprimento, separação de lastro e energia, abertura do mercado, dentre outros<sup>5</sup>. Foi tomada a decisão de incorporação do modelo Dessem à cadeia de modelos oficiais de programação e operação do sistema a fim determinar o despacho. O Dessem possui horizonte dividido em etapas semi horárias e passou o ano de 2019 em operação sombra. Em julho de 2019, o ONS foi autorizado a usar oficialmente o modelo no despacho das usinas a partir de janeiro de 2020. A CCEE foi autorizada a utilizar o modelo para a formação do PLD a partir de janeiro de 2021.

---

<sup>3</sup> <https://www.aneel.gov.br/documents/656877/15495819/Retrospectiva+ANEEL+-+2019/73fd2b23-c540-8548-f7bd-554702f74133?version=1.0>

<sup>4</sup>

<https://sintegre.ons.org.br/sites/2/53/Produtos/64/Boletim%20Mensal%20de%20Gera%C3%A7%C3%A3o%20E%C3%B3lica%202020-01.pdf>

<sup>5</sup> <http://www.mme.gov.br/documents/20182/9d44afb1-9277-a999-979d-8ac284ddede9>

## Visão geral do Sistema Interligado Nacional (SIN)

Com relação à condição hidrológica, o ano de 2019 começou em situação desfavorável em regiões de importância para o Sistema Interligado Nacional (SIN). A Energia Natural Afluente (ENA) na região Sudeste teve o 6º pior desempenho em janeiro e o 6º pior em fevereiro do histórico. Após esse período, houve melhora significativa nas condições hidrológicas para a região durante o período seco. No entanto, o último trimestre de 2019 foi marcado por novas condições bastante adversas de hidrologia.

Já a região Sul teve um desempenho mais favorável no primeiro semestre do ano, tendo os meses de maio e junho figurado entre os melhores do histórico. A partir de julho as condições climáticas no Sul foram parecidas com as do Sudeste.

A região NE apresentou um desempenho desfavorável durante todo o ano, tendo registrado o pior mês de fevereiro do histórico, por exemplo. Por fim, a região Norte também apresentou comportamento desfavorável durante todo o ano. A região chegou a apresentar o 4º pior mês de setembro do histórico.

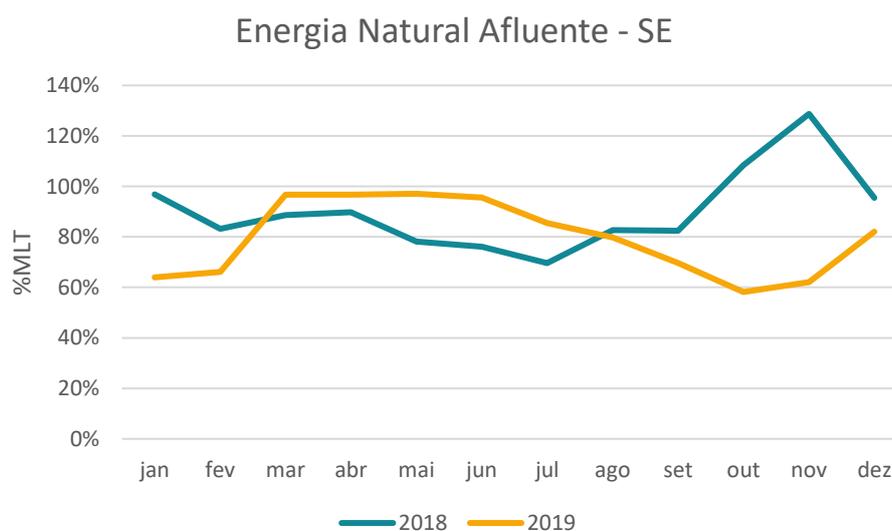


Figura 1 - Energia Natural Afluente - SE

### Energia Natural Afluente - S

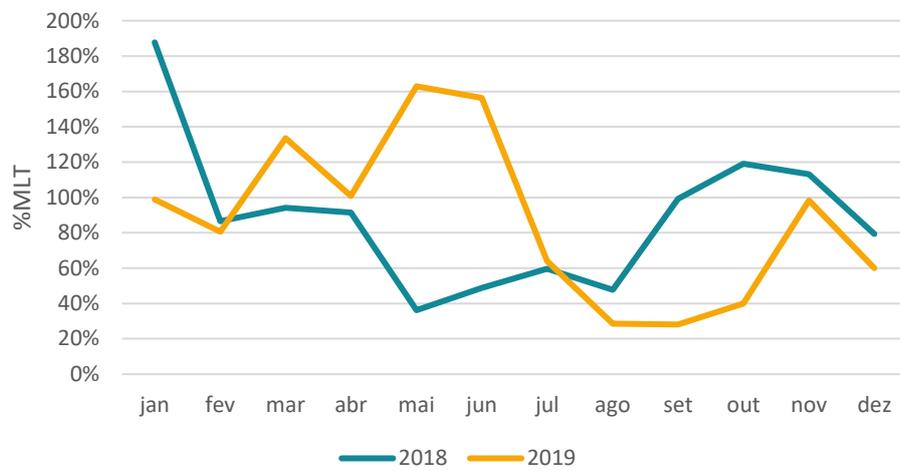


Figura 2 - Energia Natural Afluente - S

### Energia Natural Afluente - NE

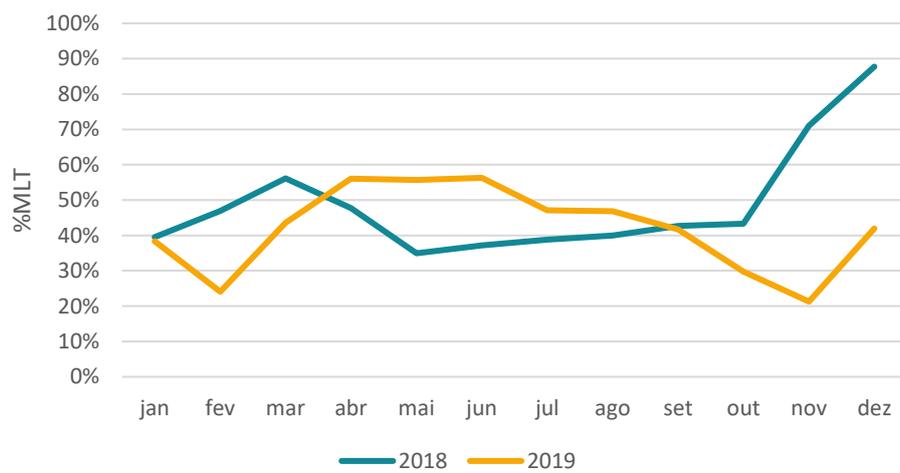


Figura 3 - Energia Natural Afluente - NE

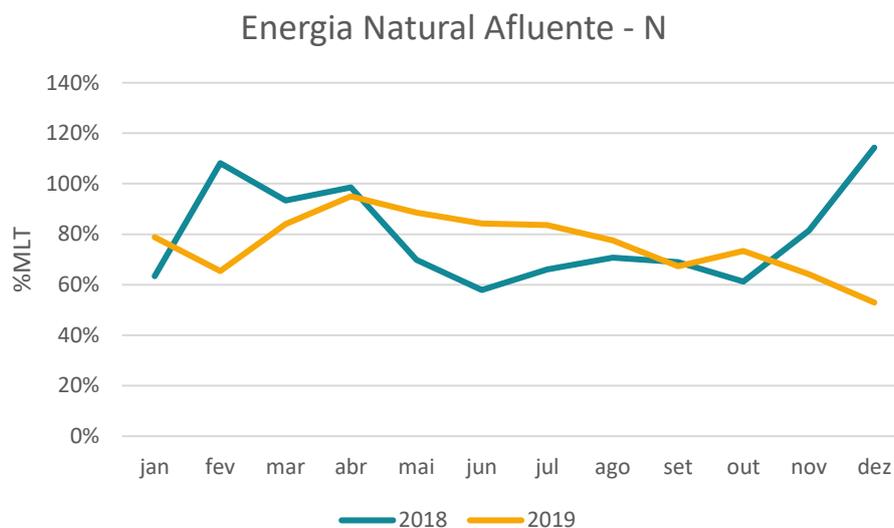


Figura 4 - Energia Natural Afluyente - N

O desempenho da carga ao longo de 2019 apresentou crescimento de 1,94%<sup>6</sup>, em relação a 2018 com destaque para os meses de janeiro e fevereiro nos quais a carga bateu recordes de alta. Esses valores altos aconteceram devido às altas temperaturas observadas em função da escassez de chuvas no período. Para o período de 2020 a 2024, estima-se que o consumo no sistema interligado nacional cresça a uma taxa média de 3,9%<sup>7</sup> anuais.

<sup>6</sup>Fonte: [http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/carga\\_energia.aspx](http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/carga_energia.aspx)

<sup>7</sup>Fonte: [http://epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-305/topico-498/NT-PLAN%202024\\_vf\\_R1.pdf](http://epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-305/topico-498/NT-PLAN%202024_vf_R1.pdf)

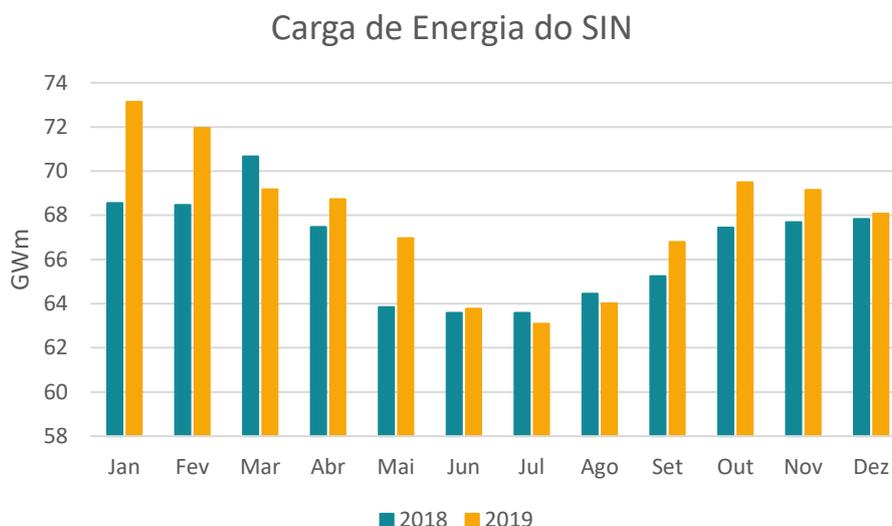


Figura 5 – Taxa de crescimento da carga do SIN 2019 vs 2018<sup>8</sup>

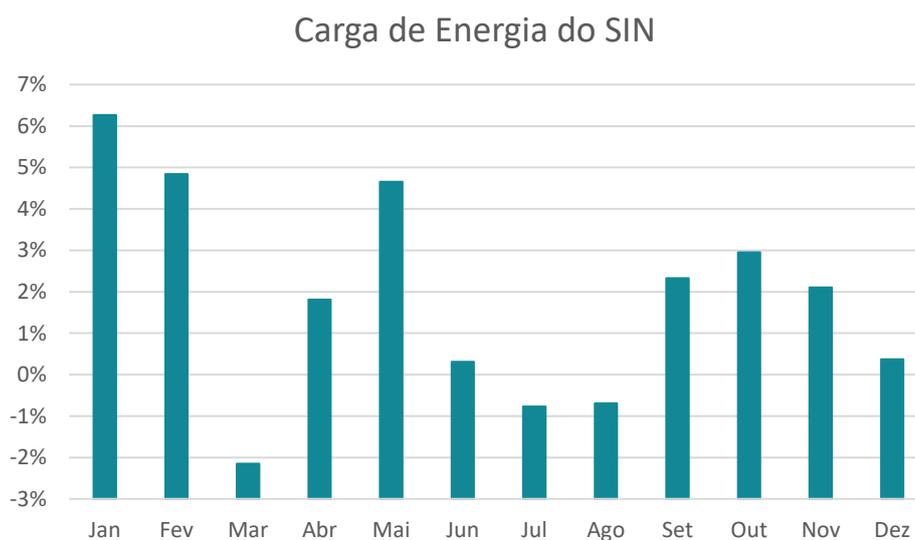
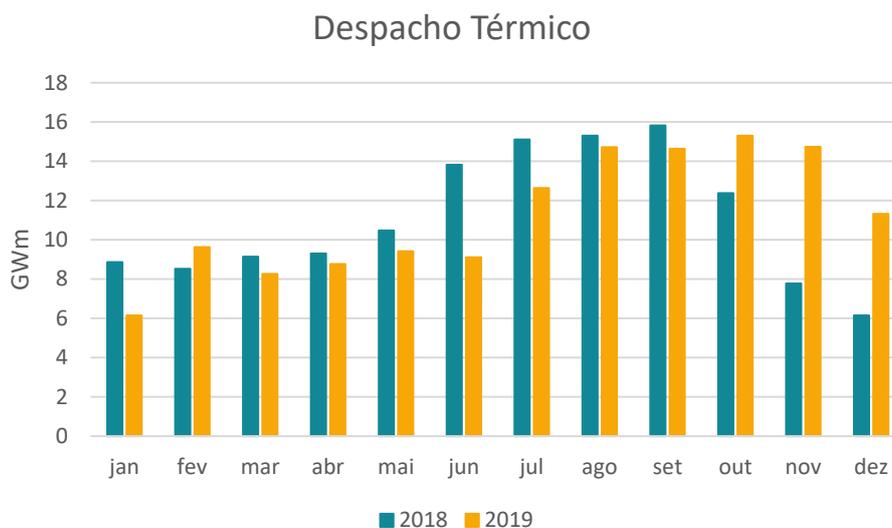


Figura 6 – Variação da Carga do SIN 2019 x 2020<sup>9</sup>

O despacho térmico foi maior em 2018 do que em 2019 em grande parte dos meses. Apesar disso, o despacho térmico no último trimestre de 2019 acabou ficando bem acima do que em 2018, devido a grande diferença da condição hidrológica no período. Em função disso, o despacho térmico médio anual acabou ficando maior em 2019.

<sup>8</sup> Fonte: [http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/carga\\_energia.aspx](http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/carga_energia.aspx)

<sup>9</sup> Fonte: [http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/carga\\_energia.aspx](http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/carga_energia.aspx)



*Figura 7 – Geração de Energia Térmica (MW médios)<sup>10</sup>*

Os PLDs nos primeiros meses de 2019 foram consideravelmente altos para o período nos submercados Sudeste e Sul devido às condições hidrológicas desfavoráveis no período. Houve descolamento entre os submercados devido a limites de escoamento de energia entre os submercados. Após fevereiro, com a recuperação gradativa da ENA, os PLDs ficaram mais baixos e só voltaram a subir nos últimos meses do ano, novamente devido às condições hidrológicas.

<sup>10</sup> Fonte: [http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/geracao\\_energia.aspx](http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/geracao_energia.aspx)

### PLD 2019

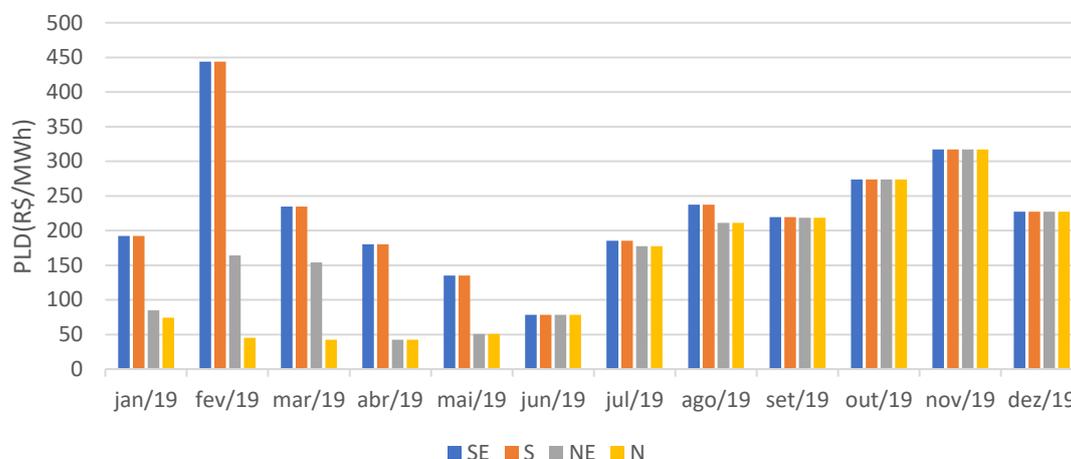


Figura 8 - PLDs 2019

A geração eólica apresentou comportamento esperado tendo grande parte de sua geração concentrada no segundo semestre do ano, sendo que a geração no período foi a maior do histórico.

### Geração Eólica

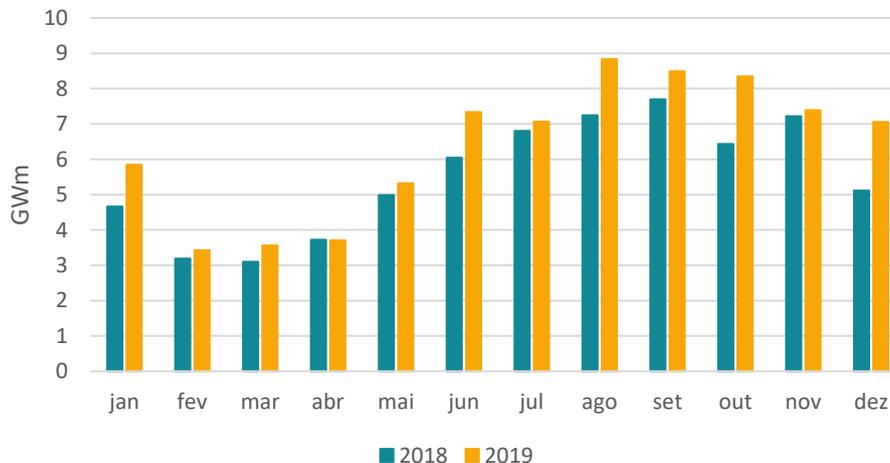


Figura 9 - Geração Eólica

### Leilões de Energia

Após a retomada dos leilões de expansão da geração em 2017 e sua consolidação em 2018, 2019 foi um ano de retomada da expectativa de crescimento do consumo que culminou com uma maior contratação observada, em comparação com os anos imediatamente interiores.

Além dos leilões de energia nova, do ponto de vista da geração, ainda foram realizados dois leilões de energia existente (A-1 e A-2) e o primeiro leilão dos Sistemas Isolados para atendimento a Boa Vista e localidades no Estado de Roraima. Já no âmbito da transmissão, foi realizado um leilão visando ampliar as possibilidades operativas e trazer mais confiabilidade ao SIN como um todo.

### Leilão de Energia Nova A-4/2019

Ao todo foram contratados 81,1 MWm de energia e viabilizados 15 projetos, ao preço médio de 151,15 R\$/MWh.

Tabela 1 - Leilão de Energia Nova A-4/2019<sup>11</sup>

Fonte	Projetos contratados	Capacidade instalada (MW)	Energia Contratada (MWm)	Preço médio (R\$/MWh)
<b>Biomassa</b>	1	21,4	7,4	179,87
<b>Eólica</b>	3	95,2	15,2	79,99
<b>Hidrelétrica (PCH)</b>	5	81,3	37,4	198,12
<b>Solar Fotovoltaica</b>	6	203,7	62,1	67,48
<b>Total</b>	15	401,6	81,1	151,15

### Leilão de Energia Nova A-6/2019

Ao todo foram contratados 1.155 MWm de energia e viabilizados 91 projetos ao preço médio de 176,09 R\$/MWh.

Tabela 2 - Leilão de Energia Nova A-4/2019<sup>12</sup>

Fonte	Projetos contratados	Capacidade instalada (MW)	Energia Contratada (MWm)	Preço médio (R\$/MWh)
<b>Biomassa</b>	6	229,6	69,5	187,90
<b>Eólica</b>	44	1.040,2	181,1	98,89
<b>Gás Natural</b>	3	734,1	673,1	188,89
<b>Hidrelétrica (CGH)</b>	6	13,6	7,0	232,05
<b>Hidrelétrica (PCH)</b>	19	253,6	103,8	232,72
<b>Hidrelétrica (UHE)</b>	2	177,9	61,2	157,08
<b>Solar Fotovoltaica</b>	11	530	59,5	84,39
<b>Total</b>	91	2.979,2	1.155,2	176,09

<sup>11</sup> Fonte: CCEE

<sup>12</sup> Fonte: CCEE

### Leilão dos Sistemas Isolados – Boa Vista

O 1º leilão dos Sistemas isolados contratou 293,87 MW de 9 diferentes empreendimentos, ao preço médio de 833 R\$/MWh, para suprimento ao sistema isolado de Boa Vista, considerando que esta é a única capital brasileira não conectada ao Sistema Interligado Nacional. Importante ressaltar que esta tarifa alta de energia será subsidiada parcialmente pela CCC (Conta de Consumo de Combustíveis).

Fonte	Projetos contratados	Capacidade instalada (MW)	Preço médio (R\$/MWh)
<b>Gás Natural</b>	1	126,3	798,17
<b>Biomassa</b>	4	40	777,00
<b>Óleo Diesel</b>	1	42,26	1.059,17
<b>Híbrido</b>	2	73,83	793,13
<b>Biocombustível</b>	1	10,98	820,67
<b>Total</b>	9	293,87	833,00

### Leilões de Energia Existente A-1 e A-2/2019

O Leilão A-1 foi finalizado com a contratação de 215 MWm ao preço de 158,7 R\$/MWh. Já o Leilão A-2 foi finalizado com a contratação de 93 MWm ao preço médio de 183,86 R\$/MWh. Os contratos obtidos nestes leilões têm prazos de 2 anos.

### Leilões de Transmissão 2019

Em 2019 foi realizado um leilão de transmissão de energia no mês de junho, com oferta e arremate total de 12 lotes. O deságio do leilão foi de 60,3% para concessão na construção de 2.470 km de linhas de transmissão<sup>13</sup>. Acredita-se que a implementação destes projetos trará uma economia nos custos operativos do sistema de aproximadamente R\$ 430 milhões por ano<sup>14</sup>. O principal objetivo deste leilão foi o aumento da confiabilidade do sistema para atendimento aos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

<sup>13</sup> Fonte: ANEEL

<sup>14</sup> Fonte: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/12/19/aneel-realiza-leilao-de-transmissao-envolvendo-12-lotes-e-r-42-bi-em-investimentos.ghtml>

## **Perspectivas para 2020**

Quanto à expansão da geração, em 2020, existe a expectativa da entrada em operação comercial da térmica Porto de Sergipe que agregará 1,5 GW ao subsistema nordeste, suprida por GNL do mercado internacional.

Para 2020 já estão agendados dois leilões de energia existente que tem como principal objetivo a recontração de uma parcela do mercado termelétrico e a substituição de usinas a óleo por usinas a gás natural e carvão nacional.

Porém as principais expectativas do setor para 2020 estão centradas nas possíveis evoluções de mercado que incentivem a criação de novos produtos e a resolução de problemas atuais, tais como GSF, que trazem muita insegurança ao investidor. É fundamental a revisão regulatória de alguns aspectos do mercado para que haja a segurança mínima para a realização dos investimentos necessários, a fim de garantir o suprimento elétrico e energético do Brasil nos próximos anos.

## **Resumo das atividades recentes de E&P – gás natural**

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 2018 foram concluídos 187 poços no Brasil, sendo 121 terrestres e 66 marítimos. Em 2017, foram concluídos 237 poços, dos quais 175 foram terrestres e 62 marítimos<sup>15</sup>.

Em 2019, foram declaradas 25 notificações de descoberta em poços para a ANP, das quais 17 foram de indícios de hidrocarbonetos em terra e 8 no mar. Em 2018, foram notificadas 17 descobertas, sendo 11 terrestres e 6 marítimas<sup>16</sup>.

Com relação às declarações de comercialidade, 2019 contou com 2 novos campos: Bacalhau e Bacalhau Norte, ambos marítimos. Em 2018, os concessionários declararam comercialidade de 11 novos campos: Tartaruga Verde Sudoeste, Gavião Tesoura, Periquito Nordeste, Sudoeste de Sapinhoá, Nordeste de Sapinhoá, Noroeste de Sapinhoá, Cancã Leste, Goiás Sul, Neon, Goiás, Neon Sul; 3 terrestres e 8 marítimos, sendo um deles da Eneva (Gavião Tesoura).

Em dezembro de 2019, segundo a ANP, a produção nacional de hidrocarbonetos contou com 301 campos operados por 34 empresas, sendo 70 campos marítimos e 231 terrestres. Em dezembro de 2018, para base comparativa, a produção total contou com 315 campos e 32 empresas, sendo 79 campos marítimos e 236 terrestres<sup>17</sup>.

Em 2019, o Brasil produziu, em média, 122,43 Mm<sup>3</sup>/d de gás natural, um aumento de 9,4% em relação ao ano de 2018. Neste mesmo ano, a reinjeção de gás

---

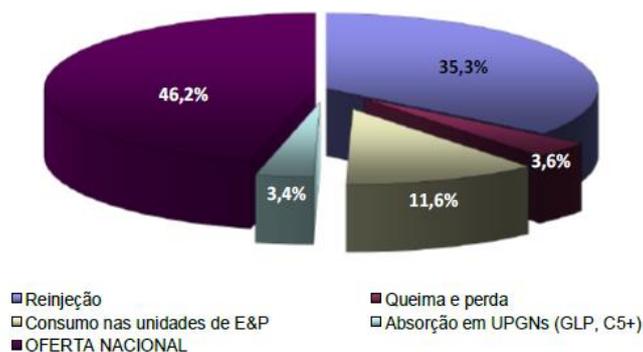
<sup>15</sup> <http://www.anp.gov.br/publicacoes/anuario-estatistico/5237-anuario-estatistico-2019>

<sup>16</sup> <http://www.anp.gov.br/conteudo-do-menu-superior/31-dados-abertos/5476-gestao-de-contratos-de-exploracao-e-producao-dados-de-e-p>

<sup>17</sup> <http://www.anp.gov.br/arquivos/publicacoes/boletins-anp/producao/2019-12-boletim.pdf> e [http://www.anp.gov.br/images/publicacoes/boletins-anp/Boletim\\_Mensal-Producao\\_Petroleo\\_Gas\\_Natural/boletim-dezembro-2018.pdf](http://www.anp.gov.br/images/publicacoes/boletins-anp/Boletim_Mensal-Producao_Petroleo_Gas_Natural/boletim-dezembro-2018.pdf)

representou cerca de 35,2% da produção nacional (43,17 Mm<sup>3</sup>/d), segundo dados do Ministério de Minas e Energia<sup>18</sup>.

### **Segmentação da Produção Nacional de Gás Natural – Média 2019**



Fonte: Ministério de Minas e Energia (MME)

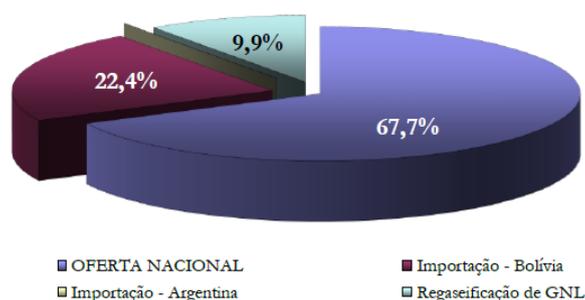
A oferta importada média de gás natural registrou 26,95 Mm<sup>3</sup>/d em 2019, dos quais 69% foram provenientes de gás boliviano. Em 2018, a oferta importada de gás foi de 29,03 Mm<sup>3</sup>/d. A diminuição do valor total importado entre 2019 e 2018 se deve à redução da importação de gás boliviano. Apesar deste movimento, a regaseificação de GNL aumentou de 6,92 Mm<sup>3</sup>/d em 2018 para 8,28 Mm<sup>3</sup>/d em 2019. A oferta importada de gás no Brasil é composta por gás boliviano, argentino e GNL.

Em 2019, o Brasil importou 3,04 bilhões de metros cúbicos de gás natural regaseificado (+12,85% em relação a 2018), ao preço FOB de US\$ 5,35 /MMBTU (-38,64%), com valor total FOB de US\$ 638,0 milhões (-30,83%). As origens das importações foram variadas, incluindo Nigéria, Holanda, Trinidad e Tobago, Noruega, Camarões, Angola e Estados Unidos.

Sendo assim, a oferta total média de gás natural (nacional e importada) foi de 83,48 Mm<sup>3</sup>/d em 2019, composta por 68% de gás de origem nacional e 32% importado. Em 2018, a oferta total foi de 84,12 Mm<sup>3</sup>/d, sendo 65% nacional e 35% importado. As importações da Bolívia responderam por 22% da oferta total de gás natural brasileira em 2019.

<sup>18</sup> Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural – Ed. 154, dez/2019.

### Segmentação da Oferta Total de Gás Natural – Média 2019



Fonte: Ministério de Minas e Energia (MME)

A demanda média de gás natural reduziu 1,1% entre 2018 e 2019, de 78,85 Mm<sup>3</sup>/d para 77,98 Mm<sup>3</sup>/d. O segmento de maior consumo em 2019 foi o industrial, com 47% da demanda, seguido pela geração elétrica, com 37%. Em 2018, a demanda foi 54% industrial e 30% para geração elétrica. Com relação a 2017, a demanda total foi 50% industrial e 35% para geração elétrica.

Essa situação é particularmente distinta nos sistemas isolados (Região Norte e Maranhão). Nestes sistemas, que incluem o Complexo do Parnaíba, a demanda total por gás natural passou de 7,84 Mm<sup>3</sup>/d, em 2018, para 8,36 Mm<sup>3</sup>/d em 2019 (+6,63%). A geração elétrica representou 98% da demanda por gás em 2019 e 96% em 2018.

Em 2019, o Brasil produziu 44,7 bilhões de metros cúbicos de gás natural, sendo 36,4 bilhões de metros cúbicos de lavra marítima (81%) e 8,3 bilhões de lavra terrestre (19%), segundo dados da ANP<sup>19</sup>. O Estado do Maranhão (Complexo do Parnaíba) respondeu por 1,4 bilhões de m<sup>3</sup> de gás, o que corresponde a 3% da produção nacional total e a 17% da produção terrestre. No que concerne à disponibilidade de gás natural em terra, o Estado do Maranhão representou 30% do total nacional (1,4 bilhões de m<sup>3</sup>) em 2019.

## 8- SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Conforme determina a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes (KPMG) para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias relativas ao exercício de 2019. A KPMG não realizou nenhum outro serviço que não o de auditoria que pudessem prejudicar sua independência ou objetividade.

<sup>19</sup> Dados Estatísticos – ANP 2019.

Em 2019, a KPMG e suas afiliadas não prestaram nenhum serviço adicional à auditoria independente que superasse em 5% o valor contratado. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.



## Demonstrações financeiras

Eneva S.A.

(Companhia aberta)

31 de dezembro de 2019

com relatório dos auditores independentes sobre  
as demonstrações financeiras



<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b> .....	<b>3</b>
<b>BALANÇO PATRIMONIAL - CONTINUAÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS</b> .....	<b>5</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES</b> .....	<b>6</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	<b>7</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</b> .....	<b>8</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO</b> .....	<b>9</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	<b>10</b>
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	10
2. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES .....	13
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	14
4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	15
5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS .....	18
6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO .....	19
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	25
8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	25
9. CONTAS A RECEBER .....	26
10. ESTOQUES .....	27
11. ARRENDAMENTO .....	27
12. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS .....	31
13. INVESTIMENTOS .....	34
14. IMOBILIZADO .....	40
15. INTANGÍVEL .....	44
16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....	48
17. DEBÊNTURES .....	51
18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER .....	52
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS .....	53
20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS .....	57
21. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÃO DE ABANDONO .....	60
22. PARTES RELACIONADAS .....	61
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	64
24. RESULTADO POR AÇÃO .....	65
25. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES .....	65
26. RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS .....	67
27. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA .....	69
28. RESULTADO FINANCEIRO .....	70
29. COBERTURA DE SEGUROS .....	70
30. COMPROMISSOS ASSUMIDOS .....	71
31. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	72

## Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.006.475	452.050	1.517.583	1.152.266
Títulos e valores mobiliários	8	105.493	96.919	270.652	207.017
Contas a receber	9	2.150	-	695.181	357.883
Estoques	10	30.307	34.977	102.211	225.730
Despesas antecipadas		4.569	9.583	9.133	34.507
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	30.346	46.632	92.544	107.391
Outros impostos a recuperar	12	6.752	14.568	25.391	30.874
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	6.698	725
Adiantamentos diversos		6.249	707	32.147	20.122
Dividendos a receber		24.354	10.843	392	-
Depósitos vinculados		2.290	2.288	2.473	2.651
Operações Comerciais com partes relacionadas	22	21.753	6.496	-	-
Adiantamentos a fornecedores		-	2.121	67.055	5.117
Outros		-	2.004	1.660	2.345
		<b>1.240.738</b>	<b>679.188</b>	<b>2.823.120</b>	<b>2.146.628</b>
Ativos não circulantes mantidos para venda	4.5	-	5.965	2.730	-
		<b>1.240.738</b>	<b>685.153</b>	<b>2.825.850</b>	<b>2.146.628</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Despesas antecipadas		37	26	39	26
Depósitos vinculados		1.489	388	3.355	28.966
Operações Comerciais com partes relacionadas	22	253.277	187.551	4.845	4.298
Mútuos com partes relacionadas	22	538.131	511.118	11.863	13.808
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	57.177	63.828	61.447	69.994
Outros impostos a recuperar	12	99.269	85.316	102.076	88.927
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	12	250.452	178.291	660.077	572.461
Outros créditos		72	-	852	586
		<b>1.199.904</b>	<b>1.026.518</b>	<b>844.554</b>	<b>779.066</b>
<b>Investimentos</b>	13	4.762.537	3.718.497	5.330	3.865
<b>Imobilizado</b>	14	2.009.892	1.836.157	8.805.604	7.929.919
<b>Intangível</b>	15	917.308	945.679	1.381.806	1.440.204
		<b>8.889.641</b>	<b>7.526.851</b>	<b>11.037.294</b>	<b>10.153.054</b>
		<b>10.130.379</b>	<b>8.212.004</b>	<b>13.863.144</b>	<b>12.299.682</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Balanço Patrimonial - continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		113.604	59.347	598.155	348.849
Empréstimos e financiamentos	16	12.117	9.859	178.185	184.066
Debêntures	17	9.195	-	105.313	113.297
Arrendamento	11	23.405	-	31.531	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	18	24.947	22.972	94.147	87.617
Outros impostos a recolher	18	33.181	7.645	58.957	29.664
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	7.107	-
Obrigações sociais e trabalhistas		17.198	12.632	27.854	22.217
Participações nos lucros		51.053	42.063	73.417	62.227
Contas a pagar - Setor elétrico		-	-	11.922	11.439
Provisão de custo por indisponibilidade		-	-	73.865	51.560
Pesquisa e desenvolvimento - Setor elétrico		-	-	79.705	64.538
Outras obrigações		4.952	59	5.367	370
		<b>289.652</b>	<b>154.577</b>	<b>1.345.525</b>	<b>975.844</b>
Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda	4.5	7.403	2.920	7.403	2.920
		<b>297.055</b>	<b>157.497</b>	<b>1.352.928</b>	<b>978.764</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores		4.814	2.083	31.704	5.167
Empréstimos e financiamentos	16	79.956	1.595.082	1.221.229	3.197.459
Debêntures	17	2.628.122	-	4.051.815	1.668.922
Arrendamento	11	68.231	-	70.234	-
Operações comerciais com partes relacionadas	22	45.917	45.831	375	26.768
Retenção contratual		-	-	4.330	4.330
Provisão para passivo a descoberto	13.5	3.185	39.220	-	-
Provisão para contingências	20	22.611	12.533	92.845	18.832
Provisão de abandono	21	75.748	61.720	81.022	66.885
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	12	-	-	50.985	45.474
Outras obrigações		2.306	-	5.596	3.201
		<b>2.930.890</b>	<b>1.756.469</b>	<b>5.610.135</b>	<b>5.037.038</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>3.227.945</b>	<b>1.913.966</b>	<b>6.963.063</b>	<b>6.015.802</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	23	8.834.907	8.822.057	8.834.907	8.822.057
Reserva de capital		15.640	22.461	15.640	22.461
Reserva Legal		-	4.775	-	4.775
Reserva de incentivos fiscais		110.725	-	110.725	-
Ajuste de avaliação Patrimonial		9.541	11.972	9.541	11.972
Prejuízos acumulados		(2.068.379)	(2.563.227)	(2.068.379)	(2.563.227)
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>		<b>6.902.434</b>	<b>6.298.038</b>	<b>6.902.434</b>	<b>6.298.038</b>
Participações de acionistas não controladores		-	-	(2.353)	(14.158)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>6.902.434</b>	<b>6.298.038</b>	<b>6.900.081</b>	<b>6.283.880</b>
		<b>10.130.379</b>	<b>8.212.004</b>	<b>13.863.144</b>	<b>12.299.682</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	Controladora 2018	2019	Consolidado 2018
Receita de venda de bens e/ou serviços	26	732.433	-	3.137.369	3.129.107
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	27	(238.889)	-	(1.899.594)	(1.875.092)
<b>Resultado bruto</b>		<b>493.544</b>	<b>-</b>	<b>1.237.775</b>	<b>1.254.015</b>
<b>Despesas/Receitas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	27	(277.823)	(94.917)	(373.121)	(330.092)
Outras receitas operacionais	27	35.126	196.382	171.885	203.061
Outras despesas operacionais	27	(29.734)	(4.939)	(67.561)	(13)
Resultado de equivalência patrimonial	13.3	397.606	489.181	(2.339)	(8.881)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		<b>618.719</b>	<b>585.707</b>	<b>966.639</b>	<b>1.118.090</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	28	101.877	129.093	178.590	186.712
Despesas financeiras	28	(174.674)	(167.676)	(588.770)	(691.044)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>545.922</b>	<b>547.124</b>	<b>556.459</b>	<b>613.758</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro</b>					
Corrente	12	(17.280)	-	(39.483)	(35.912)
Diferido	12	72.156	340.749	82.104	310.377
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>600.798</b>	<b>887.873</b>	<b>599.080</b>	<b>888.223</b>
<b>Atribuído a sócios da empresa controladora</b>		<b>600.798</b>	<b>887.873</b>	<b>600.798</b>	<b>887.873</b>
<b>Atribuído a sócios não controladores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.718)</b>	<b>350</b>
<b>Lucro por ação de operações continuadas atribuíveis aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)</b>					
<b>Lucro líquido básico por ação</b>	24	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,90521</b>	<b>2,81873</b>
<b>Lucro líquido diluído por ação</b>	24	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,89101</b>	<b>2,81873</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>600.798</b>	<b>887.873</b>	<b>599.080</b>	<b>888.223</b>
<b>Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para resultado</b>				
Ajustes de conversão	2.046	16.158	2.046	16.158
Ajuste de avaliação Patrimonial, líquido de impostos	(4.477)	(591)	(4.477)	(591)
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício</b>	<b>598.367</b>	<b>903.440</b>	<b>596.649</b>	<b>903.790</b>
<b>Outros componentes do resultado abrangente do exercício Líquidos dos efeitos tributários</b>	<b>598.367</b>	<b>903.440</b>	<b>596.649</b>	<b>903.790</b>
<b>Atribuível a</b>				
Sócios da empresa controladora	598.367	903.440	598.367	903.440
Sócios não controladores	-	-	(1.718)	350
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício</b>	<b>598.367</b>	<b>903.440</b>	<b>596.649</b>	<b>903.790</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital Social Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Reserva de Incentivo Fiscal	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos Não Controladores	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro 2017</b>	<b>8.822.219</b>	<b>4.775</b>	<b>18.144</b>	-	<b>(3.595)</b>	<b>(3.451.100)</b>	<b>5.390.443</b>	<b>(14.508)</b>	<b>5.375.935</b>
<b>Transações com acionistas:</b>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	887.873	<b>887.873</b>	350	<b>888.223</b>
Apropriação de custo de captação	(162)	-	-	-	-	-	<b>(162)</b>	-	<b>(162)</b>
Valor justo dos instr. Patrimoniais	-	-	4.317	-	-	-	<b>4.317</b>	-	<b>4.317</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>									
Ajustes de conversão moeda estrangeira do período	-	-	-	-	16.158	-	<b>16.158</b>	-	<b>16.158</b>
Ajuste de avaliação patrimonial ativo mantido p/venda	-	-	-	-	(591)	-	<b>(591)</b>	-	<b>(591)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro 2018</b>	<b>8.822.057</b>	<b>4.775</b>	<b>22.461</b>	-	<b>11.972</b>	<b>(2.563.227)</b>	<b>6.298.038</b>	<b>(14.158)</b>	<b>6.283.880</b>
Aumento de capital	12.850	-	(12.850)	-	-	-	-	13.523	<b>13.523</b>
Incentivo fiscal SUDAM/SUDENE	-	-	-	48.837	-	(48.837)	-	-	-
Incentivo fiscal ICMS	-	-	-	61.888	-	(61.888)	-	-	-
<b>Transações com acionistas:</b>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	600.798	<b>600.798</b>	(1.718)	<b>599.080</b>
Reversão da Reserva legal	-	(4.775)	-	-	-	4.775	-	-	-
Valor justo dos instr. patrimoniais	-	-	6.029	-	-	-	<b>6.029</b>	-	<b>6.029</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>									
Ajustes de conversão moeda estrangeira do exercício	-	-	-	-	2.046	-	<b>2.046</b>	-	<b>2.046</b>
Ajuste de avaliação patrimonial ativo mantido p/venda	-	-	-	-	(4.477)	-	<b>(4.477)</b>	-	<b>(4.477)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro 2019</b>	<b>8.834.907</b>	-	<b>15.640</b>	<b>110.725</b>	<b>9.541</b>	<b>(2.068.379)</b>	<b>6.902.434</b>	<b>(2.353)</b>	<b>6.900.081</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	545.922	547.124	556.459	613.758
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	125.029	3.038	456.406	444.879
Depreciação e amortização CPC 06 (R2) / IFRS 16	32.297	-	33.647	-
Resultado de equivalência patrimonial	(402.581)	(508.596)	(851)	1.016
Provisão para passivo a descoberto	4.975	19.415	3.190	7.865
Juros provisão para abandono	6.433	-	6.906	5.846
Baixa de poços secos e áreas subcomerciais	36.986	-	36.986	38.175
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	19.905	-
Crédito de PIS/COFINS em virtude de decisão judicial	(33.705)	-	(33.705)	-
Juros sobre crédito de PIS/COFINS	(8.529)	-	(8.529)	-
Variação cambial ativa e passiva	1.702	22.575	(24.047)	11.870
Juros empréstimos e debêntures	123.525	119.007	431.754	475.599
Atualização monetária contratual	261	-	20.888	(5.096)
Rendimento de mútuos	(31.863)	(36.807)	(875)	(5.284)
Provisão para contingências	10.078	-	29.667	-
Juros debêntures a receber	-	(61.326)	-	(11.554)
Reversão de impairment de Itaqui	-	-	(127.114)	-
Rendimentos de aplicações (TVM) e outras receitas e despesas financeiras	(21.780)	-	(31.198)	-
Recuperação de créditos tributários	-	-	2.673	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(10.444)	(619)
Juros do arrendamento mercantil CPC 06 (R2) / IFRS 16	9.551	-	11.207	-
Amortização de custo de captação	1.239	-	40.878	49.885
Ganho na aquisição de controlada	-	(56.809)	-	(56.809)
Ganho na compra vantajosa da aquisição de Pecém II	-	(135.573)	-	(135.573)
	<b>399.540</b>	<b>(87.952)</b>	<b>1.413.803</b>	<b>1.433.958</b>
(Aumento) redução nos ativos /Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Adiantamentos diversos	(3.421)	489	(73.963)	48.052
Despesas antecipadas	5.003	(664)	25.361	(16.829)
Contas a receber	(2.150)	61	(326.854)	284.328
Impostos a recuperar	59.034	1.290	55.289	(7.877)
Depósitos vinculados	(1.103)	12.111	25.788	60.287
Estoque	4.670	-	83.246	(38.470)
Impostos, taxas e contribuições	14.615	(2.510)	28.264	(79.677)
Ativos e passivos mantidos para venda	10.448	9.971	-	-
Fornecedores	9.776	3.556	91.669	(88.306)
Provisões e encargos trabalhistas	13.556	22.482	16.827	5.644
Mútuos	4.850	-	2.820	-
Operações comerciais	(80.897)	135.907	(26.065)	(2.590)
Recebimentos antecipados - CCC	-	-	44.091	-
Dividendos a receber	(13.118)	(55.065)	-	-
Outros ativos e passivos	9.545	(18.139)	37.894	(9.981)
	<b>30.808</b>	<b>109.489</b>	<b>(15.633)</b>	<b>154.581</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(4.384)	-	(31.924)	(61.134)
Dividendos recebidos	13.753	80.977	-	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades operacionais</b>	<b>439.717</b>	<b>102.514</b>	<b>1.366.246</b>	<b>1.527.405</b>
<b>Fluxo caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado e intangível	(168.237)	(4.115)	(829.917)	(455.570)
Aporte de capital / Redução de capital	-	(248.300)	-	-
Aporte de capital em investida	(319.001)	(110.000)	(1.000)	(110.000)
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido	-	(160.000)	-	(148.866)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(356.601)	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	13.206	31.130	(17.304)	10.129
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados (consumidos) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(830.633)</b>	<b>(491.285)</b>	<b>(848.221)</b>	<b>(704.307)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Pagamento do passivo de arrendamento mercantil financeiro	(28.195)	-	(39.623)	-
Aporte de capital de minoritários	-	-	13.524	-
Captações de financiamentos	2.664.004	-	3.414.004	2.018.410
Amortizações do principal - financiamentos	(1.574.676)	-	(3.083.148)	(2.184.868)
Juros pagos	(78.323)	-	(371.607)	(364.126)
Pagamento de Fee - Pré pagamento PII	-	-	(11.093)	-
Custos de captações	(37.469)	(162)	(55.224)	(43.623)
Depósitos vinculados	-	-	(19.541)	136.491
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados (consumido) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>945.341</b>	<b>(162)</b>	<b>(152.708)</b>	<b>(437.716)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>554.425</b>	<b>(388.933)</b>	<b>365.317</b>	<b>385.382</b>
<b>Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	452.050	502.905	1.152.266	766.884
No fim do exercício	1.006.475	113.972	1.517.583	1.152.266
<b>Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>554.425</b>	<b>(388.933)</b>	<b>365.317</b>	<b>385.382</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Receitas</b>	<b>865.679</b>	<b>192.382</b>	<b>3.462.970</b>	<b>3.631.235</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	830.426	-	3.424.069	3.438.521
Outras receitas	35.253	192.382	38.901	192.714
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>(217.753)</b>	<b>(52.798)</b>	<b>(1.284.634)</b>	<b>(1.476.597)</b>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(205.808)	(52.364)	(1.265.394)	(1.349.444)
Contrato de Gás	-	-	(128.499)	(117.744)
Perda e recuperação de valores ativos	(11.945)	(434)	109.259	(9.409)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>647.926</b>	<b>139.584</b>	<b>2.178.336</b>	<b>2.154.638</b>
Depreciação e amortização	(157.326)	(3.038)	(490.053)	(444.879)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>490.600</b>	<b>136.546</b>	<b>1.688.283</b>	<b>1.709.759</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>544.893</b>	<b>660.935</b>	<b>176.251</b>	<b>150.114</b>
Resultado de equivalência patrimonial	397.606	489.181	(2.339)	(8.881)
Receitas financeiras	69.939	13.082	167.246	65.197
Juros sobre operações de mútuos e Debêntures	31.863	98.133	1.384	16.838
Serviços compartilhados	45.410	56.596	-	56.411
Outros	75	3.943	9.960	20.549
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.035.493</b>	<b>797.481</b>	<b>1.864.534</b>	<b>1.859.873</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>1.035.493</b>	<b>797.481</b>	<b>1.864.534</b>	<b>1.859.873</b>
<b>Pessoal</b>	<b>130.039</b>	<b>82.200</b>	<b>295.350</b>	<b>249.402</b>
Remuneração direta	96.598	67.216	217.126	196.622
Benefícios	28.982	11.629	67.807	43.979
FGTS e contribuições	4.459	3.355	10.417	8.801
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>117.368</b>	<b>(322.259)</b>	<b>344.634</b>	<b>74.133</b>
Federal	43.225	(322.330)	319.615	85.747
Estadual	25.252	(30)	(58.292)	(43.809)
Municipal	201	31	416	142
Taxas e contribuições	48.690	70	82.895	32.053
<b>Remuneração capital de terceiros</b>	<b>187.288</b>	<b>149.667</b>	<b>625.470</b>	<b>648.115</b>
Juros e multas pagos ou auferidos	60.676	64	217.299	80.236
Aluguéis	6.587	3.271	18.397	57.628
Variação Cambial e monetária	22.556	22.575	63.077	17.312
Despesas Financeiras	87.707	122.684	295.941	488.919
Outros	9.762	1.073	30.756	4.020
<b>Remuneração de capital próprio</b>	<b>600.798</b>	<b>887.873</b>	<b>599.080</b>	<b>888.223</b>
Lucro líquido do período	600.798	887.873	600.798	887.873
Lucro (Prejuízo) do período atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(1.718)	350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A Eneva S.A. (a “Companhia” ou o “Grupo”) é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código “ENEV3”, com sede no município e Estado do Rio de Janeiro, que atua na geração e comercialização de energia elétrica e na exploração e produção (E&P) de gás natural, no Brasil.

A Eneva tem um parque de geração térmica com 2,8 GW de capacidade contratada (78% operacional), sendo 1,9 GW a gás natural (74%) e 725 MW a carvão mineral (26%). É a segunda maior empresa em capacidade térmica do país, responsável por 11% da capacidade térmica a gás instalada nacional.

Atualmente, possuímos dez campos declarados comerciais, cinco deles em produção, destinados totalmente ao abastecimento das termelétricas a gás natural localizadas no Estado do Maranhão (“Complexo Parnaíba”), assumindo assim um compromisso de produção de 8,4 milhões de m<sup>3</sup>/dia.

A Eneva é a maior operadora privada de gás natural do Brasil e possui uma área exploratória total superior a 50 mil km<sup>2</sup> na Bacia do Parnaíba, estado do Maranhão.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui as seguintes participações nas controladas, controladas em conjunto e coligadas:

	Participação Societária*	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Controladas diretas:</b>		
<b>Térmicas a Gás</b>		
Parnaíba I Geração de Energia S. A	100,00%	100,00%
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	88,85%	88,85%
Azulão Geração de Energia S.A.	99,90%	99,90%
<b>Upstream</b>		
Parnaíba B.V.	100,00%	100,00%
<b>Térmicas a Carvão</b>		
Itaqui Geração de Energia S. A	100,00%	100,00%
Pecém II Participações S. A	100,00%	100,00%
<b>Outros</b>		
Amapari Energia S.A.	51,00%	51,00%
Centrais Termelétricas São Marcos S.A.	-	99,90%
Eneva Participações S.A.	100,00%	100,00%
Jandaíra Ventos S.A.	99,90%	-
Jandaíra II Ventos S.A.	99,90%	-
MPX Energia GMBH	-	100%
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	66,67%
<b>Controladas indiretas:</b>		
<b>Térmicas a Gás</b>		
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	70,00%	70,00%
<b>Térmicas a Carvão</b>		
Pecém II Geração de Energia S. A	100,00%	100,00%
<b>Comercialização de Energia</b>		
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	100,00%	100,00%
<b>Outros</b>		
MPX Chile Holding Ltda.	50,00%	50,00%
Seival Geração de Energia Ltda	100,00%	100,00%
SPE's Ventos	100,00%	100,00%
Sul Geração Energia S.A.	50,00%	50,00%
Tauá Geração de Energia Ltda.	100,00%	100,00%
Termopantanal Ltda.	66,67%	66,67%
<b>Controladas em Conjunto:</b>		
Centrais Termelétricas São Marcos S.A.	50,00%	-
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	50,00%	50,00%
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	50,00%	50,00%
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	50,00%
<b>Coligadas</b>		
Seival Sul Mineração Ltda.	30,00%	30,00%

O resumo das especificações técnicas das subsidiárias operacionais é como segue:

## Geração de Energia

Empreendimento/ Empresa	Localização	Capacidade total <sup>(1)</sup>	Combustível	Data de início da operação	CCEAR	Autorização até	Participação da Eneva
<b>Parnaíba I *</b>	Santo Antônio dos Lopes/MA	676 MW	Gás natural	Abril de 2013	452 MWa por 15 anos	Dezembro de 2027	100%
<b>Parnaíba II */**</b>	Santo Antônio dos Lopes/MA	751 MW	Gás natural	Julho de 2016	568 MWa por 20 anos	Abril de 2036	100%
<b>Itaqui</b>	São Luís/MA	360 MW	Carvão mineral importado	Fevereiro de 2013	315 MWa por 15 anos	Dezembro de 2026	100%
<b>Pecém II</b>	São Gonçalo do Amarante/CE	365 MW	Carvão mineral importado	Outubro de 2013	276 MWa por 15 anos	Dezembro de 2027	100%
<b>Tauá</b>	Tauá/CE	1 MW	Fonte de energia solar	Julho de 2011	Mercado Livre	Não aplicável	100%
<b>Jaguarica II</b>	Boa Vista/RR	132 MW	GNL	Junho de 2021	15 anos no CCESI	Junho de 2036	100%
<b>Parnaíba V</b>	Santo Antônio dos Lopes/MA	385 MW	Gás Natural	Janeiro de 2024	326 MWa por 25 anos	Dezembro de 2049	100%
<b>Parnaíba VI</b>	Santo Antônio dos Lopes/MA	92 MW	Gás Natural	Janeiro de 2025	70 MWa por 25 anos	Dezembro de 2050	100%

<sup>(1)</sup> Informação não auditada.

\* A UTE Parnaíba I e Parnaíba III, tiveram sua garantia física revista, conforme nota explicativa nº “1.1 - Eventos significativos do exercício”

\*\* 98MWa do CCEAR (contrato de comercialização de energia no ambiente regulado), possui prazo de 15 anos, ou seja, até dezembro de 2027. Isso deve-se à incorporação da Parnaíba III, no ano de 2018.

## Exploração e Produção

Empresa	Empreendimento	Localização	Participação da ENEVA
<b>Eneva S.A.</b>	10 campos de gás natural, com reservas certificadas (2P) de 27,7 bilhões de m <sup>3</sup> .	MA /AM	100%
<b>Parnaíba B.V.</b>	Arrendatária de máquinas e equipamentos para as atividades de E&P	Holanda	100%

### 1.1 Eventos significativos do exercício:

Ao longo do exercício de 2019, a Companhia avançou em sua estratégia de crescimento mediante vitória em novos leilões, aquisição de novos blocos exploratórios e reestruturação do seu perfil de dívida.

Como parte desse avanço operacional, a Companhia foi vencedora do leilão de energia nova A-6 (realizado em outubro de 2019), da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que tem como objetivo a expansão da usina termelétrica UTE MC2 Nova Venécia 2 (empreendimento “Parnaíba III”), incorporada societariamente em Parnaíba II em 2018, com capacidade instalada adicional de 92,3 MW, a ser instalada no Complexo Termelétrico Parnaíba. Essa expansão recebeu o nome de “Parnaíba VI”.

A Parnaíba VI contratou 70 MW médios, com inflexibilidade operacional sazonal de 50%, assegurando uma receita fixa anual de R\$ 85.346,713,80 (oitenta e cinco milhões, trezentos e quarenta e seis mil, setecentos e treze reais e oitenta centavos), pelo prazo de 25 anos, a partir de 1º de janeiro de 2025. O CCEAR (Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado) prevê correção anual da receita fixa de acordo com a variação do IPCA.

Outra vitória relevante no ano de 2019 foi no no Leilão para Suprimento de Energia à Boa Vista e localidades conectadas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), pelo projeto de geração termelétrica UTE Jaguatirica II (empresa “Azulão Geração de Energia S.A”) com capacidade instalada de 132,3 MW, a ser implantado em Boa Vista, Estado de Roraima. Foi assegurado contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados (CCESI), pelo prazo de 15 anos, a partir de 28 de junho de 2021.

O fornecimento de gás para a UTE Jaguatirica II será feito a partir do campo terrestre de Azulão (empresa “Eneva S.A”), na Bacia do Amazonas, Estado do Amazonas (“Campo de Azulão”).

O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (“IPAAM”) emitiu a Licença de Instalação (“LI”) para construção da unidade de tratamento de gás e do terminal de liquefação a serem instalados no Campo de Azulão (“Azulão”), no Amazonas. Em 19 de julho, o IPAAM já tinha emitido LI para a perfuração dos poços de Azulão. Em 5 de setembro, a Companhia obteve a LI para construção da usina termelétrica Jaguatirica II. Portanto, todo o projeto integrado Azulão-Jaguatirica encontra-se licenciado e em construção.

O Ministério de Minas e Energia, mediante Portaria nº 361, publicada no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2019, enquadrando o projeto como beneficiário do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (“REIDI”). Posteriormente, a Receita Federal do Brasil publicou o Ato Declaratório Executivo nº 109 autorizando a Azulão Geração de Energia S.A (UTE Jaguatirica II”) a se beneficiar do referido regime.

O enquadramento no REIDI garante a suspensão da exigência do PIS e da COFINS incidentes sobre os bens, serviços e locações incorporados durante fase de construção do projeto, para o suprimento de gás natural (liquefação, tancagem, carretas criogênicas, regaseificação e usina termelétrica).

Além das execuções das construções dos novos projetos (Parnaíba V e Projeto integrado Azulão-Jaguatirica) e nossa conquista mais recente no leilão A-6 (Parnaíba VI), Parnaíba I e o empreendimento Parnaíba III tiveram a garantia física (“GF”) elevada em 129,9 MW médios e 30,4 MW médios, respectivamente. A GF das Usinas passa assim a totalizar 609,5 MW médios em Parnaíba I e 132,2 MW médios no empreendimento Parnaíba III, proporcionando às UTEs a possibilidade de comercializar mais energia no mercado. A GF excedente de Parnaíba I poderá ser comercializada no ambiente de contratação livre, conforme oportunidades de mercado, ou regulado, no caso de um novo leilão de energia existente.

A revisão da GF de Parnaíba I e III, estava condicionada à comercialização de energia no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes de 2019, denominado Leilão “A-2”, da ANEEL, realizado em 6 de dezembro de 2019. O empreendimento Parnaíba III contratou 20MW médios, assegurando uma receita fixa anual de R\$ 18.361.729,07. Já Parnaíba I contratou 2MW médios no leilão, assegurando uma receita fixa anual de R\$ 1.985.183,37.

As usinas farão jus ao recebimento de receita fixa a partir de janeiro de 2021, pelo prazo de 2 anos, com reajuste anual a ser realizado no mês de novembro, de acordo com a variação do IPCA.

No segmento de Exploração e Produção de Gás (*Upstream*) a Companhia obteve sucesso no primeiro ciclo de Oferta Permanente, realizado em 10 de setembro, pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que resultou na aquisição de 6 blocos em terra. A Companhia adquiriu 100% de participação dos blocos PN-T-47, PN-T-48A, PN-T-66, PN-T-67A, PN-T-68, PNT-102A na Bacia do Parnaíba, no Maranhão, e ofertou Programa Exploratório Mínimo de 8.811 Unidades de Trabalho, a ser executado ao longo de 6 anos, na área total arrematada de 13.779,74 Km<sup>2</sup>. A Eneva será operadora em todos os blocos arrematados, e o valor total do bônus de assinatura foi de R\$ 3.503 mil. A assinatura dos contratos ocorreu em 14 de fevereiro de 2020.

Os novos ativos complementarão o portfólio da Companhia, que já conta com 38.256 Km<sup>2</sup> sob concessão na Bacia do Parnaíba, na forma de blocos exploratórios, áreas em desenvolvimento e dez campos declarados comerciais. A estratégia fortalece a presença da Eneva na região, em continuidade ao desenvolvimento do modelo Reservoir-to-Wire (R2W), que integra a produção de gás em terra à geração de energia.

Ainda no primeiro semestre de 2019 foi concluído o processo da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 séries no valor total de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

Os recursos obtidos por meio das debêntures da primeira e da segunda série foram destinados ao pagamento antecipado de 100% do saldo remanescente dos créditos quirografários do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, no

montante de R\$ 1.575 bilhões. Considerando o cumprimento integral das obrigações do Plano de Recuperação Judicial com a anuência de todos os credores, e sem mais questões a serem decididas no processo, a Eneva S.A e a Eneva Participações S.A requereram ao Juízo Competente a imediata baixa e arquivamento dos autos deste processo.

Já os recursos da terceira série serão destinados ao pagamento ou reembolso, conforme o caso, de gastos, despesas e/ou dívidas relacionados à implantação da UTE Parnaíba 5A e 5B (“Parnaíba V”), ativo qualificável – Usina geradora de Energia, em construção.

Para complementar os recursos financeiros relacionados à construção da UTE Parnaíba V, em 28 de junho, foi celebrado o contrato de financiamento entre a Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), no valor de R\$ 842.567.004,00 (oitocentos e quarenta e dois milhões, quinhentos e sessenta e sete mil e quatro reais), com prazo de 17 (dezessete) anos.

Já em relação ao segmento de *Upstream*, o Ministério de Minas e Energia – MME, enquadrou o plano de investimentos na exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos na Bacia do Parnaíba (“Plano de Investimentos”) como projeto prioritário para emissão de debêntures de infraestrutura. Assim, em dezembro, foi concluída a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), cujo vencimento é dezembro de 2027.

Os recursos líquidos obtidos, por meio das debêntures serão utilizados até a data de vencimento das debêntures para investimento, pagamento futuro ou reembolso, conforme o caso, de gastos, despesas e/ou dívidas que tenham ocorrido em período igual ou inferior a 24 meses, que sejam relacionados à execução do projeto Parque dos Gaviões – Bacia do Parnaíba.

Ainda no 2º semestre, ocorreu o refinanciamento da dívida da subsidiária Parnaíba II Geração de Energia S.A. (“Parnaíba II”), por meio da emissão de R\$ 750 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 séries e pagamento antecipado do saldo remanescente das dívidas relativas à:

- 1ª emissão de debentures simples de Parnaíba II, no montante de R\$ 717 milhões
- 2ª emissão de debentures simples de Parnaíba III Geração de Energia S.A. (sucida por Parnaíba II, no montante de R\$ 246 milhões.
- Cédula de crédito Bancário junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., no montante total de R\$ 223 milhões.

Em novembro, a Companhia firmou com a Natural Energia Participações Ltda, um acordo de exclusividade na negociação para aquisição de 75% do projeto UTE Nossa Senhora de Fátima. O acordo prevê que a Companhia terá exclusividade para a realização de due diligence, bem como para negociar a mencionada aquisição até a data do Leilão ANEEL A-4 e/ou A-5 de 2020, ou 15 dias após a habilitação da UTE Fátima em um leilão de energia no ACR – Ambiente de Contrato Regulado, o que ocorrer primeiro.

A UTE Fátima possui licença prévia para uma usina termelétrica a gás natural, com capacidade de até 1.750 MW, no município de Macaé, estado do Rio de Janeiro.

Todos os eventos têm como finalidade a reestruturação das dívidas financeiras, bem como a execução dos novos projetos da Companhia e crescimento contínuo na geração de energia elétrica e exploração de gás natural.

## 2. Licenças e autorizações

O Grupo Eneva buscou cumprir com todas as suas obrigações socioambientais estabelecidas no âmbito do licenciamento ambiental de seus ativos, obedecendo a legislação aplicável e as iniciativas de saúde e segurança, perseguindo os mais altos padrões de desempenho. A manutenção e emissão de novas licenças e autorizações socioambientais garantem o fortalecimento e crescimento da Companhia de forma sustentável e responsável.

Além da manutenção das licenças e autorizações existentes, destaca-se que o desenvolvimento de novos projetos e alteração dos existentes seguiram o trâmite exigido pelo licenciamento ambiental, sendo submetidos aos órgãos governamentais competentes para avaliação da viabilidade socioambiental. Nesse sentido, em 2019 destaca-se a emissão da Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) para a UTE Jaguatirica II, além das Autorizações Ambientais para perfuração e exploração do gás natural no Campo do Azulão no estado do Amazonas e emissão da Licença de Instalação

(LI) para a construção da UTG Azulão no local. Adicionalmente, foram emitidas as autorizações para as atividades de sísmica e perfuração no Maranhão nos blocos correspondentes a rodada 14ª da ANP, destacando-se os blocos PN-T-69, PN-T-87, PN-T-103, PN-T-101, PN-T-133, PN-T-134, PN-T-117, PN-T-118, PN-T-119, PN-T-146 e PN-T-163. Para produção foram emitidas as Licenças de Instalação para novos campos, destacando-se GVB, GVA, GVV, GVBO, GBSE e GVBN.

### 3. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

#### (a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

#### (b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na demonstração financeira consolidada esses custos são apresentados na conta "imobilizado". Deste modo não existe diferença entre o patrimônio líquido individual da controladora e o patrimônio líquido consolidado.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração e pela diretoria em 23 de março de 2020.

#### (c) Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

##### CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil / (IFRS 16 Leases)

O CPC 06 (R2), estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Sendo assim os arrendatários passam a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado.

A definição de arrendamento abrange todos os contratos que conferem direito de uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviço.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos,

um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento.

#### **Transição CPC 06(R2)**

A Companhia adotou o CPC 06(R2) a partir do dia 1º de janeiro de 2019, data de adoção inicial, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, dessa forma, a informação comparativa não foi reapresentada e continua a ser divulgada de acordo com o CPC 06/IFRIC 4. Como resultado da adoção, a Companhia alterou sua política contábil para os contratos de arrendamento, conforme apresentado na nota explicativa nº 11 “Arrendamentos”.

#### **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)**

Tem por objetivo esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o lucro, quando há incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro. Por exemplo, pode não estar claro:

- Como aplicar a legislação tributária aplicável a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade.

Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A Companhia avaliou os requerimentos dessa nova interpretação e concluiu que não há impacto significativo nas demonstrações financeiras, uma vez que os principais tratamentos de apuração de Imposto de Renda e de Contribuição Social são considerados como provável que sejam aceitos pelas autoridades tributárias.

#### **(d) Mudanças nas práticas contábeis e divulgações ainda não vigentes**

Novas normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020, os quais não foram adotados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas foram alteradas e não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas prospectivas da Companhia:

- Revisão do CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
- Alteração no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios
- Mudança no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- Modificação no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

## **4. Resumo das principais práticas e políticas contábeis**

### **4.1 Consolidação**

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora, daquelas empresas onde a Companhia detém o controle (diretamente e indiretamente), conforme detalhadas na Nota Explicativa nº “1 Investimentos”.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

#### **(a) Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de exercer o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos, inclusive os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

#### **(b) Transações com participações de não controladores**

Os investimentos detidos por outros investidores nas controladas da Eneva são classificados como acionista não controlador.

Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

#### **(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto**

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Esses investimentos são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver nota explicativa "15 – Intangível", *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações patrimoniais são reconhecidas no patrimônio do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e *joint ventures* são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Caso a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas por diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

## **4.2 Conversão de moeda estrangeira**

### **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas ligadas à Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

## **(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são reavaliados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como hedge accounting e, portanto, que são diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com operações comerciais, empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

## **(c) Empresa com moeda funcional diferente**

Os resultados e a posição financeira da controlada Parnaíba B.V., cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i)** Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii)** As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii)** Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

## **4.3 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

## **4.4 Participação nos resultados**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados de funcionários com base em metas corporativas estabelecidas atreladas ao plano de desenvolvimento e crescimento da Companhia. A participação nos resultados é composta por avaliação das metas de todos os colaboradores e diretoria. No entendimento da Administração, esse benefício vem sendo aprimorado com o passar dos anos para proporcionar um maior engajamento dos funcionários na melhoria dos resultados da Companhia.

## **4.5 Ativos classificados como mantido para venda**

Em 25 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") com a Copelmi Participações Ltda. ("Copelmi"), para alienação da totalidade de sua participação na coligada Seival Sul Mineração (30%) e o terreno de propriedade da controlada indireta Seival Geração de Energia (custo de R\$2.730), conforme divulgado anteriormente na demonstração financeira do exercício de 2018. A conclusão da operação está sujeita ao assentimento do Conselho de Defesa Nacional – CDN.

O CPC 31 (IFRS 5) - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, exige que os ativos que forem classificados como mantidos para venda sejam mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo deduzidos das despesas de venda. Seguem informações dos ativos mantidos para venda:

	%	Investidora	Resultado	Passivo a descoberto	Passivo a descoberto registrado na Eneva
Seival Sul Mineração S.A.	30%	Eneva S.A.	(17.600)	(24.678)	(7.403)

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

#### 4.6 Práticas contábeis

As demais práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

## 5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### 5.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais (exceto como informado na nota explicativa 3b) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota explicativa nº “14 – Imobilizado”.

Itens significativos sujeitos a estimativas e julgamentos de premissas estão incluídos abaixo:

- a análise do risco de crédito para determinação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, vide nota explicativa nº “9 - Contas a receber”;
- reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, administrativos e regulatórios, por meio da análise da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa nº “20 - Provisão para contingências”;
- Ativos e passivos financeiros por meio de derivativos e expectativa sobre o mercado de commodities, vide nota explicativa nº “19 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos”;
- As reservas de gás natural são calculadas tendo por base informações econômicas, geológicas e de engenharia, como perfis de poço e dados de pressão, dentre outros. Os volumes de reservas são utilizados para o cálculo das taxas de depreciação/depleção/amortização no método de unidades produzidas e nos testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*). A determinação da estimativa do volume de reservas requer julgamento significativo e está sujeita a revisões, no mínimo anualmente, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à produção e geologia dos reservatórios, bem como alterações em preços e custos utilizados. As revisões podem, também, resultar de alterações significativas na estratégia de desenvolvimento da Companhia ou na capacidade de produção, vide nota explicativa “nº 15 – Intangível”
- Perda (*impairment*) dos ativos não circulantes - A Companhia testa eventuais perdas nos ativos, de acordo com as políticas contábeis descritas nas notas explicativa específicas. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso.

- Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os adotados para fins de tributação e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados, vide nota explicativa nº “13 - Impostos a recuperar e diferidos”.
- Impacto das reservas de gás natural nas estimativas de custos com obrigações de desmantelamento de áreas - A estimativa do momento de realização dos custos com obrigações de desmantelamento de áreas é baseada no prazo de exaustão das reservas provadas de acordo com os critérios estabelecidos pela ANP/SPE. Revisões nas estimativas de reservas que impliquem em mudanças no prazo de exaustão podem afetar a provisão para desmantelamento de áreas. O reconhecimento contábil dessas obrigações deve ser a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto livre de risco, ajustada ao risco de crédito da companhia. Em função dos longos períodos até a data de abandono, variações na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido.

## 6. Informações por segmento

A Administração da Companhia gerencia seus empreendimentos com base em cinco segmentos de negócios principais, sendo: (i) térmicas a gás, (ii) *upstream*, (iii) térmicas a carvão, (iv) comercialização de energia e (v) outros.

As atividades de cada segmento têm seu desempenho avaliado pela Diretoria Executiva da Companhia e refletem a estrutura do modelo de negócio adotado. Cabe destacar que as operações entre a Companhia e suas controladas, bem como as operações entre as controladas são integralmente eliminadas para a apresentação dos saldos por segmento.

Abaixo descrição dos segmentos:

### (i) *Térmicas a gás*

Fazem parte deste segmento as controladas Parnaíba I Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização S.A., compondo o Complexo do Parnaíba, no Maranhão. Referido complexo possui capacidade total instalada de, aproximadamente, 1,4 GW e terá a capacidade de 2,0 GW a partir da conclusão das obras de fechamento de ciclo, conhecido como projeto Parnaíba V, com previsão de conclusão no 2º semestre de 2021 e projeto de Parnaíba VI que tem como objetivo a expansão da usina termelétrica a UTE MC2 Nova Venécia 2 (“Parnaíba II”), com capacidade instalada adicional de 92,3 MW, com conclusão prevista para o 1º semestre de 2025.

Todo o complexo está conectado ao Subsistema Norte de geração e transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Adicionalmente, o segmento de geração Térmica a Gás conta com o projeto Jaguatirica II com capacidade instalada de 132,3 MW, a ser implantado em Boa Vista, Estado de Roraima, com previsão de conclusão é no 2º semestre de 2021. O projeto está situado em sistema isolado.

### (ii) *Upstream*

Neste segmento, a Companhia atua na exploração e produção (E&P) de hidrocarbonetos em uma área sob concessão de aproximadamente 50 mil km<sup>2</sup> na Bacia do Parnaíba, Estado do Maranhão e de 58 km<sup>2</sup> na Bacia do Amazonas.

A Companhia possui compromisso de produção de 8,4 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural por dia, totalmente destinada ao abastecimento do Complexo do Parnaíba, consolidando o modelo *Reservoir-to-Wire* (“R2W”) implementado de forma pioneira no país pela Companhia. Este segmento é composto pelas empresas Eneva S.A. e Parnaíba B.V.

### (iii) *Térmicas a carvão*

Este segmento é composto pelas controladas Itaquí Geração de Energia S.A. com capacidade instalada de 360 MW, localizada no Estado do Maranhão, conectada ao Subsistema Norte, e Pecém II Geração de Energia S.A. com capacidade instalada de 365 MW, localizada no Estado do Ceará, conectada ao Subsistema Nordeste de geração e transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

**(iv) Comercialização de Energia**

Neste segmento, ocorre a comercialização de contratos de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) obrigatoriamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por intermédio da controlada indireta Eneva Comercializadora de Energia Ltda.

**(v) Outros**

Este segmento é composto pela Eneva Participações S.A., além das empresas mantidas para o desenvolvimento de projetos.

A seguir são apresentados por segmento as principais linhas do balanço patrimonial e da demonstração de resultado, na data base de 31 de dezembro de 2019 e 2018:

**Contas patrimoniais 31/12/2019:**

	Geração a Gás Natural						Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e outros	Eliminações	Total do Consolidado
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas à Carvão	Eliminações					
<b>Total do ativo</b>	<b>4.140.434</b>	<b>5.266.768</b>	<b>(431.105)</b>	<b>8.976.097</b>	<b>4.693.724</b>	<b>(2.605)</b>	<b>4.691.119</b>	<b>129.474</b>	<b>620.242</b>	<b>(553.788)</b>	<b>13.863.144</b>
<b>Circulante</b>	<b>883.385</b>	<b>1.318.522</b>	<b>(119.707)</b>	<b>2.082.200</b>	<b>637.584</b>	-	<b>637.584</b>	<b>56.674</b>	<b>49.392</b>	-	<b>2.825.850</b>
Caixa e equivalentes	277.485	1.006.502	-	1.283.987	201.924	-	201.924	13.676	17.996	-	1.517.583
Contas a receber	382.288	2.134	-	384.422	289.903	-	289.903	20.826	30	-	695.181
Estoque	14.224	30.307	-	44.531	57.669	-	57.669	-	11	-	102.211
Outros ativos	209.388	279.579	(119.707)	369.260	88.088	-	88.088	22.172	31.355	-	510.875
<b>Não circulante</b>	<b>3.257.049</b>	<b>3.948.246</b>	<b>(311.398)</b>	<b>6.893.897</b>	<b>4.056.140</b>	<b>(2.605)</b>	<b>4.053.535</b>	<b>72.800</b>	<b>570.850</b>	<b>(553.788)</b>	<b>11.037.294</b>
IR e CS Diferido	93.913	250.454	-	344.367	293.821	-	293.821	21.853	36	-	660.077
Imobilizado e intangível	3.132.642	2.615.492	(17.824)	5.730.310	3.755.770	-	3.755.770	135	115.431	585.764	10.187.410
Outros ativos	30.494	1.082.300	(293.574)	819.220	6.549	(2.605)	3.944	50.812	455.383	(1.139.552)	189.807
<b>Total do passivo</b>	<b>4.140.434</b>	<b>5.266.768</b>	<b>(431.105)</b>	<b>8.976.097</b>	<b>4.693.724</b>	<b>(2.605)</b>	<b>4.691.119</b>	<b>129.474</b>	<b>620.242</b>	<b>(553.788)</b>	<b>13.863.144</b>
<b>Circulante</b>	<b>474.631</b>	<b>502.397</b>	<b>(193.629)</b>	<b>783.399</b>	<b>478.988</b>	<b>(142)</b>	<b>478.846</b>	<b>59.499</b>	<b>21.830</b>	<b>9.354</b>	<b>1.352.928</b>
Empréstimos	-	12.117	-	12.117	166.068	-	<b>166.068</b>	-	-	-	178.185
Debentures	96.118	9.195	-	105.313	-	-	-	-	-	-	105.313
Outros passivos	378.513	481.085	(193.629)	665.969	312.920	(142)	<b>312.778</b>	59.499	21.830	9.354	1.069.430
<b>Não circulante</b>	<b>1.771.202</b>	<b>2.802.321</b>	<b>(237.476)</b>	<b>4.336.047</b>	<b>1.714.749</b>	<b>(2.463)</b>	<b>1.712.286</b>	<b>3.384</b>	<b>121.560</b>	<b>(563.142)</b>	<b>5.610.135</b>
Empréstimos	-	79.957	-	79.957	1.141.272	-	<b>1.141.272</b>	-	-	-	1.221.229
Debentures	1.423.694	2.628.121	-	4.051.815	-	-	-	-	-	-	4.051.815
Outros passivos	347.508	94.243	(237.476)	204.275	573.477	(2.463)	<b>571.014</b>	3.384	121.560	(563.142)	337.091
<b>Acionistas não controladores</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>(2.353)</b>	-	<b>(2.353)</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.894.601</b>	<b>1.962.050</b>	-	<b>3.856.651</b>	<b>2.499.987</b>	-	<b>2.499.987</b>	<b>66.591</b>	<b>479.205</b>	-	<b>6.902.434</b>

**Contas patrimoniais 31/12/2018:**

	Geração a Gás Natural										
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas à Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e outros	Eliminações	Total do Consolidado
<b>Total do ativo</b>	<b>3.779.238</b>	<b>3.469.562</b>	<b>(490.605)</b>	<b>6.758.195</b>	<b>4.565.325</b>	<b>(2.608)</b>	<b>4.562.717</b>	<b>125.078</b>	<b>1.889.391</b>	<b>(1.035.699)</b>	<b>12.299.682</b>
<b>Circulante</b>	<b>865.651</b>	<b>613.321</b>	<b>(92.408)</b>	<b>1.386.564</b>	<b>562.638</b>	<b>-</b>	<b>562.638</b>	<b>61.658</b>	<b>207.800</b>	<b>(72.032)</b>	<b>2.146.628</b>
Caixa e equivalentes	481.094	338.226	-	819.320	193.549	-	193.549	22.582	116.815	-	1.152.266
Contas a receber	176.040	2.018	-	178.058	161.971	-	161.971	17.815	39	-	357.883
Estoque	37.639	34.977	-	72.616	153.103	-	153.103	-	11	-	225.730
Outros ativos	170.878	238.100	(92.408)	316.570	54.015	-	54.015	21.261	90.935	(72.032)	410.749
<b>Não circulante</b>	<b>2.913.587</b>	<b>2.856.241</b>	<b>(398.197)</b>	<b>5.371.631</b>	<b>4.002.687</b>	<b>(2.608)</b>	<b>4.000.079</b>	<b>63.420</b>	<b>1.681.591</b>	<b>(963.667)</b>	<b>10.153.054</b>
IR e CS Diferido	64.134	178.291	-	242.425	308.147	-	308.147	21.853	36	-	572.461
Imobilizado e intangível	2.569.511	2.410.573	-	4.980.084	3.686.572	-	3.686.572	181	101.004	602.282	9.370.123
Outros ativos	279.942	267.377	(398.197)	149.122	7.968	(2.608)	5.360	41.386	1.580.551	(1.565.949)	210.470
<b>Total do passivo</b>	<b>3.779.238</b>	<b>3.469.562</b>	<b>(490.605)</b>	<b>6.758.195</b>	<b>4.565.325</b>	<b>(2.608)</b>	<b>4.562.717</b>	<b>125.079</b>	<b>1.889.391</b>	<b>(1.035.700)</b>	<b>12.299.682</b>
<b>Circulante</b>	<b>236.369</b>	<b>398.922</b>	<b>(89.329)</b>	<b>545.962</b>	<b>405.605</b>	<b>(154)</b>	<b>405.451</b>	<b>63.125</b>	<b>29.723</b>	<b>(65.497)</b>	<b>978.764</b>
Empréstimos	18.266	9.859	-	28.125	155.941	-	155.941	-	-	-	184.066
Debentures	113.297	-	-	113.297	-	-	-	-	-	-	113.297
Outros passivos	104.806	389.063	(89.329)	404.540	249.664	(154)	249.510	63.125	29.723	(65.497)	681.401
<b>Não circulante</b>	<b>2.433.311</b>	<b>503.665</b>	<b>(383.772)</b>	<b>2.553.204</b>	<b>1.857.631</b>	<b>(2.454)</b>	<b>1.855.177</b>	<b>8.200</b>	<b>1.590.660</b>	<b>(970.203)</b>	<b>5.037.038</b>
Empréstimos	201.817	77.698	-	279.515	1.394.858	-	1.394.858	-	1.517.384	-	3.191.757
Debentures	1.674.624	-	-	1.674.624	-	-	-	-	-	-	1.674.624
Outros passivos	556.870	425.967	(383.772)	599.065	462.773	(2.454)	460.319	8.200	73.276	(970.203)	170.657
<b>Acionistas não controladores</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-14.158</b>	<b>-</b>	<b>-14.158</b>
<b>Patrimônio Líquido controladores</b>	<b>1.109.558</b>	<b>2.566.975</b>	<b>(17.504)</b>	<b>3.659.029</b>	<b>2.302.089</b>	<b>-</b>	<b>2.302.089</b>	<b>53.754</b>	<b>283.166</b>	<b>-</b>	<b>6.298.038</b>

	Geração a Gás Natural			Subtotal Consolidado	Térmicas à Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e outros	Eliminações	Total do Consolidado
	Térmicas à Gás	Upstream	Eliminações								
<b>Demonstração do resultado</b>											
Receita operacional líquida	1.742.505	742.845	(673.721)	<b>1.811.629</b>	1.284.722	-	<b>1.284.722</b>	412.786	506	(372.274)	<b>3.137.369</b>
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(1.300.638)	(238.857)	670.947	<b>(868.548)</b>	(990.228)	-	<b>(990.228)</b>	(406.764)	(114)	366.060	<b>(1.899.594)</b>
Despesas operacionais	(33.974)	(193.573)	-	<b>(227.547)</b>	(23.819)	-	<b>(23.819)</b>	(4.897)	(10.903)	(13.284)	<b>(280.450)</b>
Outros resultados operacionais	(7.827)	5.393	-	<b>(2.434)</b>	104.709	-	<b>104.709</b>	245	1.804	-	<b>104.324</b>
Despesas com exploração e poço seco	-	(92.671)	-	<b>(92.671)</b>	-	-	-	-	-	-	<b>(92.671)</b>
Equivalência patrimonial	-	394.899	(188.250)	<b>206.649</b>	29.854	(29.854)	-	-	39.313	(248.301)	<b>(2.339)</b>
Receita Financeira	69.394	101.916	(22.647)	<b>148.663</b>	43.500	-	<b>43.500</b>	12.722	2.159	(28.454)	<b>178.590</b>
Despesa Financeira	(258.427)	(176.672)	25.421	<b>(409.678)</b>	(203.526)	-	<b>(203.526)</b>	(629)	(3.391)	28.454	<b>(588.770)</b>
Provisão dos tributos correntes e diferidos	5.834	54.876	-	<b>60.710</b>	(17.463)	-	<b>(17.463)</b>	(626)	-	-	<b>42.621</b>
Lucro (Prejuízo) do período	216.867	598.156	(188.250)	<b>626.773</b>	227.749	(29.854)	<b>197.895</b>	12.837	29.374	(267.799)	<b>599.080</b>
Atribuído a sócios da empresa controladora	216.867	598.156	(188.250)	<b>626.773</b>	227.749	(29.854)	<b>197.985</b>	12.837	29.374	(266.081)	<b>600.798</b>
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.718)	<b>(1.718)</b>

2018

	Geração a Gás Natural			Subtotal Consolidado	Térmicas à Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e outros	Eliminações	Total do Consolidado
	Térmicas à Gás	Upstream	Eliminações								
<b>Demonstração do resultado</b>											
Receita operacional líquida	2.311.048	232.332	(716.379)	<b>1.827.001</b>	1.231.240	-	<b>1.231.240</b>	495.441	356	(386.109)	<b>3.167.929</b>
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(1.453.744)	(173.652)	716.379	<b>(911.017)</b>	(902.837)	-	<b>(902.837)</b>	(486.059)	(110)	386.109	<b>(1.913.914)</b>
Despesas operacionais	(65.860)	(6.832)	-	<b>(72.692)</b>	(22.318)	-	<b>(22.318)</b>	(3.977)	(90.562)	(28.139)	<b>(217.688)</b>
Outros resultados operacionais	2.206	2.173	-	<b>4.379</b>	(1.113)	-	<b>(1.113)</b>	-	199.782	-	<b>203.048</b>
Despesas com exploração e poço seco	(112.404)	-	-	<b>(112.404)</b>	-	-	-	-	-	-	<b>(112.404)</b>
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.881)	-	<b>(8.881)</b>
Receita financeira	54.638	19.186	-	<b>73.824</b>	60.826	-	<b>60.826</b>	3.093	48.969	-	<b>186.712</b>
Despesa financeira	(242.532)	(122.374)	-	<b>(364.906)</b>	(212.186)	-	<b>(212.186)</b>	(19.736)	(94.216)	-	<b>(691.044)</b>
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(83.194)	(9.891)	-	<b>(93.085)</b>	28.056	-	<b>28.056</b>	(8)	339.502	-	<b>274.465</b>
Lucro (Prejuízo) do exercício	410.158	(59.058)	-	<b>351.100</b>	181.668	-	<b>181.668</b>	(11.246)	394.840	(28.139)	<b>888.223</b>
Atribuído a sócios da empresa controladora	410.158	(59.058)	-	<b>351.100</b>	181.668	-	<b>181.668</b>	(11.246)	394.840	(28.489)	<b>887.873</b>
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(350)	<b>(350)</b>

### Receita bruta entre segmentos e clientes externos

	2019		2018			
	Receita Bruta total do segmento	Receita Bruta entre segmentos	Receita Bruta clientes externos	Receita Bruta total do segmento	Receita Bruta entre segmentos	Receita Bruta clientes externos
Termicas a gás	1.952.951	52.157	1.900.794	1.972.984	83.468	1.889.516
Upstream	830.426	826.071	4.355	826.525	823.620	2.905
Carvão	1.450.097	-	1.450.097	1.390.476	-	1.390.476
Comercializadora de energia	454.860	358.062	96.798	546.798	341.997	204.801
Holding e outros	558	-	558	391	-	391
<b>Total</b>	<b>4.688.892</b>	<b>1.236.290</b>	<b>3.452.602</b>	<b>4.737.174</b>	<b>1.249.085</b>	<b>3.488.089</b>

Vendas entre segmentos são feitas pelo valor de mercado das transações.

### Análise da receita bruta por categoria

	(CCEAR)		MCP	Arrendamento		Gás e Condensado	2019
	Fixa Disponibilidade	Variável	Variável	Fixo	Variável	Variável	Total
Termicas a gás	1.249.020	411.913	292.018	-	-	-	1.952.951
Upstream	-	-	-	291.773	54.568	484.085	830.426
Carvão	818.838	318.581	312.678	-	-	-	1.450.097
Comercializadora de energia	-	-	454.860	-	-	-	454.860
Holding e outros	-	-	558	-	-	-	558
<b>Total</b>	<b>2.067.858</b>	<b>730.494</b>	<b>1.060.114</b>	<b>291.773</b>	<b>54.568</b>	<b>484.085</b>	<b>4.688.892</b>

	(CCEAR)		MCP	Arrendamento		Gás e Condensado	2018
	Fixa Disponibilidade	Variável	Variável	Fixo	Variável	Variável	Total
Termicas a gás	1.197.121	471.273	304.590	-	-	-	1.972.984
Upstream	-	-	-	257.267	112.720	456.538	826.525
Carvão	736.652	460.144	193.680	-	-	-	1.390.476
Comercializadora de energia	-	-	546.798	-	-	-	546.798
Holding e outros	-	-	391	-	-	-	391
<b>Total</b>	<b>1.933.773</b>	<b>931.417</b>	<b>1.045.459</b>	<b>257.267</b>	<b>112.720</b>	<b>456.538</b>	<b>4.737.174</b>

Receita bruta por estado está distribuída da seguinte forma:

	2019	2018
Maranhão	3.506.086	3.552.281
Ceará	727.946	638.095
Rio de Janeiro	454.860	546.798
<b>Total</b>	<b>4.688.892</b>	<b>4.737.174</b>

Com o término da construção do projeto Azulão-Jaguarica iremos expandir nossas operações para as regiões do Amazonas e Roraima.

## 7. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	2.951	2.737	34.892	41.601
Fundo de Investimento FICFI RF CP ENEVA (a)	69.250	215.936	174.386	450.130
CDB/Compromissadas (b)	934.274	233.377	1.308.305	660.535
	<b>1.006.475</b>	<b>452.050</b>	<b>1.517.583</b>	<b>1.152.266</b>

(a) Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo está composto somente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras, conforme tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
CDBs	-	15.115	-	30.716
Compromissadas	69.250	200.821	174.386	419.414
	<b>69.250</b>	<b>215.936</b>	<b>174.386</b>	<b>450.130</b>

(b) Representam valores investidos em CDBs e Compromissadas emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100%. O maior saldo quando comparado com 2018, deve-se aos aportes financeiros realizados através das captações de empréstimos e debêntures, para investimento nos projetos em construção.

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia - ajuda a manter o atendimento dos compromissos de curto prazo. As principais movimentações de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram para cumprimento do serviço da dívida, incluindo pré-pagamentos no total de R\$ 1.575 milhões, além dos investimentos líquidos nos segmentos de negócio (construção de Parnaíba V e Jaguatirica II) no montante de R\$ 519.884 mil. Essas movimentações foram substancialmente proporcionadas por uma geração de caixa operacional de R\$ 1.366.246 e captações de R\$ 3.414.004.

## 8. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Letras Financeiras do Tesouro ("LFT's") (a)	105.493	96.919	265.652	202.017
Títulos de capitalização	-	-	5.000	5.000
	<b>105.493</b>	<b>96.919</b>	<b>270.652</b>	<b>207.017</b>

(a) LFTs são títulos pós-fixados cuja remuneração é dada pela variação da taxa SELIC diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2019, a carteira de LFTs da Companhia contém títulos cujos vencimentos ocorrerão entre 2020 e 2025.

## 9. Contas a receber

As contas a receber de clientes da Companhia corresponde aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das suas atividades. Inicialmente o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado, ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada (PCE).

	2019	Consolidado 2018
<b>Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR):</b>		
Itaqui Geração de Energia S.A.	100.642	55.474
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	152.401	75.708
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	125.289	71.453
Pecém II Geração de Energia S.A.	98.077	94.170
(a)	<b>476.409</b>	<b>296.805</b>
<b>Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente livre:</b>		
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	914	226
Itaqui Geração de Energia S.A.	46.140	10.588
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	39.813	3.399
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	64.736	6.542
Parnaíba Geração e Comercialização S.A.	-	14.521
Pecém II Geração de Energia S.A.	45.078	1.463
(b)	<b>196.681</b>	<b>36.739</b>
<b>Contratos de comercialização de energia elétrica bilateral:</b>		
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	-	6.967
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	30.274	27.700
Tauá Geração de Energia Ltda.	30	35
	<b>30.304</b>	<b>34.702</b>
<b>Contratos de comercialização de gás condensado</b>		
Eneva S.A.	2.150	-
	<b>2.150</b>	<b>-</b>
<b>Perda de Crédito Esperada</b>		
Perda de Crédito Esperada	(10.363)	(10.363)
	<b>695.181</b>	<b>357.883</b>

- (a) O aumento ocorrido está diretamente relacionado ao maior nível de despacho de energia, especialmente no último mês do trimestre. As usinas atingiram uma média de aproximadamente 97% de despacho no último trimestre comparados a 42% no último trimestre de 2018.
- (b) A variação apresentada se refere, basicamente a: (i) sucesso na participação em leilões da modalidade de recomposição de reservas operativas (RRO), por Pecem II. O mecanismo de RRO está descrito na nota nº 25 – Receita Operacional e (ii) aumento das operações de venda de lastro em Itaqui e Parnaíba I.O

O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de Câmara de compensação multilateral e centralizada.

As operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Desta forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas.

Adicionalmente, para os contratos comercializados bilateralmente é realizada uma análise de risco frente às contrapartes, antes da operação, através de informações auditadas, informações de mercado e situação atual da empresa e, posteriormente, através do registro do contrato na CCEE e o acompanhamento da empresa em relação aos pagamentos, que em caso de atraso, a energia negociada não é registrada e a contraparte ficará com um déficit de energia, sujeito ao preço de energia atual no mercado (PLD) e a multa na Câmara Comercializadora de Energia “CCEE”.

Além disso existem outras formas de gerenciamento do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros.

Não existem contas a receber em atraso e com expectativa de perda, exceto o saldo da Canabrava Energética S.A, no valor de R\$ 10.363 mil, cuja provisão para perda de crédito esperada foi reconhecida integralmente.

## 10. Estoques

Os estoques da Companhia são essencialmente compostos por materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia e exploração de gás. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. O método de avaliação dos estoques de insumos (principalmente carvão) é o da média ponderada móvel.

		<b>Consolidado</b>	
		<b>2019</b>	<b>2018</b>
Materiais, Suprimentos e outros		24.960	31.834
Carvão	(a)	19.631	95.045
Peças eletrônicas e mecânicas	(b)	49.300	91.086
Lubrificante e químicos		8.320	7.765
		<b>102.211</b>	<b>225.730</b>

- (a) Saldo composto pelo estoque de carvão mineral, adquirido pela controlada Itaipu Geração de Energia S.A no valor de R\$ 16.530 (R\$ 50.957 em 2018) e por Pecem II Geração de Energia S.A. no valor de R\$ 3.101 (R\$ 44.088 em 2018), por se tratar do principal insumo na geração de energia elétrica, sendo necessário formação de estoque de segurança. A redução de um ano para o outro está ligada diretamente à média de despacho de energia no último mês de 2019 e a implementação de estratégia de otimização do insumo.
- (b) O saldo é composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações e manutenções realizadas nas usinas e UTG. A redução deve-se basicamente à reclassificação dos itens identificados como sobressalentes e/ou peças de reposição de equipamentos para as rubricas apropriadas de ativo imobilizado.

## 11. Arrendamento

Na adoção inicial do CPC 06 (R2), a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, já que essa abordagem não exige informação comparativa e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento quando transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período, em troca de uma contraprestação.

Adicionalmente, a Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

O impacto produzido na demonstração de resultados a partir da adoção do CPC 06 (R2) é a substituição do custo linear com alugueis (arrendamento operacional) pelo custo linear de depreciação do direito de uso dos ativos objetos desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento calculadas utilizando às taxas efetivas de captação à época da contratação dessas transações.

A seguir são apresentadas informações sobre o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil utilizados pela Companhia:

### Reconhecimento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente, descontado pela taxa de juros nominal incremental de empréstimo do grupo, bruto de PIS e COFINS e líquido dos seguintes efeitos:

- (a) Pagamentos de arrendamentos variáveis baseados em índice ou taxa;
- (b) Valores pagos pelo arrendatário sob garantias de valores residuais;
- (c) Preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer a opção;
- (d) Pagamentos de multas por rescisão de arrendamento se os termos contratuais contemplarem o exercício da opção por parte do arrendatário; e

Os ativos de direito de uso são mensurados de acordo com os itens a seguir:

- (a) O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;

(b) Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial ou antes dela menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e

(c) Quaisquer custos diretos iniciais.

Os pagamentos dos arrendamentos de curto prazo, assim como dos arrendamentos de bens de baixo valor, são reconhecidos no resultado como custo ou despesa, pois de acordo com a norma são isentos de tratamento como arrendamento.

### Julgamentos críticos na determinação do prazo do arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão de um contrato de arrendamento. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de extinção) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou não será extinto).

Essa avaliação é revisada caso ocorra evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete tal avaliação e que esteja sob o controle da arrendatária, cujo efeito financeiro demonstrado abaixo:

### 11.1 Mutação do direito de uso – Ativo

	<b>Consolidado</b>						
	<b>2019</b>						
	<b>Automóveis</b>	<b>Imoveis- areas de exploração</b>	<b>Imóveis administrativo</b>	<b>Imóveis- operacional</b>	<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>Serviços</b>	<b>Total</b>
<b>Direito de uso</b>							
<b>Saldo em 2018</b>	-	-	-	-	-	-	-
Adições - adoção inicial	4.200	11.523	26.395	51.476	677		<b>94.271</b>
Adições por novos contratos	483	1.474	11.180	4.624	8.873		<b>26.634</b>
Ajustes por remensuração	54	800	2.351	10.844	(131)		<b>13.918</b>
Baixas	-	-	(6.790)	-	-		<b>(6.790)</b>
<b>Saldo em 2019</b>	<b>4.737</b>	<b>13.797</b>	<b>33.136</b>	<b>66.944</b>	<b>9.419</b>		<b>128.033</b>
<b>Depreciação*</b>							
<b>Saldo em 2018</b>	-	-	-	-	-	-	-
Adição	(1.723)	(549)	(3.386)	(24.303)	(3.686)		<b>(33.647)</b>
<b>Saldo em 2019</b>	<b>(1.723)</b>	<b>(549)</b>	<b>(3.386)</b>	<b>(24.303)</b>	<b>(3.686)</b>		<b>(33.647)</b>
<b>Valor Contábil</b>							
Saldo em 2018	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 2019	3.014	13.248	29.750	42.641	5.733		94.386

\*A depreciação é conforme o prazo contratual de cada ativo.

## 11.2 Mutação do arrendamento – Passivo

						Consolidado 2019
	Automóveis	Imoveis- areas de exploração	Imóveis- administrativo/operacional	Máquinas e Equipamentos	Serviços	Total
<b>Passivo de arrendamento</b>						
<b>Saldo em 2018</b>	-	-	-	-	-	-
Adições - adoção inicial (a)	4.200	11.523	26.395	51.476	677	94.271
Juros do período	364	1.073	3.147	5.902	721	11.207
Adições por novos contratos	483	1.474	11.180	4.624	8.873	26.634
Ajustes por remensuração e variação cambial	54	802	2.351	12.990	(131)	16.066
Contraprestações pagas	(1.934)	(1.379)	(4.059)	(28.469)	(3.782)	(39.623)
Baixas	-	-	(6.790)	-	-	(6.790)
<b>Saldo em 2019</b>	<b>3.167</b>	<b>13.493</b>	<b>32.224</b>	<b>46.523</b>	<b>6.358</b>	<b>101.765</b>
<b>Classificação</b>						
Passivo circulante	1.978	906	2.575	22.698	3.374	31.531
Passivo não circulante	1.189	12.585	29.649	23.828	2.983	70.234

(a) As adições são substancialmente relativas à adoção inicial do CPC 06 (R2). Os principais contratos identificados estão detalhados a seguir:

**Máquinas e equipamentos** – A Companhia possui contratos de arrendamento relacionados à atividade de exploração e produção de gás natural, localizados no Estado do Maranhão. Esses contratos têm prazos remanescentes entre 15 a 35 meses. O valor reconhecido foi mensurado descontando os pagamentos mínimos contratuais restantes ao valor presente, utilizando a taxa de desconto média de 10,34%.

**Imóveis – administrativo/operacional** – A Eneva também possui contratos de arrendamento de propriedades utilizadas como instalações operacionais e escritórios administrativos, sendo o principal contrato a sua sede no Rio de Janeiro, com prazo remanescente de 117 meses. O valor reconhecido foi mensurado descontando os pagamentos mínimos contratuais restantes ao valor presente, utilizando a taxa de desconto média de 12,31%.

### 11.3 Contratos por prazo e taxa de desconto

O cálculo das taxas de desconto foi realizado com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, considerando os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (“spread de crédito”). O spread foi obtido em duas etapas. Primeiramente por meio da diferença entre o custo médio das dívidas da Eneva e títulos públicos brasileiros padrões e a segunda etapa consistiu em calcular uma proxy de garantia que é um spread negativo na taxa de desconto pelo fato das dívidas da Eneva possuírem garantias. A proxy foi calculada pela diferença entre taxas de juros do mercado de energia americano de ativos com rating BBB contra ativos de rating BBB-. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

Prazos contratos	Taxa % a.a.
> 1 ano	9,49
> 3 anos	11,03
> 5 anos	11,76
> 10 anos	12,35

#### 11.4 Maturidade dos contratos

A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise do vencimento dos passivos de arrendamento:

<b>Vencimento das prestações</b>	
2020	37.418
2021	25.015
2022	18.074
2023	9.135
2024	9.135
2025	9.135
2026	4.944
2027	4.944
2028	4.944
2029	4.941
2030 até o último vencimento	35.361
Valores não descontados	163.046
Juros embutidos	- 61.281
<b>Saldo dos passivos de arrendamento em 31/12/2019</b>	<b>101.765</b>

#### 11.5 PIS/COFINS

Atualmente, a companhia possui 6 contratos de arrendamento de imóveis e de máquinas e equipamentos, que são geradores de crédito de PIS/COFINS, com base na legislação tributária vigente. O quadro a seguir é um indicativo dos créditos a serem recuperados:

<b>Fluxos de caixa</b>	<b>Nominal</b>	<b>Ajustado valor presente</b>
Contraprestação do arrendamento	77.949	54.735
PIS/Cofins potencial (9,25%)	7.210	5.063

#### 11.6 Fluxo real x Fluxo nominal

Na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do ativo direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, nos termos da vedação imposta pelo CPC 06 (R2).

No intuito de informar os impactos entre o método exigido no referido CPC e as práticas de finanças comumente adotadas pelo mercado (recomendado pela CVM no ofício circular nº02/2019). Recalculamos os arrendamentos incluindo a inflação futura projetada para fins comparativos no exercício de 2019 e obtivemos os resultados a seguir:

<b>Análise do impacto das diferenças</b>	<b>Contabilizado conforme CPC</b>	<b>Ofício CVM</b>	<b>Diferença</b>	<b>%</b>
Passivo Leasing saldo final	101.765	115.115	(13.350)	13,12%
Despesa financeira	(11.207)	(13.039)	1.832	16,35%
Ativo direito de uso líquido saldo final	94.386	107.852	(13.466)	14,27%
Despesa depreciação	(33.647)	(35.678)	2.031	6,04%

A seguir são apresentadas as principais movimentações do passivo e a base de maturidade após reperformance, para fins comparativos:

<b>Passivo Leasing – Fluxo nominal</b>	<b>2019</b>
Saldo inicial	143.530
Despesa financeira (juros nominais)	13.039
Contraprestação leasing	(39.622)
Inflação futura não incorporada na contraprestação	(1.832)
<b>Saldo final</b>	<b>115.115</b>

<b>Base de maturidade</b>	<b>Parcela AVP</b>
2019	36.927
2020	34.498
2021	21.720
2022	12.353
2023	7.062
2024	6.551
2025	4.806
2026	3.059
2027	2.836
2028	2.626
2029	1.277
2030 até o último vencimento	9.815
<b>Passivo saldo inicial</b>	<b>143.530</b>

As tabelas apresentadas neste subitem têm caráter meramente informativo dos potenciais impactos contábeis, demonstrando assim apenas os impactos caso o Comitê de Pronunciamentos Contábeis permitisse utilização das práticas de mercado.

## 12. Impostos a recuperar e diferidos

O encargo de IRPJ e a CSLL corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades da Companhia que atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O IRPJ e a CSLL corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das Demonstrações Financeiras.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos baseados nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor fiscal dos ativos e passivos, bem como sobre o saldo dos prejuízos fiscais acumulados. As projeções da Companhia demonstram que os ativos fiscais diferidos serão realizados em até 10 anos. Os prejuízos fiscais não expiram no Brasil e a compensação é limitada a 30% do lucro fiscal do ano.

Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizadas.

As despesas de IRPJ e CSLL do período são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

### Tributos a recuperar

O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar está representado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de Renda	82.209	94.437	125.757	141.982
Contribuição Social	5.314	16.023	28.234	35.403
	<b>87.523</b>	<b>110.460</b>	<b>153.991</b>	<b>177.385</b>
<b>Circulante</b>	<b>30.346</b>	<b>46.632</b>	<b>92.544</b>	<b>107.391</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>57.177</b>	<b>63.828</b>	<b>61.447</b>	<b>69.994</b>

Os demais impostos a recuperar estão compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
PIS (a)	18.010	16.994	18.817	18.342
COFINS (a)	84.347	79.618	88.064	85.808
Outros	3.664	3.272	20.586	15.651
	<b>106.021</b>	<b>99.884</b>	<b>127.467</b>	<b>119.801</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.752</b>	<b>14.568</b>	<b>25.391</b>	<b>30.874</b>
<b>Não circulante</b>	<b>99.269</b>	<b>85.316</b>	<b>102.076</b>	<b>88.927</b>

(a) Compõe este saldo os créditos de PIS/COFINS sobre os gastos com ativo imobilizado do segmento de E&P, cuja compensação ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação/amortização.

### Impostos diferidos

Abaixo a composição dos tributos diferidos por empresa e natureza:

	Consolidado					
	Ativo Diferido				Passivo Diferido	Líquido
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças temporárias	Total	Ativos avaliados a valor justo	Diferenças temporárias	
Eneva (*)	308.371	16.095	324.466	78.062	(152.076)	250.452
Itaqui	171.559	46.895	218.454	-	(10.812)	207.642
Parnaíba I	-	32.877	32.877	-	(70.637)	(37.760)
PGC (**)	46.635	1.703	48.338	-	-	48.338
Parnaíba II	71.320	4.803	76.123	-	(30.548)	45.575
Comercializadora de Energia	21.851	2	21.853	-	-	21.853
Eneva Participações	-	36	36	-	-	36
Pecém II Geração	98.694	2.124	100.818	-	(14.637)	86.181
Seival Geração	-	-	-	-	(11.178)	(11.178)
Termo Pantanal	-	-	-	-	(2.047)	(2.047)
	<b>718.430</b>	<b>104.535 (b)</b>	<b>822.965 (a)</b>	<b>78.062</b>	<b>(291.935) (c)</b>	<b>609.092</b>
<b>Ativo Diferido Líquido</b>						<b>660.077</b>
<b>Passivo Diferido Líquido</b>						<b>(50.985)</b>

(\*) Em 2019, houve incremento de IRPJ/CSLL diferidos ativos devidos as alterações na projeção de recuperabilidade dos referidos ativos.

(\*\*) Constituição de IRPJ/CSLL diferidos ativos devidos as alterações na projeção de recuperabilidade dos referidos ativos.

**Consolidado**
**2018**

	Ativo Diferido				Passivo Diferido	Líquido
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças temporárias	Total	Ativos avaliados a valor justo	Diferenças temporárias	
Eneva	246.203	15.608	261.811	78.062	(161.582)	178.291
Itaqui	155.101	58.617	213.718	-	(649)	213.069
Parnaíba I	-	32.390	32.390	-	(64.639)	(32.249)
Parnaíba II	79.813	5.982	85.795	-	(21.661)	64.134
Comercializadora de Energia	21.851	2	21.853	-	-	21.853
Eneva Participações	-	36	36	-	-	36
Pecém II Geração	102.325	1	102.326	-	(7.248)	95.078
Seival Geração	-	-	-	-	(11.178)	(11.178)
Termo Pantanal	-	-	-	-	(2.047)	(2.047)
	<b>605.293</b>	<b>112.636(b)</b>	<b>717.929</b>	<b>78.062</b>	<b>(269.004)(c)</b>	

**Ativo Diferido Líquido**
**572.461**
**Passivo Diferido Líquido**
**(45.474)**

- (a) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o total de créditos tributários decorrentes de IRPJ e CSL diferidos ativos sobre saldo de prejuízo fiscal e de base negativa de CSL é de R\$ 1.084.049. A seguir, o montante efetivamente constituído baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	2028 a 2029	Total
<b>Expectativa de realização dos impostos diferidos</b>	57.899	88.670	69.923	82.177	106.192	304.098	114.006	<b>822.965</b>

- (b) Composição das diferenças temporárias por natureza (ativo):

	2019	2018
Provisões indedutíveis	32.281	29.510
Gastos pré-operacionais - RTT (1)	72.254	83.126
<b>Ativo - diferenças temporárias</b>	<b>104.535</b>	<b>112.636</b>

(1) Constituídos sobre saldo de gastos pré-operacionais que, por conta do Regime Tributário de Transição, passaram a ser controlados na Parte B do Lalur e consequentemente, estão sendo excluídos para fins de determinação do lucro real, desde o início das operações, em quotas fixas mensais e no prazo máximo de 10 anos.

- (c) Composição das diferenças temporárias por natureza (passivo):

	2019	2018
Depreciação Acelerada	126.633	94.198
Ganho por Compra Vantajosa	105.573	110.836
Mais-Valia de ativos	29.236	31.431
Ajuste a Valor Justo	30.493	32.539
<b>Passivo - diferenças temporárias</b>	<b>291.935</b>	<b>269.004</b>

Em 31 de dezembro de 2019, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSLL	545.922	547.124	556.459	613.758
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(185.613)	(186.022)	(189.196)	(208.678)
Resultado de equivalência patrimonial	143.507	183.712	(1.053)	(3.020)
Subvenção para investimento – ICMS (a)	21.042	-	21.042	-
Diferenças permanentes	(2.004)	(2.394)	3.674	(6.755)
Ativo fiscal não constituído (b)	(6.770)	(54.155)	20.021	12.086
Redução Benefício SUDENE e PAT (c)	10.726	-	51.053	63.013
Baixa Do Diferido sobre Prejuízo Fiscal/Base Negativa	-	-	-	(23.589)
Baixa do Diferido Passivo sobre Mais-Valia	-	153.405	-	153.405
Constituição do diferido (d)	73.988	246.203	137.080	288.003
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado</b>	<b>54.876</b>	<b>340.749</b>	<b>42.621</b>	<b>274.465</b>
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	(17.280)	-	(39.483)	(35.912)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (d)	72.156	340.749	82.104	310.377
<b>Total</b>	<b>54.876</b>	<b>340.749</b>	<b>42.621</b>	<b>274.465</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>(10,05%)</b>	<b>(62,28%)</b>	<b>(7,66%)</b>	<b>(44,72%)</b>

- (a) Subvenção para investimento referente à incentivo fiscal no Estado do Maranhão, concedido pela Lei nº 9.463/2011, que consiste em crédito presumido de ICMS nas saídas de gás natural destinadas à usina termelétrica movida a gás natural.
- (b) Refere-se à parcela de impostos diferidos de controladas que não foram registrados devido à incerteza quanto à sua recuperação.
- (c) O valor mais relevante se refere ao benefício fiscal regional concedido pela Sudene, que resulta em redução de até 75% do IRPJ, no período de 10 anos.
- (d) Foram reconhecidos tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de Contribuição Social, fundamentados por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários cuja realização dar-se-à em prazo máximo de 10 anos.

## 13. Investimentos

### 13.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Participações societárias	4.405.841	3.716.465	5.330	3.865
Adiantamento para futuro aumento de capital	356.601	1.937	-	-
Futura aquisição de investimento	95	95	-	-
<b>Total</b>	<b>4.762.537</b>	<b>3.718.497</b>	<b>5.330</b>	<b>3.865</b>

As participações societárias da Companhia incluem as controladas (diretas e indiretas), controladas em conjunto e as coligadas. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos dos principais grupos de contas das investidas são os seguintes:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
<b>Controladas (diretas e indiretas)</b>						
<b>Térmicas a Gás</b>						
Azulão Geração de Energia S.A	4.773	245.925	40.712	851	209.135	(1.021)
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A (i)	11.295	407.223	65.754	8.280	344.484	21.844
Parnaíba I Geração de Energia S.A	421.170	1.063.555	229.356	864.379	390.990	107.794
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	445.546	1.604.374	202.312	897.616	949.992	88.249
<b>Upstream</b>						
Parnaíba B.V.	6.012	167.404	78.962	-	94.454	64
<b>Térmicas a Carvão</b>						
Itaqui Geração de Energia S.A.	320.551	2.269.408	284.486	815.265	1.490.208	168.129
Pecém II Geração de Energia S.A	315.039	1.811.660	223.787	891.113	1.011.799	29.854
Pecém II Participações S.A	1.993	1.011.799	497	3.516	1.009.779	29.767
<b>Comercialização de Energia</b>						
Eneva Comercializadora de Energia Ltda (i)	67.040	62.434	59.499	3.384	66.591	12.837
<b>Outros</b>						
Amapari Energia S.A.	46.197	473	3.565	46.318	(3.213)	(3.505)
Eneva Participações S.A.	383	526.849	5.127	35.800	486.305	31.701
Jandaíra Ventos S.A.	-	-	-	-	-	(20)
Jandaíra II Ventos S.A.	-	-	-	-	-	(18)
MPX Energia GMBH	398	-	-	-	398	-
SPE´s Ventos (i)	1	1.937	25	583	1.330	(849)
Seival Geração de Energia Ltda (i)	3	2.730	201	23.793	(21.261)	2.685
Sul Geração de Energia Ltda. (i)	-	13.134	97	1.013	12.024	(272)
Termopantanal Ltda.	10	7.464	1	9.731	(2.258)	-
Termopantanal Participações Ltda.	10	400	1	2.726	(2.317)	-
Tauá Geração de Energia Ltda (i)	58	19.056	10.458	1.597	7.059	(1.885)
<b>Controladas em Conjunto</b>						
Centrais Termelétricas São Marcos S.A.	1.343	-	733	-	610	(1.391)
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	78.043	10.817	18.883	92.070	(22.093)	6.380
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica	7.046	2.345	4.087	4.437	867	369
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	18.031	6.117	13.107	1.857	9.184	2.063

- (i) Conforme apresentado na nota explicativa nº “1. Contexto operacional”, a Eneva S.A. possui participação direta nessas subsidiárias e participação indireta, através da controlada Eneva Participações S.A. Nos quadros acima, demonstramos o percentual de participação de 100%, considerando a participação final da Companhia.

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
<b>Controladas (diretas e indiretas)</b>						
<b>Térmicas a Gás</b>						
Azulão Geração de Energia S.A	3	10	1	11	1	(11)
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S. A	70.599	4.515	44.184	146.556	(115.626)	(39.709)
Parnaíba I Geração de Energia S.A	316.542	1.073.156	110.205	967.111	312.382	71.543
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	490.980	1.740.684	156.990	1.212.931	861.743	121.121
<b>Upstream</b>						
Parnaíba B.V.	20.697	145.574	74.007	-	92.264	(99)
<b>Térmicas a Carvão</b>						
Itaqui Geração de Energia S.A.	312.572	2.182.141	208.106	960.611	1.325.996	74.145
Pecém II Geração de Energia S.A	250.055	1.830.388	204.945	893.553	981.945	108.213
Pecém II Participações S.A	11	1.972	497	3.420	(1.934)	108.183
<b>Comercialização de Energia</b>						
Eneva Comercializadora de Energia Ltda	62.732	41.086	41.864	8.200	53.754	(11.244)
<b>Outros</b>						
Amapari Energia S.A.	4.890	1.166	31.198	2.174	(27.316)	715
Centrais Termelétricas São Marcos S.A.	1	-	-	-	1	-
Eneva Participações S.A.	14.589	41.460	35.150	126.925	(106.026)	(14.959)
MPX Energia GMBH	398	-	-	-	398	-
SPE's Ventos	1	1.970	45	461	1.465	(776)
Seival Geração de Energia Ltda	3	-	3	-	-	(71)
Sul Geração de Energia Ltda.	-	13.391	97	1.014	12.280	(78)
Termopantanal Ltda.	10	7.464	1	9.731	(2.258)	-
Termopantanal Participações Ltda.	10	400	1	2.726	(2.317)	-
Tauá Geração de Energia Ltda	132	7.565	479	1.398	5.820	(1.169)
<b>Controladas em Conjunto</b>						
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	78.854	10.675	19.033	86.210	(15.714)	(7.166)
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica	7.489	420	3.274	-	4.635	955
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	15.033	2.841	9.366	-	8.508	1.327

### 13.2 Muta o do Investimento - valor patrimonial

	%	Saldo em 2018	Transferência de passivo a descoberto	Integraliza�o de Capital	AFAC	Equivalência	Amortiza�o	Dividendos e JSCP	Investimento disponível para venda	Juros PGC	Ajuste de Avalia�o Patrimonial	Saldo em 2019
<b>Investimento</b>												
<b>Térmicas a Gás</b>												
Azulão Gera�o de Energia S. A	99,90%	1	-	187.853	22.092	(1.020)	-	-	-	-	-	208.926
Parnaíba Gera�o e Comercializa�o de Energia S.A	30,00%	-	(34.688)	115.874	15.605	6.553	-	-	-	25.070	-	128.414
Parnaíba I Gera�o de Energia S.A.	100,00%	312.383	-	-	-	107.793	-	(29.186)	-	-	-	390.990
Parnaíba II Gera�o de Energia S.A.	88,85%	765.659	-	-	-	78.409	-	-	-	-	-	844.068
<b>Upstream</b>												
Parnaíba B.V.	100,00%	92.263	-	196	-	64	-	-	-	-	2.046	94.569
<b>T�rmicas a Carvão</b>												
Itaqui Gera�o de Energia S.A.	100,00%	1.322.079	-	-	-	168.129	-	-	-	-	-	1.490.208
Pecém II Participa�o S.A.	100,00%	980.010	-	-	2	29.766	-	-	-	-	-	1.009.778
<b>Outros</b>												
Eneva Participa�o S.A.	100,00%	200.125	-	-	318.858	31.701	-	-	-	-	-	550.684
Futura aquisi�o de investimento	-	95	-	-	-	-	-	-	-	-	-	95
MPX Energia GmbH	100,00%	398	-	-	-	-	-	-	-	-	-	398
Sul Gera�o de Energia Ltda.	50,00%	-	-	-	8	(136)	-	-	6.141	-	-	6.013
Jandaira Ventos S.A.	99,90%	-	-	1	19	(20)	-	-	-	-	-	-
Jandaira II Ventos S.A.	99,90%	-	-	1	17	(18)	-	-	-	-	-	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	3.615	-	-	-	1.369	-	(392)	-	-	-	4.592
Pecém Oper. e Manuten�o de Ger. Elétrica S.A.	50,00%	249	-	-	-	184	-	-	-	-	-	433
Centrais Termelétrica São Marco S.A.	50,00%	-	-	1.000	-	(696)	-	-	-	-	-	304
<b>Mais valia e menos valia de ativos</b>												
<b>Térmicas a Gás</b>												
Parnaíba Gera�o e Comercializa�o de Energia S.A	30,00%	-	10.942	-	-	-	(464)	-	-	-	-	10.478
<b>T�rmicas a Carvão</b>												
Pec�m II Participa�o S.A.	100,00%	(140.151)	-	-	-	-	(6.456)	-	-	-	-	(146.607)
<b>Direito de uso</b>												
<b>T�rmicas a G�s</b>												
Parnaíba II Gera�o de Energia S.A.	88,85%	42.769	-	-	-	-	(4.454)	-	-	-	-	38.315
<b>T�rmicas a Carvão</b>												
Itaqui Gera�o de Energia S.A.	100,00%	12.616	-	-	-	-	(511)	-	-	-	-	12.105
<b>Outros</b>												
Eneva Participa�o S.A.	100,00%	126.386	-	-	-	-	(7.612)	-	-	-	-	118.774
<b>Total Investimentos</b>		<b>3.718.497</b>	<b>(23.746)</b>	<b>304.925</b>	<b>356.601</b>	<b>422.078</b>	<b>(19.497)</b>	<b>(29.578)</b>	<b>6.141</b>	<b>25.070</b>	<b>2.046</b>	<b>4.762.537</b>

### 13.3 Composição do Resultado de Equivalência Patrimonial:

	Controladora	
	2019	2018
Resultado de Equivalência Patrimonial	422.078	536.758
Resultado de Passivo a Descoberto	(4.975)	(19.415)
Amortização de ativos avaliados a valor justo	(19.497)	(28.162)
	<b>397.606</b>	<b>489.181</b>

### 13.4 Composição da participação de acionistas não controladores

A seguir a composição da participação de acionistas não controladores no patrimônio e no resultado das investidas:

Investimentos	Participação	2019		2018	
		Patrimônio Líquido	Resultado	Patrimônio Líquido	Resultado
Amapari Energia S.A.	49,00%	(1.580)	(1.718)	(13.385)	350
Termopantanal Participações	33,33%	(773)	-	(773)	-
<b>Total</b>		<b>(2.353)</b>	<b>(1.718)</b>	<b>(14.158)</b>	<b>350</b>

### 13.5 Passivo a Descoberto

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o grupo Eneva possui controladas em situação de passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo).

Abaixo apresentamos a mutação do saldo no exercício corrente:

Empresa	Saldo em 2018	Transferência para investimento	Integralização de Capital	Provisão para passivo a descoberto	Transferência para mútuos (i)	Saldo em 2019
<b>Controladas (diretas e indiretas)</b>						
<b>Térmicas a Gás</b>						
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	(34.688)	34.688	-	-	-	-
<b>Outros</b>						
Amapari Energia S.A.	(13.928)	-	14.076	(1.787)	-	(1.639)
Termopantanal Participações Ltda	(1.546)	-	-	-	-	(1.546)
<b>Controladas em Conjunto</b>						
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda	-	-	-	(3.188)	3.188	-
<b>Mais valia e menos valia de ativos</b>						
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	(10.942)	10.942	-	-	-	-
<b>Total Passivo a Descoberto</b>	<b>(61.104)</b>	<b>45.630</b>	<b>14.076</b>	<b>(4.975)</b>	<b>3.188</b>	<b>(3.185)</b>

- (i) O saldo foi reclassificado para o mútuo mantido entre a Eneva e a controlada em conjunto Mabe, sendo esse uma extensão do investimento, estando em conformidade com a norma técnica CPC 18 (R2) (IAS 28) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto).

### 13.6 Avaliação de impairment

A Companhia avalia a recuperabilidade dos investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto anualmente ou quando existir um indicativo de desvalorização.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável, o valor contábil do investimento, incluindo o ágio, é comparado com o seu valor recuperável.

O valor recuperável utilizado pela Companhia é o valor em uso, proporcional à participação no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da coligada ou empreendimento controlado em conjunto, representando fluxos futuros de dividendos e outras distribuições.

Para o ágio de vida útil indefinida o teste de redução ao valor recuperável anual está descrito na nota explicativa nº 15.2 - “Intangível”, rubrica onde este montante é apresentado no balanço consolidado.

## 14. Imobilizado

### 14.1 Composição dos saldos

	Consolidado 2019										
	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para perda Impairment	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
<b>Custo</b>											
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>10.575</b>	<b>3.143.449</b>	<b>4.399.763</b>	<b>15.235</b>	<b>3.124</b>	<b>41.239</b>	<b>2.514.369</b>	<b>(418.141)</b>	<b>738.844</b>	<b>-</b>	<b>10.448.457</b>
Adições	3.024	3.504	29.008	705	-	396	31.606	1.220	656.210	-	725.673
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	128.033	128.033
Adições reclassificação estoque	-	-	-	-	-	-	-	-	40.273	-	40.273
Movimentação MTM	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.640)	-	(33.640)
Baixas	-	(6.164)	-	-	-	-	-	-	(1.706)	-	(7.870)
Baixas - Ajuste Inventário	-	(2.078)	(5.119)	(2.183)	(355)	(2.300)	-	-	-	-	(12.035)
Poço Seco	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.986)	-	(36.986)
Adiantamento Fornecedor	-	-	-	-	-	-	-	-	358.174	-	358.174
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.355)	-	(5.355)
Transferências	-	-	(94.492)	-	-	-	-	-	94.492	-	-
Reversão de provisão para perda ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	127.114	-	-	127.114
Custo de Transação 2ª Emissão de Debêntures 3ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	214	-	214
Juros 2ª Emissão de Debêntures 3ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	15.449	-	15.449
Variação Monetária 2ª Emissão de Debêntures 3ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	9.407	-	9.407
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>13.599</b>	<b>3.138.711</b>	<b>4.329.160</b>	<b>13.757</b>	<b>2.769</b>	<b>39.335</b>	<b>2.545.975</b>	<b>(289.807)</b>	<b>1.835.376</b>	<b>128.033</b>	<b>11.756.908</b>
<b>Depreciação</b>											
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>-</b>	<b>(552.750)</b>	<b>(910.072)</b>	<b>(9.626)</b>	<b>(2.591)</b>	<b>(13.572)</b>	<b>(1.056.247)</b>	<b>26.320</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.518.538)</b>
Adições	-	(108.746)	(190.332)	(1.807)	(397)	(2.087)	(101.872)	(80)	-	-	(405.321)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.647)	(33.647)
Baixas	-	1.183	-	-	-	-	-	-	-	-	1.183
Baixas - Ajuste Inventário	-	412	1.774	1.833	236	764	-	-	-	-	5.019
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>-</b>	<b>(659.901)</b>	<b>(1.098.630)</b>	<b>(9.600)</b>	<b>(2.752)</b>	<b>(14.895)</b>	<b>(1.158.119)</b>	<b>26.240</b>	<b>-</b>	<b>(33.647)</b>	<b>(2.951.304)</b>
<b>Valor Contábil</b>											
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>10.575</b>	<b>2.590.699</b>	<b>3.489.691</b>	<b>5.609</b>	<b>533</b>	<b>27.667</b>	<b>1.458.122</b>	<b>(391.821)</b>	<b>738.844</b>	<b>-</b>	<b>7.929.919</b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>13.599</b>	<b>2.478.810</b>	<b>3.230.530</b>	<b>4.157</b>	<b>17</b>	<b>24.440</b>	<b>1.387.856</b>	<b>(263.567)</b>	<b>1.835.376</b>	<b>94.386</b>	<b>8.805.604</b>

	Terrenos	Edificações, Obras Civas Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para perda Impairment	Imobilizado em Curso	Total
<b>Custo</b>										
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>10.575</b>	<b>2.366.250</b>	<b>2.655.560</b>	<b>11.131</b>	<b>2.798</b>	<b>38.636</b>	<b>2.403.639</b>	<b>(418.141)</b>	<b>635.574</b>	<b>7.706.022</b>
Adições	-	3.331	6.129	848	183	820	27.881	-	212.268	251.460
Adições Pecém II	-	1.000.743	1.595.409	1.280	63	952	-	-	40.958	2.639.405
Movimentação MTM	-	-	-	-	-	-	-	-	(74)	(74)
Adições Mais Valia - Pecém II	-	-	94.052	-	-	-	-	-	-	94.052
Baixas	-	(16)	(11.773)	-	-	(6)	-	-	(4.374)	(16.169)
Baixa Menos Valia – Pecém II	-	(229.594)	-	-	-	-	-	-	-	(229.594)
Poço Seco (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.175)	(38.175)
Juros Capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	418	418
Adiantamento Fornecedor	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)
Provisão abandono	-	-	-	-	-	-	(2.690)	-	(880)	(3.570)
Pis/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	2.983	2.983
Imobilizado Reserva	-	-	(518)	-	-	-	-	-	20.862	20.344
Conversão	-	-	-	-	-	-	21.949	-	-	21.949
Transferências	-	2.735	61.476	1.976	80	837	63.590	-	(130.694)	-
Desmantelamento	-	-	(572)	-	-	-	-	-	-	(572)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>10.575</b>	<b>3.143.449</b>	<b>4.399.763</b>	<b>15.235</b>	<b>3.124</b>	<b>41.239</b>	<b>2.514.369</b>	<b>(418.141)</b>	<b>738.844</b>	<b>10.448.457</b>
<b>Depreciação</b>										
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>-</b>	<b>(384.741)</b>	<b>67.454</b>	<b>(6.937)</b>	<b>(1.169)</b>	<b>(12.564)</b>	<b>(941.574)</b>	<b>26.320</b>	<b>-</b>	<b>(1.253.211)</b>
Adições	-	(104.824)	(162.268)	(2.058)	(403)	(861)	(114.673)	-	-	(385.087)
Adições Pecém II	-	(63.185)	(826.417)	(631)	(1.019)	(150)	-	-	-	(891.402)
Baixas	-	-	11.315	-	-	3	-	-	-	11.318
Conversão	-	-	(156)	-	-	-	-	-	-	(156)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>-</b>	<b>(552.750)</b>	<b>(910.072)</b>	<b>(9.626)</b>	<b>(2.591)</b>	<b>(13.572)</b>	<b>(1.056.247)</b>	<b>26.320</b>	<b>-</b>	<b>(2.518.538)</b>
<b>Valor Contábil</b>										
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>10.575</b>	<b>1.981.509</b>	<b>2.723.014</b>	<b>4.194</b>	<b>1.629</b>	<b>26.072</b>	<b>1.462.065</b>	<b>(391.821)</b>	<b>635.574</b>	<b>6.452.811</b>
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>10.575</b>	<b>2.590.699</b>	<b>3.489.691</b>	<b>5.609</b>	<b>533</b>	<b>27.667</b>	<b>1.458.122</b>	<b>(391.821)</b>	<b>738.844</b>	<b>7.929.919</b>

### Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas por de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos e debêntures que são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos foram diretamente relacionados à construção de um ativo qualificável. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

### Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### Depreciação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Itens de Imobilizado	Range de depreciação
Edificações e benfeitorias	25 a 50 anos
Equipamentos de informática	6 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 40 anos
Móveis e Utensílios	16 anos
Veículos	7 anos

### Depreciação imobilizado de Geração

Itens do ativo imobilizado de Geração são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir do início de sua operação.

### Depreciação do imobilizado na fase de Exploração e Produção – (E&P)

O imobilizado de E&P é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

Anualmente, o volume de reservas 2P de cada campo é certificado por empresa de classe internacional, e com base nessas informações, a Companhia mantém seus registros de depreciação por unidades produzidas.

Abaixo quadro resumo:

	2019	2018
<b>Campo Gavião Real</b>		
Volume recuperável em bilhões m <sup>3</sup> (*)	9,6701	9,6300
Produção do campo acumulada em bilhões de m <sup>3</sup>	(6,7596)	(6,5367)
<b>Total</b>	<b>2,9105</b>	<b>3,0933</b>
<b>Campo Gavião Vermelho</b>		
Volume recuperável em bilhões m <sup>3</sup> (*)	2,2438	2,2400
Produção do campo acumulada em bilhões de m <sup>3</sup>	(1,0193)	(0,8882)
<b>Total</b>	<b>1,2245</b>	<b>1,3518</b>
<b>Campo Gavião Branco</b>		
Volume recuperável em bilhões m <sup>3</sup> (*)	7,1902	6,9290
Produção do campo acumulada em bilhões de m <sup>3</sup>	(2,2157)	(1,9950)
<b>Total</b>	<b>4,9745</b>	<b>4,9340</b>
<b>Campo Gavião Caboclo</b>		
Volume recuperável em bilhões m <sup>3</sup> (*)	4,7180	4,7190
Produção do campo acumulada em bilhões de m <sup>3</sup>	(0,9726)	(0,4912)
<b>Total</b>	<b>3,7454</b>	<b>4,2278</b>
<b>Campo Gavião Azul</b>		
Volume recuperável em bilhões m <sup>3</sup> (*)	1,3801	0,9680
Produção do campo acumulada em bilhões de m <sup>3</sup>	(0,0498)	(0,0153)
<b>Total</b>	<b>1,3303</b>	<b>0,9527</b>

(\*) Em 08 de janeiro de 2020, a consultoria independente Gaffney, Cline & Associates, Inc (GCA) emitiu novo relatório Executivo de Auditoria das Reservas de Gás Natural dos nove campos declarados comerciais no Parque dos Gaviões, na Bacia do Parnaíba e um campo na Bacia do Amazonas.

Segundo os critérios do Petroleum Resources Management System (PMRS), A GCA certificou as reservas de gás natural, conforme a Tabela 1, abaixo:

**Reservas de Gás Natural dos nove Campos da Bacia do Parnaíba e um campo da Bacia do Amazonas**

Categoria das Reservas	Volume Brutos de Gás dos Campos (100% WI) (Bm <sup>3</sup> )	Reservas de Gás da Eneva (100% WI) (Bm <sup>3</sup> )
Provada Desenvolvida	13,1	12,8
Provada Não desenvolvida	11,8	11,5
<b>Total (1P)</b>	<b>24,9</b>	<b>24,3</b>
2P	28,2	27,7
3P	31,9	31,1

Reservas Provadas - são reservas que podem ser produzidas com alto nível de garantia.

Reservas não provadas - são baseadas em dados geológicos e de engenharia semelhantes aos usados para calcular reservas provadas. Contudo, devido a incertezas técnicas, contratuais ou regulatórias, não são incluídas as reservas provadas.

Reservas desenvolvidas - são aquelas aptas a serem recuperadas, cujos investimentos necessários em infraestrutura para produção já foram executados.

Não desenvolvidas - são aquelas em que todo o plano de desenvolvimento necessita ser implementado.

Os níveis de garantia de produção, subdivide-se em:

- 1P – Alto nível de garantia de produção;
- 2P – Reservas prováveis de produção, atribuíveis 50% no nível de garantia;
- 3P – Reservas possíveis de produção, atribuíveis 10% no nível de garantia;

## 14.2 Avaliação de impairment

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

A Companhia avalia que cada usina de Geração Térmica (Gás e Carvão) e a unidade de produção de Gás Natural constituem as Unidades Geradoras de Caixa.

Realizamos teste de recuperabilidade apenas para a Itaqui Geração de Energia S.A, pois identificamos um indicativo de uma possível reversão do impairment constituído em anos anteriores. O teste de recuperabilidade está apresentado na “nota explicativa 15.2”. Para as demais empresas não foram realizados testes, pois não foram identificados indicativos de desvalorização.

## 15. Intangível

### 15.1 Composição dos saldos - Intangível

	Consolidado							
								2019
	Licenças e Software de Informática	Intangível de E&P	Direito de Uso	Outorgas e CCEARs	Direito de uso na Aquisição de Investimentos	Direito de uso de ativos com a vida útil indefinida (a)	Intangível em curso	Total
Tx Amortização % a.a.	20							
<b>Custo</b>								
Saldo em 31/12/2018	33.101	472.359	90.592	183.449	754.590	73.497	31.930	1.639.518
Adições	72	-	-	-	-	-	5.005	5.077
Saldo em 31/12/2019	33.173	472.359	90.592	183.449	754.590	73.497	36.935	1.644.595
<b>Amortização</b>								
Saldo em 31/12/2018	(21.953)	(13.868)	(33.120)	(66.320)	(64.053)	-	-	(199.314)
Adições	(3.858)	(9.582)	(3.066)	(12.224)	(34.745)	-	-	(63.475)
Saldo em 31/12/2019	(25.811)	(23.450)	(36.186)	(78.544)	(98.798)	-	-	(262.789)
<b>Valor Contábil</b>								
Saldo em 31/12/2018	11.148	458.491	57.472	117.129	690.537	73.497	31.930	1.440.204
Saldo em 31/12/2019	7.362	448.909	54.406	104.905	655.792	73.497	36.935	1.381.806

Consolidado  
2018

	Licenças e Software de Informática	Intangível de E&P	Direito de Uso	Outorgas e CCEARs	Direito de uso na Aquisição de Investimentos	Direito de uso de ativos com a vida útil indefinida	Intangível em curso	Total
Tx Amortização % a.a.	20							
<b>Custo</b>								
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>30.725</b>	<b>274.709</b>	<b>90.592</b>	<b>183.448</b>	<b>783.089</b>	<b>73.497</b>	<b>26.687</b>	<b>1.462.747</b>
Adições	1.239	-	-	-	-	-	3.385	4.624
Adições Aquisição (Pecém II)	1.137	-	-	-	-	-	-	1.137
Adições Campo Azulão	-	197.650	-	-	-	-	-	197.650
Baixas	-	-	-	-	(28.498)	-	-	(28.498)
Custo Rodada 14	-	-	-	-	-	-	1.858	1.858
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>33.101</b>	<b>472.359</b>	<b>90.592</b>	<b>183.448</b>	<b>754.591</b>	<b>73.497</b>	<b>31.930</b>	<b>1.639.518</b>
<b>Amortização</b>								
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>(16.029)</b>	<b>16.098</b>	<b>(27.844)</b>	<b>(54.096)</b>	<b>(61.435)</b>	-	-	<b>(143.306)</b>
Adições	(5.548)	(29.966)	(5.276)	(12.224)	(6.402)	-	-	(59.416)
Adições aquisição (Pecém II)	(376)	-	-	-	-	-	-	(376)
Baixa	-	-	-	-	3.784	-	-	3.784
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(21.953)</b>	<b>(13.868)</b>	<b>(33.120)</b>	<b>(66.320)</b>	<b>(64.053)</b>	-	-	<b>(199.314)</b>
<b>Valor Contábil</b>								
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>14.696</b>	<b>290.807</b>	<b>62.748</b>	<b>129.352</b>	<b>721.654</b>	<b>73.497</b>	<b>26.687</b>	<b>1.319.441</b>
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>11.148</b>	<b>458.491</b>	<b>57.472</b>	<b>117.128</b>	<b>690.538</b>	<b>73.497</b>	<b>31.930</b>	<b>1.440.204</b>

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, com exceção do Bônus de Assinatura pago pelas áreas de concessão para exploração de gás natural que são amortizados com base nas unidades produzidas. Esses métodos são os que melhor refletem o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados nos diferentes ativos.

#### Contratos de Concessão para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural

Em 31 de dezembro de 2019, a Eneva S.A detém as seguintes concessões:

Nº	Bloco/Contrato	Rodada ANP	Operador	% Eneva	% Eneva Participações
1	BT-PN-1	9ª	ENEVA	100%	-
2	BT-PN-4	9ª	ENEVA	100%	-
3	BT-PN-5	9ª	ENEVA	100%	-
4	BT-PN-7	9ª	ENEVA	100%	-
5	BT-PN-8	9ª	ENEVA	100%	-
6	PN-T-69_R13	13ª	ENEVA	100%	-
7	PN-T-87_R13	13ª	ENEVA	100%	-
8	PN-T-103_R13	13ª	ENEVA	100%	-
9	PN-T-146_R13	13ª	ENEVA	100%	-
10	PN-T-163_R13	13ª	ENEVA	100%	-
11	PN-T-117_R14	14ª	ENEVA	100%	-
12	PN-T-118_R14	14ª	ENEVA	100%	-
13	PN-T-119_R14	14ª	ENEVA	100%	-
14	PN-T-133_R14	14ª	ENEVA	100%	-
15	PN-T-134_R14	14ª	ENEVA	100%	-
16	BA-3A	-	ENEVA	100%	-

A totalidade das operações de fornecimento em operação comercial de gás natural e arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de gás (UTG) é realizada com as contrapartes: Parnaíba I Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A.

#### (a) Intangíveis com vida útil indefinida

O ágio (goodwill) é oriundo de aquisições de controladas, sendo registrado na conta de “Direito de Uso adquirido de investimento” nas demonstrações financeiras individuais e no grupo de intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. Trata-se do excedente da parcela paga pela Eneva (adquirente) devido à expectativa de geração de lucros futuros pelas adquiridas.

O Goodwill registrado pela Companhia foi gerado na aquisição dos 50% de Eneva Participações, durante o aumento de capital realizado em novembro de 2015 e tem origem no investimento desta empresa em Parnaíba III e Parnaíba IV, incorporadas pela Parnaíba II em 2018. Sua realização se dá no momento da baixa por alienação ou por perda dos investimentos mantidos na investida, por isso sua vida útil é classificada como indefinida.

O valor recuperável do ágio é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de impairment.

Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Não foi identificada perda no seu valor recuperável para o exercício de 2019. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o montante de ativos classificados com vida útil indefinida é de R\$ 73.497 mil.

## 15.2 Avaliação de Impairment

O ativo imobilizado de Itaquí Geração de Energia S.A e o ativo intangível de vida útil indefinida foram submetidos ao teste de recuperabilidade considerando o modelo de valor em uso baseado no valor presente do fluxo de caixa, por unidade geradora de caixa.

Cabe destacar que referida UGC vem apresentando constante melhora no seu desempenho operacional, fruto de investimentos em melhoria de processos e manutenções preventivas. Adicionalmente, a normalização da curva de despacho, após período de crise hídrica que ocorreu no início da operação deste ativo, também contribuiu para a estabilização deste ativo. Como consequência dos testes de valor recuperável, foi revertido o valor de de R\$ 127.114 referente ao impairment constituído em anos anteriores relativo à Itaquí Geração de Energia S.A.

As premissas-chave dos testes de valor recuperável estão descritas a seguir, sendo uniformes entre os ativos testados e tendo sido aprovadas pela Administração.

**Abordagem:** Projetaram-se fluxos de caixa operacionais, expressos em termos nominais (considerando os efeitos inflacionários da economia) e apresentados em moeda corrente, Reais (R\$).

**Prazo:** A projeção inicia-se em 2020 e se estende até o período final de autorização das unidades geradoras de caixa (2043), para ambas empresas.

Nos ativos de geração de energia a vida útil está definida pela capacidade operacional das plantas e pelo período de outorga vigente concedido pela União. As Usinas possuem contratos de geração de energia (PPA – “Power Purchase Agreement”) assinados por cada UGC com prazo de 15 anos a 20 anos, encerrando em 2026 (Itaquí) e 2035 (Parnaíba II).

Para o período complementar que se estende até a finalização do período de projeção (2043), a premissa assumida foi a continuidade das operações sob regime de disponibilidade, utilizando os acordos comerciais vigentes como melhor estimativas para projetar os fluxos operacionais.

**Preço de venda:** A referência utilizada são as condições contratuais atuais até o final da vida útil dos ativos, indexados pela inflação (IPCA).

A premissa de preço assumida para o 2º ciclo de monetização do ativo, ou seja, período compreendido entre o término do Contrato de Comercialização de Energia Ambiente Regulado (CCEAR) atual da Companhia (encerrando em 2026 para

Itaqui e 2035 para Parnaíba II) e o prazo da autorização para geração de energia concedida pela ANEEL, foi a média ponderada dos preços praticados nos leilões de energia nova (com características técnicas similares as detidas pelas geradoras do grupo) realizados nos últimos 5 anos no setor elétrico brasileiro. Adicionalmente, incluímos um desconto sobre o preço do 2º ciclo de monetização como forma de estimar o aumento de competitividade do mercado e o amadurecimento das fontes de energia.

**CAPEX de manutenção e Overhaul:** Foram projetados investimentos em manutenção de acordo com o ciclo orçamentário, indexados pela Inflação (IPCA). Trata-se de dispêndios que se comportam de forma linear ao longo dos anos, exceto para os gastos com “overhaul” que ocorrem a cada ciclo de 32 mil horas.

**Taxa de desconto:** A Companhia aplica a abordagem do Custo Médio Ponderado de Capital (CPMC) em termos nominais, considerando efeitos inflacionários, conforme abaixo:

	<b>Itaqui</b>	<b>Parnaíba II</b>
<b>CMPC nominal (pós tax)</b>	7,5%	7,0%
<b>CMPC nominal (pré tax)</b>	8,5%	7,9%

As taxas acima apresentadas foram ajustadas ao longo da projeção, considerando a evolução da estrutura de endividamento específica da “UGC” e a evolução da alíquota de impostos e das premissas de inflação.

Para os ágios de vida útil indefinida não foi necessária a constituição de provisão para *impairment* em 31 de dezembro de 2019.

## 16. Empréstimos e financiamentos

Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetiva do ano	Vencimento	Consolidado							
						2019			2018				
						Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
<b>Térmicas a Gás</b>													
Parnaíba II	Itaú Unibanco (indireto)	R\$	TJLP+5,15%	-	15/09/2027	-	-	-	-	-	236.057	1.042	237.099
<b>Upstream</b>													
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+3,00%	8,73%	15/03/2025	-	60.602	222	60.824	-	70.009	269	70.278
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+1,00%	6,02%	15/12/2028	(368)	31.557	60	31.249	(224)	17.500	-	17.276
Eneva	Itaú Unibanco	R\$	CDI+2,75%	-	15/05/2028	-	-	-	-	-	282.642	168.806	451.448
Eneva	Banco BTG Pactual	R\$	CDI+2,75%	-	15/05/2028	-	-	-	-	-	514.770	307.442	822.212
Eneva	Bullseye I FIDC	R\$	CDI+2,75%	-	15/05/2028	-	-	-	-	-	19.726	11.781	31.507
Eneva	FIDC Recebíveis Eneva	R\$	CDI+2,75%	-	15/05/2028	-	-	-	-	-	35.915	21.450	57.365
Eneva	Bullseye I LLC	US\$	LIBOR 6M	-	15/05/2028	-	-	-	-	-	133.222	6.423	139.645
Eneva	Zonda - VX FIDC	US\$	LIBOR 6M	-	15/05/2028	-	-	-	-	-	6.148	296	6.444
Eneva	Crown Ocean Credits III FIDC	US\$	LIBOR 6M	-	15/05/2028	-	-	-	-	-	8.362	403	8.765
<b>Térmicas a Carvão</b>													
Itaqui	BNDES (Direto)	R\$	TJLP+2,78%	8,52%	15/06/2026	(4.284)	605.376	2.026	603.118	(5.453)	746.391	2.447	743.385
Itaqui	BNB	R\$	10%	8,61%	15/12/2026	(1.406)	148.127	629	147.350	(1.761)	183.644	780	182.663
Pecém II	BNDES (Direto)	R\$	TJLP+3,14%	8,89%	15/06/2027	(2.861)	333.765	1.163	332.067	(3.574)	377.185	1.285	374.896
Pecém II	BNDES (Direto)	R\$	IPCA+10,59%	13,95%	15/06/2027	(380)	120.028	505	120.153	(463)	130.287	511	130.335
Pecém II	BNB	R\$	10,00%	8,67%	31/01/2028	(2.625)	193.719	-	191.094	(3.107)	207.650	-	204.543
						<b>(11.924)</b>	<b>1.493.174</b>	<b>4.605</b>	<b>1.485.855</b>	<b>(14.582)</b>	<b>2.969.508</b>	<b>522.935</b>	<b>3.477.861</b>
Depósitos Vinculados						-	(86.441)	-	(86.441)	-	(96.336)	-	(96.336)
<b>Saldo líquido de empréstimos e financiamentos</b>						<b>(11.924)</b>	<b>1.406.733</b>	<b>4.605</b>	<b>1.399.414</b>	<b>(14.582)</b>	<b>2.873.172</b>	<b>522.935</b>	<b>3.381.525</b>
Circulante						(2.603)	176.183	4.605	178.185	(2.802)	180.534	6.334	184.066
Não circulante						(9.321)	1.230.550	-	1.221.229	(11.780)	2.692.638	516.601	3.197.459

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, os empréstimos obtidos pelas subsidiárias estão garantidos na estrutura equivalente a Project Finance, principalmente através dos ativos (máquinas e equipamentos) bem como pelo fluxo de faturamento dos contratos de CCEARs das subsidiárias. Adicionalmente, os financiamentos também contam com aval da Controladora para as subsidiárias.

Abaixo é demonstrado a movimentação dos empréstimos (circulante e não circulante):

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 2018</b>	<b>1.604.941</b>	<b>3.381.525</b>
(+) Novas captações	14.004	14.004
(+) Juros incorridos	63.563	217.549
(+/-) Variação cambial Juros	307	306
(+/-) Variação cambial Principal	725	725
(-) Pagamento de juros	(16.909)	(173.022)
(-) Pagamento de principal	(1.574.676)	(2.063.668)
(+) Custo de captação	(144)	2.658
(-) Atualização monetária contratual	262	9.443
(-) Depósitos Vinculados	-	9.894
<b>Saldo em 2019</b>	<b>92.073</b>	<b>1.399.414</b>

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 2017</b>	<b>1.376.101</b>	<b>3.702.760</b>
(+) Novas Captações	-	47.410
(+) Juros incorridos	119.007	379.241
(+/-) Variação cambial Juros	666	666
(+/-) Variação cambial Principal	21.610	21.610
(-) Pagamento de juros	-	(285.201)
(-) Pagamento de principal	-	(1.388.698)
(+) Amortização do custo de captação	(220)	39.159
(-) Atualização monetária contratual	-	19.182
(-) Depósitos Vinculados	-	142.193
(-) Depósitos Vinculados - Pecém II	-	(62.371)
(+) Pecém II Geração de Energia S.A.	-	765.574
(+) Parnaíba Gás Natural S.A.	87.777	-
<b>Saldo em 2018</b>	<b>1.604.941</b>	<b>3.381.525</b>

As parcelas dos empréstimos e financiamentos classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Ano de vencimento</b>	<b>2019</b>	<b>2019</b>
2021	15.414	211.866
2022	15.417	212.825
2023	15.421	210.382
2024	15.424	215.059
2025	6.771	210.565
2026 até último vencimento	11.509	246.973
	<b>79.956</b>	<b>1.307.670</b>
Depósitos vinculados	-	(86.441)
	<b>79.956</b>	<b>1.221.229</b>

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures é nos fluxos de caixa de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsecamente ligado à obtenção de recursos para a construção do parque gerador e produtor de gás do Grupo Eneva.

### Depósitos Vinculados a empréstimos e financiamentos

A Companhia avalia se seus depósitos vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos atendem aos seguintes critérios:

(a) não estão condicionados a eventos futuros; e

(b) são legalmente executáveis, no curso normal dos negócios, no caso de inadimplência e no caso de insolvência ou falência

Por isso, apresenta o saldo desta rubrica líquida dos empréstimos e financiamentos a eles relacionados.

### Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de financiamentos e debêntures das subsidiárias operacionais possuem cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais em 31 de dezembro de 2019 se encontram integralmente atendidas:

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- Direito dos credores de executar inspeções e visitas das instalações;
- Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas nas subsidiárias.

Os contratos de financiamentos e emissões de debêntures contêm cláusulas específicas de *covenants* financeiros, as quais encontram-se atendidas, conforme detalhado abaixo:

Empresa	Descrição dos Covenants Financeiros	Posição em 31/12/2019
Parnaíba I	Dívida Líquida de no máximo 6 vezes o EBITDA	Atendido
Parnaíba II	Dívida líquida de no máximo 3 vezes o EBITDA	Atendido
Pecém II	Índice de Cobertura de Dívida de no mínimo 1,20	Atendido
Eneva S.A.	Dívida Líquida de no máximo 4,5 vezes o EBITDA	Atendido

## 17. Debêntures

Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetiva do ano	Venc.	31/12/2019				Consolidado 31/12/2018			
						Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
<b>Térmicas a Gás</b>													
Parnaíba I	1ª Emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 7,2227%	10,67%	17/11/2025	(7.513)	318.980	2.659	314.126	(6.768)	314.214	2.094	309.540
Parnaíba I	1ª Emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 2,50%	7,78%	17/11/2025	(12.186)	493.145	4.163	485.122	(11.726)	551.000	4.570	543.844
Parnaíba II	1ª Emissão	R\$	CDI + 2,50%	-	05/12/2025	-	-	-	-	(19.099)	695.000	1.916	677.817
Parnaíba II	2ª Emissão	R\$	CDI + 2,95%	-	05/12/2024	-	-	-	-	(4.883)	260.000	1.603	256.720
Parnaíba II	3ª Emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,60%	5,50%	03/10/2022	(478)	100.000	1.138	100.660	-	-	-	-
Parnaíba II	3ª Emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,01%	5,92%	02/10/2024	(1.423)	290.000	3.552	292.129	-	-	-	-
Parnaíba II	3ª Emissão - 3ª Série	R\$	CDI + 1,40%	6,33%	05/10/2026	(1.794)	360.000	4.705	362.911	-	-	-	-
<b>Upstream</b>													
Eneva	2ª Emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,95%	6,08%	05/12/2024	(7.263)	750.000	4.961	747.837	-	-	-	-
Eneva	2ª Emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,45%	6,61%	05/12/2024	(7.568)	750.000	5.405	747.698	-	-	-	-
Eneva	2ª Emissão - 3ª Série	R\$	IPCA + 5,05%	9,80%	15/05/2029	(5.200)	507.369	2.985	505.154	-	-	-	-
Eneva	3ª Emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 4,2259%	18,89%	15/12/2027	(16.055)	652.040	643	636.628	-	-	-	-
						<b>(59.480)</b>	<b>4.221.534</b>	<b>30.211</b>	<b>4.192.265</b>	<b>(42.476)</b>	<b>1.820.214</b>	<b>10.183</b>	<b>1.787.921</b>
Depósitos Vinculados						-	(35.137)	-	(35.137)	-	(5.702)	-	(5.702)
<b>Saldo líquido de debêntures</b>						<b>(59.480)</b>	<b>4.186.397</b>	<b>30.211</b>	<b>4.157.128</b>	<b>(42.476)</b>	<b>1.814.512</b>	<b>10.183</b>	<b>1.782.219</b>
Circulante						(10.145)	85.247	30.211	105.313	(4.515)	107.629	10.183	113.297
Não circulante						(49.335)	4.101.150	-	4.051.815	(37.961)	1.706.883	-	1.668.922

Abaixo é demonstrado movimentação das debêntures:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 2018</b>	-	<b>1.782.219</b>
(+) Novas captações	2.650.000	3.400.000
(+) Juros incorridos	75.411	229.654
(-) Pagamento de principal	-	(1.019.480)
(-) Pagamento de juros	(61.414)	(209.678)
(+) Custo de captação	(36.086)	(17.004)
(+/-) Atualização monetária contratual	9.406	20.852
(-) Depósitos vinculados	-	(29.435)
<b>Saldo em 2019</b>	<b>2.637.317</b>	<b>4.157.128</b>

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 2017</b>	-	<b>652.832</b>
(+) Novas captações	-	1.971.000
(+) Juros incorridos	-	72.080
(-) Pagamento de principal	-	(796.170)
(-) Pagamento de juros	-	(78.925)
(-) Custo de captação	-	(37.593)
(+) Amortização do custo de captação	-	(1.005)
<b>Saldo em 2018</b>	-	<b>1.782.219</b>

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos da terceira série referentes a 2ª emissão de debêntures simples gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à construção do ativo qualificável (“Parnaíba V”) e os custos da 3ª emissão de debêntures simples em série única atribuíveis à construção do projeto Parque dos Gaviões foram registrados como parte do custo do ativo imobilizado.

Os covenants contratuais das Debêntures foram integralmente atendidos e estão detalhados na nota explicativa nº “16 – Empréstimos e financiamentos”.

## 18. Impostos e contribuições a recolher

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	18.139	14.060	70.750	62.536
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	6.808	8.912	23.397	25.081
	<b>24.947</b>	<b>22.972</b>	<b>94.147</b>	<b>87.617</b>

As empresas do grupo são tributadas com base no regime de Lucro Real efetuando as antecipações mensais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos da legislação vigente.

A seguir apresentamos os saldos dos demais impostos e contribuições a recolher:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
ICMS	3.542	70	12.323	2.257
PIS, COFINS e IOF	12.735	3.965	25.334	21.014
Tributos sobre importação	486	-	1.126	143
Royalties	9.957	-	9.957	-
Outros	6.461	3.610	10.217	6.250
	<b>33.181</b>	<b>7.645</b>	<b>58.957</b>	<b>29.664</b>

## 19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

### Ativo e passivo financeiro

Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se tornar parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

### Classificação e mensuração subsequente

Ativos e passivos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentada a seguir:

			<b>Controladora</b>
	<b>Nível</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Ativos</b>			
<b>Custo Amortizado</b>			
Depósito vinculado		3.779	2.676
Caixa e Equivalente de Caixa		1.006.475	452.050
Contas a receber		2.150	-
Operações Comerciais com partes relacionadas		275.030	194.047
Mútuos com partes relacionadas		538.131	511.118
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		<b>105.493</b>	<b>96.919</b>
Títulos e valores mobiliários	Nível II	105.493	96.919
<b>Passivos</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Fornecedores		118.418	61.430
Empréstimos e financiamentos	Nível II	92.073	1.604.941
Debêntures	Nível II	2.637.317	-
Operações comerciais com partes relacionadas		45.917	45.831
Arrendamento mercantil	Nível II	91.636	-
<b>Consolidado</b>			
	<b>Nível</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Ativos</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Contas a receber		695.181	357.883
Caixa e equivalente de caixa		1.517.583	1.152.266
Depósito vinculado		5.828	31.617
Operações Comerciais com partes relacionadas		4.845	4.298
Mútuos com partes relacionadas		11.863	13.808
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		<b>277.350</b>	<b>207.742</b>
Títulos e valores mobiliários	Nível II	270.652	207.017
Non-Deliverable Forwards NDF	Nível II	6.698	725
<b>Passivos</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Fornecedores		629.859	354.016
Empréstimos e financiamentos	Nível II	1.399.414	3.381.525
Debêntures	Nível II	4.157.128	1.782.219
Operações comerciais com partes relacionadas		375	26.768
Retenções contratuais	Nível I	4.330	4.330
Contas a pagar - Setor elétrico	Nível III	11.922	11.439
Arrendamento	Nível II	101.765	-

### Derivativos, hedge e gerenciamento de risco

A Companhia possui instrumentos derivativos, denominados Non Deliverable Forwards (“NDFs”), com a finalidade de mitigar a exposição cambial decorrente de (i) compra de equipamentos a serem utilizados no ciclo operacional de manutenção da usina pela Parnaíba I Geração de Energia S.A.; (ii) investimentos em moeda estrangeira previstos pela Parnaíba Geração e Comercialização para a construção da usina termelétrica Parnaíba V, que teve sua implantação iniciada em fevereiro de 2019, com prazo de construção previsto no contrato de empreitada global (EPC) de 31 meses e (iii) investimentos em moeda estrangeira previstos pela Azulão Geração de Energia na implantação do projeto de Azulão-Jaguatirica, com prazo de construção previsto no contrato de empreitada global (EPC) de até 24 meses.

Em 31 de dezembro de 2019, os montantes líquidos apurados de Market to Market (“MtM”) para estes instrumentos derivativos foram ganhos de R\$ 6.698, vinculados à construção de ativos do Grupo, que foi integralmente registrado nas respectivas contas de imobilizado.

## 19.1 Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

### 19.1.1 Risco de variação de preço (commodities)

No caso da Companhia, esse risco está associado exclusivamente ao preço do carvão, que forma os estoques necessários para geração de energia nas termelétricas.

O período entre a compra da carga e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço carregado pela termelétrica. A seguir projeção de risco e sensibilidade dos montantes médios dos exercícios de 2019 e 2018:

2018 (R\$)	Valor de Mercado	API2 / CIF ARA (alta 25%)	API2 / CIF ARA (alta 50%)
Receita Variável (Ccomb)	199.487.437	249.359.296	299.231.156
Custo Variável (Carvão)	(199.910.014)	(247.317.797)	(294.725.580)
Resultado Variável	<b>(422.577)</b>	<b>2.041.499</b>	<b>4.505.576</b>
<b>2019 (R\$)</b>			
Receita Variável (Ccomb)	149.488.240	186.860.301	224.232.361
Custo Variável (Carvão)	(141.829.874)	(174.507.956)	(207.186.037)
Resultado Variável	<b>7.658.366</b>	<b>12.352.345</b>	<b>17.046.324</b>

Premissas (não auditado)	2019	2018
Geração de energia - MWh	1.277.197	1.027.774
Consumo de carvão (tonelada)	557.839	459.908
CIF ARA	55,85	96,86
API2	55,85	96,86
Prêmio	4,75	5,25
Fator i	0,52	0,52
FX	4,01	3,83

**Sendo:**

*Ccomb = CIF ARA \* Fator i \* FX*

*Custo Carvão = API2 + prêmio*

*API2 ~ CIF ARA*

### 19.1.2 Risco de taxa de juros

#### a) Risco relacionado aos juros flutuantes

A Companhia e suas controladas têm 90% de seu passivo indexado ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI), no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo indexador econômico TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo).

As linhas com o BNDES corrigidas pelos indexadores IPCA e TJLP, que também contêm um forte componente inflacionário, são parte de um segmento diferenciado de crédito com baixa volatilidade associada e, portanto, baixa probabilidade de deslocamentos abruptos nas taxas. O ativo da Companhia e suas controladas, representado por suas receitas, também será corrigido pelas mesmas taxas, fato que reduz substancialmente o descasamento entre as taxas de ativos e passivos.

A dívida atual tem principal de R\$ 4.687.684 e saldo total de R\$ 5.163.744 em 31 de dezembro de 2019. Desse total, aproximadamente 6% têm vencimento no curto prazo. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou o que seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso as curvas de TJLP, CDI e IPCA fossem deslocadas em 25% e 50% respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário I (alta 25%)</b>	<b>Cenário II (alta 50%)</b>
Risco de Cash Flow:			
Passivo indexado a TJLP	74.450	85.425	96.071
Passivo indexado ao CDI	165.522	196.517	227.326
Passivo indexado ao IPCA	143.029	156.788	170.491
<b>Despesa Financeira Esperada</b>	<b>383.001</b>	<b>438.730</b>	<b>493.888</b>
<b>Aumento da despesa financeira</b>	<b>-</b>	<b>55.729</b>	<b>110.887</b>

Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.

IPCA 12M: 4,01% (Fonte: Boletim Focus)

TJLP 12M: 7,03% (Fonte: Conselho Monetário Nacional)

CDI Médio 12M: 6,55% (Fonte: Projeção de Mercado)

## 19.2 Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2019 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

						<b>Consolidado 2019</b>
	<b>Até 6 meses</b>	<b>De 6 a 12 meses</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>De 2 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	-	598.155	31.704	-	-	629.859
Contas a pagar	-	-	375	-	-	375
Empréstimos e financiamentos	135.812	161.969	320.403	860.655	540.959	2.019.798
Debêntures	157.132	165.515	367.397	2.420.546	3.218.163	6.328.753
Retenção contratual	-	-	-	4.330	-	4.330
	<b>292.944</b>	<b>925.639</b>	<b>719.879</b>	<b>3.285.531</b>	<b>3.759.122</b>	<b>8.983.115</b>

						<b>Consolidado 2018</b>
	<b>Até 6 meses</b>	<b>De 6 a 12 meses</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>De 2 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	-	348.849	5.167	-	-	354.016
Contas a pagar	-	-	26.768	-	-	26.768
Empréstimos e financiamentos	174.201	266.445	528.335	1.805.046	2.880.658	5.654.685
Debêntures	84.336	178.723	372.508	1.245.411	826.814	2.707.792
Retenção contratual	-	-	4.330	-	-	4.330
	<b>258.537</b>	<b>794.017</b>	<b>937.108</b>	<b>3.050.457</b>	<b>3.707.472</b>	<b>8.747.591</b>

## 19.3 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

	Consolidado	
	2019	2018
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	1.517.583	1.152.266
Títulos e valores mobiliários	270.652	207.017
Contas a receber de clientes	695.181	357.883
Derivativos	6.698	725
Depósito vinculado	5.828	31.617
Depósito vinculado sobre empréstimo e debêntures	121.578	102.038
	<b>2.617.520</b>	<b>1.851.546</b>

#### 19.4 Risco cambial

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações em moeda estrangeira.

#### 19.5 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução do custo de capital.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou proporá, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

## 20. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, tributárias, ambientais e trabalhistas, assim como processos administrativos regulatórios avaliadas pelos assessores jurídicos.

A Companhia constitui uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que haverá provável desembolso de caixa para seu encerramento. O saldo consolidado da provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é apresentado abaixo:

		31/12/2018				Consolidado
		Saldo acumulado	Adições	Reversão	Atualização	31/12/2019
					Saldo acumulado	
Cíveis	(a)	4.286	45.435	(641)	-	49.080
Trabalhista	(b)	14.351	40.486	(12.170)	895	43.562
Tributário		40	-	-	-	40
Ambiental		155	-	-	8	163
<b>Total das Provisões</b>		<b>18.832</b>	<b>85.921</b>	<b>(12.811)</b>	<b>903</b>	<b>92.845</b>

#### (a) Riscos cíveis

As principais discussões cíveis são:

**Ativo contingente:**

Ação ordinária ajuizada pela controlada Amapari Energia S.A. (“Amapari”) no valor de R\$ 44.091, com pedido de tutela antecipada, para que seja enquadrada no mecanismo de ressarcimento de custo de combustíveis da CCC-ISOL. Em setembro de 2018, foi dado provimento ao recurso de apelação interposto por Amapari, anulando a sentença e julgando procedente a demanda, autorizando à empresa a utilização do mecanismo de ressarcimento do custo de combustíveis instituído pela Conta de Consumo de Combustíveis para o Sistema Isolado — CCC-ISOL. Ainda por meio do acórdão, foi determinado o imediato reembolso de CCC não recebido por Amapari no período de novembro de 2008 até fevereiro de 2009.

Em cumprimento à decisão, a ANEEL realizou, no curso de 2019, o pagamento do reembolso pleiteado por Amapari. Entretanto, interpôs recurso especial, ainda pendente de julgamento. Por isso, houve o provisionamento contábil do montante recebido de forma antecipada.

**Passivo contingente:**

(ii) Ação ordinária ajuizada pela RIP Serviços e Industriais S.A. em face da Controlada Itaqui, requerendo o pagamento de notas fiscais no valor total de R\$ 4.959, dos quais R\$ 1.000 têm prognóstico de perda provável.

**(b) Riscos trabalhistas**
**Passivo contingente:**

Englobam reclamações movidas por ex-funcionários próprios da Companhia e empregados de empresas terceirizadas, que pleiteiam, dentre outros, verbas rescisórias, adicional de periculosidade, vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou, ainda, eventuais verbas inadimplidas por suas empresas. O incremento apresentado no quadro anterior está vinculado a condenações parciais e liquidações dos pedidos feitos pelos reclamantes no decorrer deste trimestre. Não existe causa individual relevante.

**Contingências com risco possível (não requerem constituição de provisão)**

As ações de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental que não estão provisionadas, pois envolvem prognóstico de perda classificado pela administração e por seus advogados e assessores jurídicos como possível, são apresentadas a seguir:

		<b>31/12/2019</b>	<b>Consolidado 31/12/2018</b>
Ambiental		24.127	22.519
Regulatório		12.759	12.869
Trabalhista		32.803	44.063
Cível	(a)	82.035	115.440
Tributário	(b)	229.196	22.452
<b>Total</b>		<b>380.920</b>	<b>214.343</b>

**(a) Cíveis**

Controlada Pecém II Geração de Energia S.A.

**Ativo contingente:**
**(I) Encargo Hídrico Emergencial**

Trata-se de ação ajuizada por Pecém II em conjunto com Porto do Pecém Geração de Energia S.A. em face da ANEEL, pleiteando (i) o repasse, pela ANEEL, do valor cobrado pelo Estado do Ceará, a título de Encargo Hídrico Emergencial (“EHE”), aos CCEARs de Pecém II e Porto do Pecém com o aumento do Custo Variável Unitário (“CVU”) e da receita de venda percebida por essas empresas; e (ii) a suspensão da aplicação pela ANEEL de quaisquer penalidades por eventual redução e/ou interrupção da geração de energia das UTEs Pecém II e Pecém I em virtude da redução no fornecimento de água.

Em 31 de janeiro de 2017, foi proferida decisão da Justiça Federal indeferindo o pedido de tutela antecipada formulado pelas autoras. Foi interposto pelas Autoras recurso de agravo de instrumento, o qual foi distribuído ao Desembargador Souza Prudente em 1º de março de 2017. A tutela antecipada requerida pelas Companhias foi deferida em 5 de maio de 2017, tendo sido solicitado o cumprimento da decisão do agravo de instrumento por parte da ANEEL.

Assim, foi expedido ofício ao Presidente da ANEEL determinando o cumprimento da decisão que deferiu os pedidos da autora. Em 22 de agosto de 2017, a Diretoria da ANEEL anuiu à metodologia de cálculo de ressarcimento sugerido pela Companhia, autorizando o repasse do EHE para as Autoras, o que vem sendo realizado regularmente desde 2018 até o momento. A ANEEL apresentou petição informando o cumprimento da decisão e interpôs recurso de agravo interno contra a decisão monocrática do relator. Os autos estão conclusos no gabinete do Desembargador Souza Prudente desde fevereiro de 2018, aguardando julgamento.

## **(II) Receita Fixa**

A subsidiária Pecém II Geração ajuizou ação, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, pleiteando o direito de receber as receitas fixas previstas nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), firmados em leilão de energia nova, a partir de julho de 2013, período no qual a Companhia já se encontrava devidamente comissionada e apta para a geração de energia, e conseqüentemente, cumprir os compromissos firmados. A ANEEL justificou que o atraso nas obras de implantação da subestação da Transmissora Delmiro Gouveia S.A (TDG), necessária para o escoamento da energia gerada, constituiria caso fortuito ou força maior, e não efetuou o pagamento das receitas fixas, apenas excluindo a Companhia das penalidades previstas pelo não fornecimento de energia.

Em novembro de 2014, a Companhia obteve sentença favorável na Justiça Federal do Distrito Federal, que confirmou a antecipação dos efeitos da tutela, tendo a sentença sido confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Nesse sentido, com o julgamento em segunda instância, foi reconhecido o direito de Pecém II de receber o pagamento das Receitas Fixas provenientes dos CCEARS e determinado o cumprimento imediato da decisão. A ANEEL opôs embargos de declaração no TRF da 1ª Região, os quais foram rejeitados em 11 de maio de 2018. Assim, em 30 de maio de 2018, esgotada a discussão no TRF da 1ª Região, e existindo ordem judicial para cumprimento imediato da decisão, a CCEE efetuou em favor de Pecém II o pagamento no montante de R\$ 59.326, correspondente às receitas fixas devidas. A Companhia tomou conhecimento de que a ANEEL interpôs recurso especial, e, após intimação, Pecém II apresentou contrarrazões em 30 de agosto de 2018. Tal recurso ainda será apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça, se admitido pelo TRF da 1ª Região, razão pela qual ainda não ocorreu o trânsito em julgado da ação.

## **Controlada Eneva Comercializadora de Energia Ltda.**

Trata-se de ação anulatória de sentença arbitral que julgou procedentes todos os pedidos formulados pela Eneva Comercializadora no procedimento arbitral nº 22/2014, instaurado contra a COPEN. O montante envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 38.000, referente ao valor discutido na arbitragem cuja decisão a COPEN busca anular.

## **Outras controladas**

Os demais valores subdividem-se em ações judiciais envolvendo pleitos de natureza cível que individualmente não possuem risco financeiro relevante, e que estão descritos no relatório com prognóstico de perda possível. A alteração de valores apresentada acima se refere às mudanças nos prognósticos dos casos no decorrer do trimestre.

## **(b) Tributárias**

### **Controlada Itaqui Geração de Energia S.A.**

A controlada possui demandas de natureza tributária em que figura como ré. A principal demanda se refere a auto de infração lavrado pelas autoridades fiscais federais para glosar despesas financeiras supostamente desnecessárias por não ter sido comprovado caráter de cobertura (hedge) de determinada operação contratada para fazer frente a um empréstimo em moeda estrangeira não concretizado.

O assunto encontra-se em discussão em âmbito administrativo, tendo sido protocolada impugnação ao auto de infração em 22/01/2019, e posteriormente, em 10/07/2019, apresentado recurso voluntário. Atualmente aguarda julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF.

Em caso de decisão final desfavorável na esfera judicial, a companhia perderá o direito a compensar futuros lucros fiscais com o montante de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL glosado pelas autoridades fiscais, no montante de R\$ 195 milhões. Não há crédito tributário constituído sobre referido prejuízo fiscal. Em caso de decisão final desfavorável, o efeito seria de baixa de aproximadamente R\$ 195 milhões de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL nos controles fiscais auxiliares (ECF), sem desembolso e impacto no caixa da Companhia.

### Outras controladas

Em 2019, a Companhia foi citada em novos processos judiciais e administrativos, cujas discussões envolvem valores associados a autos de infração e execuções fiscais, mas que foram classificadas com prognóstico de perda possível, não requerendo constituição de provisão para contingência.

## 21. Provisão para obrigação de abandono

Referem-se aos custos esperados para o abandono dos campos operacionais e para a desmobilização dos ativos da UTE de Pécem II Geração de Energia S.A, referente a devolução do terreno nas mesmas condições quando assumido.

Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que:

- i) No reconhecimento da provisão, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e é depreciado pela vida útil dos ativos correspondentes, resultando em uma despesa reconhecida no resultado do exercício.
- ii) as obrigações ocorrerão no longo prazo;
- iii) que os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e
- iv) que as tecnologias e custos de remoção de ativos se alteram constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança.

A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas.

A Companhia revisa trimestralmente, seus custos estimados com desmantelamento de áreas de produção de petróleo e gás, em conjunto com seu processo de certificação anual de reservas e quando houver indicativo de mudanças em suas premissas.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os fluxos com provisão de abandono:

	<b>31/12/2019</b>	<b>Controladora 31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>Consolidado 31/12/2018</b>
Saldo inicial	61.720	-	66.885	64.055
Revisão da provisão	7.595	-	7.231	(3.016)
Atualização de juros	6.433	-	6.906	5.846
Incorporação PGN	-	61.720	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>75.748</b>	<b>61.720</b>	<b>81.022</b>	<b>66.885</b>

## 22. Partes relacionadas

Transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chaves da Administração, foram realizadas de acordo com as condições contratadas entre as partes e refletem termos que levam em consideração transações de mercado.

### Acionistas

Os principais acionistas da Companhia são Banco BTG Pactual S.A, Cambuhy I Fundo de Investimento em ações e Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda, que detém, respectivamente, 22,95%, 22,95% e 5,01% das ações ordinárias.

### Administradores

A Companhia é administrada por Conselho de Administração e por Diretoria de acordo com as atribuições e poderes conferidos em Estatuto Social.

### Empresas ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas: Banco BTG Pactual S.A, Cambuhy, Atmos e suas respectivas controladas e coligadas.

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

Ativo	Relação de investimento	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Mútuo</b>					
<b>Térmicas a Carvão</b>					
Itaqui Geração de Energia S.A. (a)	Controle	156.869	147.694	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A. (b)	Controle	294.719	279.708	-	-
<b>Upstream</b>					
Parnaíba B.V.	Controle	73.993	69.221	-	-
<b>Outros</b>					
MABE do Brasil	Controle conjunto	9.007	11.115	9.007	11.115
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.	Controle conjunto	2.856	2.693	2.856	2.693
Termopantanal Participações	Controle	457	457	-	-
Termopantanal Ltda.	Controle indireto	230	230	-	-
		<b>538.131</b>	<b>511.118</b>	<b>11.863</b>	<b>13.808</b>
<b>Operações comerciais</b>					
<b>Térmicas a Gás</b>					
Parnaíba Geração e Comércio de Energia S.A.	Controle indireto	5.093	5.273	-	-
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	Controle	127.961	74.859	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	Controle	102.619	87.226	-	-
Azulão Geração de Energia S.A	Controle	850	-	-	-
<b>Térmicas a Carvão</b>					
Itaqui Geração de Energia S.A.	Controle	11.186	6.915	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A.	Controle indireto	11.729	6.295	-	-
Pecém II Participações S.A.	Controle	2.479	2.276	-	-

**Outros**

ENEVA Comercializadora de Energia S.A.	Controle indireto	3.947	3.298	-	-
Uniper Energy	Acionista	-	92	-	93
Amapari Energia S.A.	Controle	1.058	453	-	-
MABE do Brasil	Controle conjunto	22	22	22	22
ENEVA Participações S.A.	Controle	6.585	6.201	-	-
Porto do Pecém Transportadora de Minério S.A	Controle conjunto	10	10	10	10
PO&M Geração Elétrica S.A	Controle conjunto	18	18	18	18
SPE's Ventos	Controle indireto	155	46	-	-
Seival Geração de Energia S.A.	Controle indireto	427	363	-	-
Seival Sul Mineração Ltda.	Controle conjunto	10	10	4.795	4.155
Sul Geração de Energia S.A.	Controle indireto	315	320	-	-
Tauá Geração Energia	Controle indireto	566	370	-	-
		<b>275.030</b>	<b>194.047</b>	<b>4.845</b>	<b>4.298</b>
		<b>813.161</b>	<b>705.165</b>	<b>16.708</b>	<b>18.106</b>

- (a) O saldo é composto por: (i) contrato de mútuo celebrado em janeiro de 2012 com a Eneva (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (104% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado. O saldo de R\$ 156.869 refere-se apenas aos juros (R\$ 147.694 em 31 de dezembro de 2018).
- (b) O saldo é composto por (i) contrato de mútuo celebrado com a Eneva (mutuante) sujeito a juros de mercado (104% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$ 294.719 (R\$ 279.708 em 31 de dezembro de 2018). Essa variação corresponde aos juros incorridos durante o período de 2019.

	Relação de investimento	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Passivo</b>					
<b>Arrendamento operacional</b>					
<b>Upstream</b>					
Parnaíba B.V	Controle	39.697	39.697	-	-
		<b>39.697</b>	<b>39.697</b>	-	-
<b>Operações comerciais</b>					
<b>Térmicas a Gás</b>					
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	Controle	35	35	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	Controle	48	47	-	-
<b>Térmicas a Carvão</b>					
Itaqui Geração de Energia S.A.	Controle	2.202	2.186	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A.	Controle indireto	45	49	-	-
<b>Outros</b>					
Uniper Energy	Acionista	-	13	-	26.475
ENEVA Participações S.A.	Controle	3.447	3.355	-	-
Copelmi Mineração Ltda.	Coligada	-	-	375	293
Amapari Energia S.A.	Controle	3	3	-	-
Tauá Geração de Energia Ltda.	Controle indireto	440	446	-	-
		<b>6.220</b>	<b>6.134</b>	<b>375</b>	<b>26.768</b>
		<b>45.917</b>	<b>45.831</b>	<b>375</b>	<b>26.768</b>

	Relação de investimento	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Resultado</b>					
<b>Térmicas a Gás</b>					
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A	Controle indireto	13.150	877	-	-
Parnaíba I Geração de Energia S.A. (a)	Controle	398.223	7.553	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (a)	Controle	284.372	16.111	-	-
Azulão Geração de Energia S.A.	Controle	228	-	-	-
<b>Térmicas a Carvão</b>					
Pecém II Geração de Energia S.A.	Controle indireto	26.637	26.926	-	11.712
Pecém II Participações S.A	Controle	125	112	-	-
Itaquí Geração de Energia S.A.	Controle	22.393	22.620	-	-
<b>Outros</b>					
Amapari Energia S.A.	Controle	467	379	-	-
Parnaíba Participações S.A.	Controle indireto	-	107	-	-
Eneva Comercializadora de Energia S.A.	Controle indireto	1.018	1.315	-	-
Eneva Participações S.A.	Controle	370	263	-	-
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	Controle conjunto	1.273	1.284	1.273	870
Parnaíba Gás Natural S.A.	Controle	-	71.486	-	-
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica	Controle conjunto	191	193	191	130
Seival Geração de Energia S.A.	Controle indireto	42	70	-	-
SPE's Ventos	Controle indireto	177	107	-	-
Sul Geração de Energia S.A.	Controle indireto	-	7	-	-
Tauá Geração de Energia Ltda.	Controle indireto	446	309	-	-
		<b>749.112</b>	<b>149.719</b>	<b>1.464</b>	<b>12.712</b>

(b) O aumento exponencial no resultado, deve-se a incorporação da Parnaíba Gás Natural ("PGN") na Eneva S.A. em dezembro de 2018. Desta forma a partir de janeiro de 2019 a Eneva S.A. passa a ser a nova fornecedora do principal insumo no Complexo Parnaíba.

## 22.1 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos Administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição entre eles.

Os montantes totais de remuneração dos Diretores e do Conselho da administração da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, registrados na contabilidade pelo regime de competência, segue conforme apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Benefícios de curto prazo	33.074	20.944	37.051	24.432
Benefícios de Longo Prazo (a)	22.721	2.217	23.160	2.321
	<b>55.795</b>	<b>23.161</b>	<b>60.211</b>	<b>26.753</b>

(a) Adicionalmente, conforme descrito na Nota explicativa nº "24 - Plano de pagamento baseado em ações", a Companhia implementou plano de pagamento baseado em ações para gestores e diretores estatutários e não estatutários. A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes, no prazo de 3 a 5 anos, a partir do início do plano.

Abaixo os montantes de remuneração mínima, média e máxima do Conselho de Administração e Diretoria:

	Consolidado					
	2019			2018		
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
Conselho Administração	301	1.429	8.214	317	570	1.296
Diretores	474	4.065	14.882	127	1.751	5.499
	<b>775</b>	<b>5.494</b>	<b>23.096</b>	<b>444</b>	<b>2.321</b>	<b>6.795</b>

## 23. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Companhia é respectivamente de R\$ 8.834.907 e R\$ 8.822.057.

A seguir a distribuição das ações da Companhia:

	2019	
	Quantidade	Ações ordinárias %
<b>Acionista</b>		
Banco BTG Pactual S.A.	72.410.101	22,95%
Cambuhy I Fundo de Investimento em Ações	72.410.101	22,95%
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda	15.793.261	5,01%
Outros	154.869.718	49,09%
<b>Total</b>	<b>315.483.181</b>	<b>100%</b>

	2018	
	Quantidade	Ações ordinárias %
<b>Acionista</b>		
Banco BTG Pactual S.A.	84.370.481	26,79%
Cambuhy I Fundo de Investimento em Ações	72.410.101	22,99%
DD Brazil Holdings (Uniper Energy)	19.217.333	6,10%
Itaú Unibanco	18.530.085	5,88%
Outros	120.462.499	38,24%
<b>Total</b>	<b>314.990.499</b>	<b>100%</b>

### 23.1 Capital social

A Companhia possui apenas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. O capital autorizado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é composto por 399.128.430 ações autorizadas, das quais 315.483.181 foram emitidas.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

### 23.2 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral ou Extraordinária.

Os benefícios fiscais dos juros sobre capital próprio são reconhecidos na demonstração de resultado. Para o exercício corrente não houve distribuição.

### 23.3 Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

### 23.4 Reserva de incentivos fiscais

#### 23.4.1 SUDAM/SUDENE

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse benefício corresponde à redução de 75% do imposto de renda, no período de 10 anos.

#### 23.4.2 ICMS

Reserva constituída mediante a destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao incentivo fiscal concedido pelo Estado do Maranhão, nos termos da Lei nº 9.463/2011. Tal incentivo consiste em crédito presumido de ICMS nas saídas de gás natural destinadas à usina termelétrica movida a gás natural.

## 24. Resultado por ação

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e a respectiva quantidade média ponderada de ações em circulação durante o mesmo período, conforme o quadro abaixo:

	2019	2018
<b>Resultado do exercício</b>		
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuível aos acionistas	600.798	887.873
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações	315.344.051	314.990.499
<b>Lucro por ação (R\$) - básico</b>	<b>1,90521</b>	<b>2,81873</b>

	2019	2018
<b>Resultado do exercício</b>		
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuível aos acionistas	600.798	887.873
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações	315.344.051	314.990.499
Efeito das opções	2.368.569	-
<b>Lucro por ação (R\$) - diluído (*)</b>	<b>1,89101</b>	<b>2,81873</b>

(\*) O fator de diluição representado pelos programas de remuneração baseados em ações da Companhia não representou mudanças significativas no cálculo do lucro diluído.

O Capital autorizado da Companhia está apresentado na nota explicativa nº “23. Patrimônio Líquido”.

## 25. Plano de pagamento baseado em ações

### a) Opção de ações outorgadas pela Companhia

O programa de opções de compra de ações da Companhia vigente foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2016.

As opções representarão o máximo de 4% (quatro por cento) do total de ações do capital social da Companhia existentes na data de emissão das opções. Para efeitos desse limite, será considerado o somatório de todas as ações de emissão da Companhia, incluídas as ações que vierem a ser emitidas pela Companhia em razão de opções outorgadas no âmbito do Plano de opções.

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no plano de opções no exercício:

Plano	Data de Outorga	Prazo da outorga (anos)	Primeira data de maturação	Data de máxima de vencimento dos direitos	Quantidade Original Outorgada	Quantidade Remanescente	Preço de Exercício Original	Preço de Exercício Corrigido por IPCA + 3%a.a.
2016	03/10/2016	5	03/04/2018	12/11/2021	621.094	207.031	15,00	18,46
2016	03/10/2016	3	01/11/2017	30/01/2021	2.667.000	666.750	15,00	18,46
2016	10/05/2017	5	10/05/2018	07/09/2022	1.333.333	800.000	15,00	17,80
2016	03/08/2017	5	03/08/2018	01/12/2022	710.301	300.000	15,00	17,67
2016	11/02/2019	5	11/02/2020	10/06/2024	250.000	250.000	15,00	15,94

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no plano de opções no exercício de 31 de dezembro de 2018 a 31 de dezembro de 2019:

Plano outorgado pela Companhia - quantidade de opções de ações	Quantidade de opções	Preço médio ponderado de exercício das opções
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<b>3.787.927</b>	<b>16,65</b>
Exercidas	(1.480.771)	17,42
Outorgadas	250.000	15,14
Expiradas	(333.375)	17,53
<b>Saldo em 31 de dezembro 2019</b>	<b>2.223.781</b>	<b>17,83</b>

A Companhia não consegue mensurar o valor dos serviços recebidos pelos participantes, portanto, decidiu mensurar os seus respectivos valores justos, tomando como base o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados. Segundo o regulamento do Programa, a Companhia liquidará esta obrigação com a emissão de novas ações ou pela utilização (quando constituída) da conta “Ações em tesouraria”. O efeito no resultado do exercício de 2019 foi de R\$ 2.735.

#### b) Unidades de Performance Restritas - Units - concedidas pela Companhia

A Companhia concedeu dois planos distintos de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações, o primeiro foi aprovado em 12 de julho de 2018 e o segundo, denominado Plano de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações (Plano de Performance Shares) foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019. Nesses planos, a Companhia concede units, unidades de performance restritas, aos beneficiários que lhe prestam serviços, porém, os planos seguem regras distintas para aquisição do direito de transferência de ações.

Conforme o regulamento do plano aprovado em 12 de julho de 2018, as ações podem ser transferidas aos beneficiários após 3 (três) anos a partir da data de concessão das units. Da quantidade de units cedidas para cada beneficiário, 50% são concedidas para retenção, cujo direito depende da permanência do colaborador na Companhia. Para os demais 50% das ações, além da permanência do colaborador, a quantidade de ações transferidas dependerá de indicador de performance de retorno para os acionistas, calculado durante o período de carência de 3 anos das units.

O regulamento do plano aprovado em 29 de abril de 2019 define que as ações podem ser transferidas aos beneficiários se os critérios de performance relacionados a execução do Projeto Parnaíba V forem atendidos, sendo: i) executado até a data de início da operação comercial em março de 2022 e ii) execução do referido projeto com até 10% de overrun do

orçamento. Se ambos os critérios de performance na execução do projeto forem atingidos, a totalidade das ações será transferida para os beneficiários do plano. A apropriação do valor justo do plano ao resultado do exercício de 2019 foi de R\$3.293.

A tabela abaixo apresenta as características gerais das units concedidas pela Companhia:

Plano	Data de Concessão	Prazo (anos)	Finalidade	Data de aquisição do direito	Quantidade Original Concedida
2018	13/07/2018	3	retenção	02/04/2021	217.181
2018	13/07/2018	3	performance	02/04/2021	217.181
2018	01/04/2018	3	retenção	01/04/2022	189.109
2018	01/04/2018	3	performance	01/04/2022	189.109
2019	29/04/2019	2,92	performance shares	31/03/2022	387.101

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido nos planos de units no período de 31 de dezembro de 2018 a 31 de dezembro de 2019:

Plano de Units concedido pela Companhia - quantidade de units	Preço médio ponderado das ações	
	Quantidade de units	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>434.362</b>	<b>16,09</b>
Exercidas	-	-
Canceladas	-	-
Concedidas	765.318	19,10
Expiradas	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.199.680</b>	<b>43,69</b>

## 26. Receita de venda de bens e/ou serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita apresentada é a líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos. Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminadas as vendas dentro do grupo.

Para ambas as atividades de geração de energia e produção de gás natural, a receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto for transferido para o cliente.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício assim se apresenta:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Receitas</b>				
Disponibilidade (ACR) (a)	-	-	2.067.858	1.933.773
Venda de energia (ACR) (b)	-	-	738.772	939.383
Venda de energia (ACL) (c)	-	-	641.617	612.028
Venda de gás e condensado (d)	484.085	-	4.355	2.905
Arrendamento (d)	346.341	-	-	-
<b>Receita Bruta</b>	<b>830.426</b>	<b>-</b>	<b>3.452.602</b>	<b>3.488.089</b>
<b>Deduções da receita</b>				
Impostos sobre vendas	(97.993)	-	(256.562)	(280.686)
P&D (e)	-	-	(30.138)	(28.729)
Ressarcimento (f)	-	-	(28.533)	(49.567)
<b>Total da receita líquida</b>	<b>732.433</b>	<b>-</b>	<b>3.137.369</b>	<b>3.129.107</b>

## Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

As receitas decorrem de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR), celebrado entre o agente vendedor e o agente de distribuição, em decorrência dos leilões de energia elétrica. Os CCEARs são especificados por meio dos editais publicados para cada leilão contendo cláusulas e condições fixas e variáveis, que não são passíveis de alteração pelos agentes.

Esse tipo de contrato tem como objetivo minimizar o risco hidrológico, visando um menor custo para o sistema de energia. Os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelos agentes compradores (distribuidoras), e eventuais exposições financeiras no Mercado de Curto Prazo, positivas ou negativas, serão assumidas pelas distribuidoras, com repasse ao consumidor final, conforme mecanismo definido pela Aneel.

### (a) Disponibilidade ACR (Receita fixa)

Essa modalidade de receita tem por objeto remunerar o empreendimento de geração mantido a disposição do Sistema Nacional Integrado (SIN) para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema (“ONS”).

### (b) Venda de Energia ACR (Receita Variável)

Além da receita por disponibilidade, como comentado acima, os CCEARs possuem receitas variáveis, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não considerada pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

## Ambiente de Contratação Livre (ACL)

O segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

### (c) Venda de energia ACL

Na operação de contratação em ambiente livre a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

Adicionalmente, a partir de junho de 2018, com a publicação da resolução normativa nº 822 teve início a operação por despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa (RRO). Este mecanismo é um serviço auxiliar prestado por termelétricas despachadas centralizadamente, com vistas a preservar a reserva de potência operativa nas unidades geradoras hidráulicas em qualquer subsistema. As usinas termelétricas que forem acionadas para atenderem ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa (RRO) recebem essa energia valorada ao preço da oferta realizada, quando o atendimento ao despacho é considerado satisfatório, ou ao seu Custo Variável Unitário (CVU), quando insatisfatório. Essa receita é registrada no momento da confirmação do despacho pelo ONS.

As informações do resultado estão apresentadas por segmento na nota explicativa nº 6 – “Informações por segmento”.

## Exploração e Produção de gás

### (d) Venda de gás, condensado e arrendamento

A Eneva S.A é responsável pela exploração e extração de gás natural e mantém contrato de fornecimento de gás e de arrendamento com o Complexo Parnaíba.

A venda de gás está atrelada diretamente ao despacho do Complexo Parnaíba (“Complexo”). O preço é estabelecido em contrato firmado entre as partes e o volume comercializado varia em função da necessidade de gás do Complexo. A receita pela venda de gás é reconhecida por medição periódica e é equivalente ao volume transferido para o cliente, mas ainda não considerada nas medições anteriores ao fechamento do exercício.

## Deduções da receita

### (e) Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

As empresas reguladas pela ANEEL, têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida - ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico.

### (f) Ressarcimento

O ressarcimento ao mercado ocorre quando as usinas termoeletricas contratadas no ambiente de contratação reguladas (ACR) não atendem o despacho do Operador Nacional do Sistema (“ONS”).

## 27. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Custo</b>				
Custos regulatórios	(2)	-	(134.929)	(124.257)
Depreciação e amortização	(113.493)	-	(414.118)	(392.915)
Despesas ambientais	(2)	-	(5.915)	(2.954)
Despesas com aluguéis	(3.831)	-	(15.357)	(1.326)
Despesas com pessoal	(27.542)	-	(152.714)	(138.725)
Energia elétrica para revenda	-	-	(400.630)	(386.729)
Impostos e contribuições	(98)	-	(3.658)	(1.089)
Insumos de geração	-	-	(520.270)	(572.278)
Material de consumo	(7.482)	-	(12.551)	(33.129)
Participações governamentais	(61.069)	-	(61.069)	(75.854)
Seguros operacionais	(4.050)	-	(26.091)	(23.575)
Serviços de terceiros	(20.976)	-	(87.376)	(114.379)
Outras	(344)	-	(64.916)	(7.882)
	<b>(238.889)</b>	<b>-</b>	<b>(1.899.594)</b>	<b>(1.875.092)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>				
Depreciação e amortização	(43.833)	(3.038)	(75.935)	(51.964)
Despesas ambientais	(1.001)	(527)	(1.029)	(3.054)
Despesas com aluguéis	(2.756)	(3.271)	(3.040)	(6.586)
Despesas com exploração e poço seco	(92.671)	-	(92.671)	(105.023)
Despesas com pessoal	(125.113)	(92.674)	(136.269)	(113.856)
Impostos e contribuições	(2.410)	(946)	(65)	(1.931)
Material de consumo	(2.998)	(1.210)	(3.170)	(2.027)
Seguros administrativos	(1.267)	(648)	(1.461)	(2.275)
Serviços compartilhados - Cost Sharing	45.410	45.336	-	-
Serviços de terceiros	(49.660)	(31.825)	(34.704)	(32.823)
Outras	(1.524)	(6.114)	(24.777)	(10.553)
	<b>(277.823)</b>	<b>(94.917)</b>	<b>(373.121)</b>	<b>(330.092)</b>
<b>Outras receitas e despesas</b>				
Provisão perdas de investimento	(2.198)	(434)	(4.385)	(793)
Perda na alienação de bens	-	-	(5.598)	(113)
Avaliação Investimento - Pecém II	-	56.809	-	56.809
Ganho em compra vantajosa da aquisição de Pecém II em 2018	-	135.573	-	135.573
Contingências	(9.143)	(1.051)	(29.667)	(2.500)
Crédito de PIS/COFINS	33.705	-	33.705	-
Reversão do impairment de Itaqui	-	-	127.114	-
Outras receitas (despesas)	(16.972)	546	(16.845)	14.072
	<b>5.392</b>	<b>191.443</b>	<b>104.324</b>	<b>203.048</b>
	<b>(511.320)</b>	<b>96.526</b>	<b>(2.168.391)</b>	<b>(2.002.136)</b>

No consolidado, podemos observar que o grupo de custos se manteve em linha com o exercício anterior, com uma variação aproximada de 1%. Podemos destacar como principais efeitos o aumento da depreciação e amortização gerado principalmente pela consolidação de Pecem II Geração de Energia S.A (“Pecem II”), que ocorreu em abril de 2018 e a diminuição na conta de insumos de geração, devido à redução da disponibilidade das termelétricas durante o ano de 2019, principalmente devido à parada de manutenção programada de Pecem II e Parnaíba I.

Já para a controladora, a variação deve-se a incorporação da controlada Parnaíba Gás Natural (“PGN”), ocorrido em 28 de dezembro de 2018, cujos reflexos não impactaram o exercício de 2018.

Em despesas gerais e administrativas, o aumento foi de 13,03 % em relação ao ano comparativo, impactado substancialmente pela consolidação de Pecem II, que foi compensado pela redução dos gastos com aquisições de dados geofísicos, em 2019.

Para o grupo de outras receitas, temos como destaque, o transitado em julgado da decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região que acatou o pedido da Parnaíba Gás Natural S.A. (PGN), incorporada pela Eneva S.A. em 2018, para excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, e reconheceu o direito à compensação do montante indevidamente pago pela

antiga PGN a tal título nos últimos 5 anos. Diante disto, a Companhia registrou R\$ 42.750, sendo R\$ 33.705 referentes ao valor principal e R\$ 9.045 referentes ao acréscimo de Juros Selic reconhecidos na rubrica “receitas financeiras”. Adicionalmente, em 2019 foi registrado reversão de parte do impairment constituído em anos anteriores, conforme “nota explicativa 15.2”.

## 28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos da dívida	(63.563)	(119.007)	(217.549)	(379.241)
Multa e juros pagos ou incorridos	(714)	(63)	(3.094)	(27.619)
Amortização custo de transação de empréstimos	(1.239)	-	(40.878)	(49.885)
Comissão sobre fianças bancárias	(1.576)	(84)	(2.419)	(22.185)
Juros de provisão de abandono	(6.433)	-	(6.906)	(5.846)
Juros de passivos de arrendamento	(9.551)	-	(11.207)	-
Juros sobre mútuos	-	-	(509)	(608)
Juros de debêntures	(59.962)	-	(214.205)	(72.080)
Perdas com derivativos	-	(23)	-	(1.524)
Variação cambial e monetária	(22.556)	(39.700)	(63.077)	(86.145)
Outros	(9.080)	(8.799)	(28.926)	(45.911)
	<b>(174.674)</b>	<b>(167.676)</b>	<b>(588.770)</b>	<b>(691.044)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Aplicação financeira	36.300	13.082	96.026	65.197
MTM contratos de energia	970	-	11.414	-
Juros sobre debêntures	-	61.326	-	11.554
Multas e juros recebidos ou auferidos	28	-	4.738	19.916
Rendimentos de mútuos	31.863	36.807	1.384	5.892
Variação cambial e monetária	20.592	17.125	41.742	68.834
Outros	12.124	753	23.286	15.319
	<b>101.877</b>	<b>129.093</b>	<b>178.590</b>	<b>186.712</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(72.797)</b>	<b>(38.583)</b>	<b>(410.180)</b>	<b>(504.332)</b>

As principais variações no ano de 2019 consistem na redução dos juros incorridos sobre os empréstimos (“encargos da dívida”) e debentures (juros de debentures”), em decorrência, principalmente, da reestruturação das dívidas da Companhia e da emissão de debêntures a custos mais atrativos.

## 29. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado	
	2019	2018
<b>Danos materiais</b>		
Riscos operacionais	10.339.265	9.939.362
Riscos de Petróleo	318.522	306.202
<b>Responsabilidade civil</b>		
Riscos de Petróleo	40.307	38.748
Responsabilidade civil	210.000	210.000
D&O	200.000	200.000
<b>Lucros Cessantes</b>		
Riscos Operacionais	4.136.131	3.976.153
	<b>15.244.225</b>	<b>14.670.465</b>

Abaixo as principais apólices em vigor:

Consolidado  
2019

Seguradora	Modalidade	Valor em Risco	Limite Máximo Indenizável	Vigência	Prêmio
Chubb/Sompo/AXA	Riscos Operacionais	USD 3.591.287	USD 500.000	01/08/2018 a 01/02/2020	USD 10.412
Sompo	Responsabilidade Civil Geral	BRL	BRL 135.000	01/08/2019 a 01/02/2021	BRL 300
Tokio Marine / Swiss	Responsabilidade Civil Geral	BRL	BRL 50.000	01/07/2019 a 01/07/2020	BRL 177
AIG	Responsabilidade Civil dos Administradores	BRL	BRL 200.000	30/08/2018 a 28/02/2020	BRL 773
Tokio Marine	Responsabilidade Civil de Operador Portuário	BRL	BRL 25.000	23/08/2019 a 23/08/2020	BRL 26
Tokio Marine	Risco de Petróleo	USD 89.024	USD 89.024	01/09/2018 a 01/03/2020	USD 116
Tokio Marine / AXA / Fairfax	Seguro Garantia (13ª Rodada)	BRL	BRL 108.482	22/12/2015 a 20/06/2020	BRL 2.741
Pottencial	Seguro Garantia (14ª Rodada)	BRL	BRL 55.350	31/01/2018 a 31/07/2024	BRL 2.741
Junto Seguros	Seguro Garantia (Oferta Permanente)	BRL	BRL 54.188	15/12/2019 a 27/08/202	BRL 581
FairFax/Junto Seguros/Pottencial	Seguro Garantia	BRL	BRL 164.565	15/08/2019 a 01/07/2024	BRL 1.378

### 30. Compromissos assumidos

#### Programa Exploratório Mínimo (“PEM”)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo de PEM referente a 13ª e 14ª Rodadas a ser cumprido perante a ANP está apresentado no quadro abaixo:

PEM com seguro garantia	UTs	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Saldo em 2019
PN-T-69	3010	13.545	-	(13.545)	-
PN-T-87	3010	13.545	-	(13.545)	-
PN-T-84	2061	6.492	-	-	6.492
PN-T-101	7003	31.513	-	(25.179)	6.334
PN-T-103	7003	31.513	-	(31.513)	-
PN-T-146	1010	4.545	9.000	-	13.545
PN-T-163	1010	4.545	9.000	-	13.545
PN-T-117	400	8.200	-	-	8.200
PN-T-118	600	12.300	-	-	12.300
PN-T-119	600	12.300	-	-	12.300
PN-T-133	500	10.250	-	-	10.250
PN-T-134	600	12.300	-	-	12.300
		<b>161.048</b>	<b>18.000</b>	<b>(83.782)</b>	<b>95.266</b>

Em 21 de dezembro de 2019, para os blocos PN-T-146 e PN-T-163, foi concluído programa sísmico, garantindo o cumprimento integral do Programa Exploratório Mínimo. As apólices serão devolvidas à Companhia tão logo seja finalizada a análise dos dados adquiridos no programa sísmico.

Em paralelo, foram apresentadas garantias financeiras no valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) a fim de assegurar o compromisso de perfuração de 01 (um) poço em cada um dos contratos, com término em 23 de junho de 2022.

Os blocos da 14ª rodada (PN-T-117, PN-T-118, PN-T-119, PN-T-133 e PN-T-134), possuem um único período exploratório com um prazo de 6 anos, cujo início ocorreu em 2018. Nestes blocos a aquisição sísmica iniciará em 2020, após término do programa dos blocos PN-T-146 e PN-T-163. Estes dados promoverão o reconhecimento regional da área e serão suficientes para o cumprimento do PEM dos blocos da 14ª rodada.

Adicionalmente, cabe destacar que a Companhia venceu o 1º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente de Blocos Exploratórios e Acumulações Marginais, realizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) em 10 de setembro de 2019. Em atendimento às exigências do Edital de Licitação, foram encaminhadas à ANP garantias financeiras que asseguram o cumprimento do programa exploratório mínimo dos blocos PN-T-66, PN-T-67A, PN-T-102A, PN-T-68, PN-T-47 e PN-T-48A. As garantias já foram entregues à ANP e terão efetividade a partir da assinatura dos Contratos de Concessão, ocorridos em 14 de fevereiro de 2020. Os valores dessas garantias estão apresentados abaixo:

PEM com seguro garantia	Valor das garantias
PN-T-66	176
PN-T-67A	2.066
PN-T-102.A	6.894
PN-T-68	8.216
PN-T-47	11.666
PN-T-48. A	8.905

## 31. Eventos Subsequentes

### Reestruturação societária de subsidiária

Em 02 de janeiro de 2020, foi incorporada a Parnaíba I Geração de Energia S.A., titular das outorgas dos empreendimentos UTE Maranhão IV e UTE Maranhão V, pela Parnaíba Geração e Comercialização S.A (“PGC”). A PGC é a sociedade de propósito específico titular da outorga do empreendimento UTE Parnaíba 5A e 5B, conhecido como Projeto Fechamento de Ciclo das UTEs Maranhão IV e Maranhão V (“Parnaíba V”).

A reestruturação está em linha com o desenvolvimento estratégico da Companhia gerando uma melhor gestão dos contratos, controle de custos e despesas, simplificação da estrutura corporativa e aproveitamento de sinergias entre as empresas envolvidas, resultando na redução do número de empresas e custos relacionados a aspectos societários, tributários e regulatórios.

### Emissão de debêntures

Em 17 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 600.000 (seiscentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 4 (quatro) séries no montante total de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) (“Oferta”).

No dia 20 de fevereiro de 2020, foi realizado o procedimento de coleta de intenção de investimento (“bookbuilding”) onde foram alocadas debêntures na 1ª e 3ª séries.

Foi deferido pela CVM, no dia 05 de março de 2020, pedido da Companhia para desconsideração do protocolo dos documentos da Oferta realizado em 27 de fevereiro de 2020, contendo o resultado do procedimento de bookbuilding, motivado pela divulgação de fato relevante referente à proposta vinculante de combinação de negócios entre a Emissora e a AES Tiete Energia S.A (“Operação”).

No dia 13 de março de 2020, a Companhia procedeu com o pedido de cancelamento de registro da Oferta, em decorrência da conjuntura desfavorável de mercado.

### **Celebração do contrato de financiamento junto ao BASA**

O Banco da Amazônia S.A. (“BASA”), aprovou a proposta de financiamento de R\$ 1,0 bilhão (um bilhão de reais) para a Azulão Geração de Energia S.A. Os recursos serão destinados à construção, operação e manutenção do projeto integrado Azulão-Jaguatirica, que compreende a usina termelétrica UTE Jaguatirica II e a infraestrutura de produção e suprimento de gás a partir do campo de Azulão, na Bacia do Amazonas. A proposta de financiamento tem vencimento em até 196 meses da data de sua celebração e desembolso de recursos de acordo com o cumprimento de determinadas condições precedentes e cronograma do projeto.

Em 11 de fevereiro de 2020 foi realizada a celebração do contrato.

### **Proposta de Combinação de Negócios com AES Tietê**

Em 1º de março de 2020, a Companhia enviou proposta vinculante para combinação de negócios à AES Tietê Energia S.A. (“AES Tietê”). A Proposta apresentada ao Conselho de Administração da AES Tietê visa agregar os negócios das duas companhias (“Operação”), resultando na unificação das bases acionárias em uma companhia aberta listada, com sólido portfólio de ativos, recursos complementares e potencial de se beneficiar de significativas sinergias operacionais e financeiras.

A proposta é implementar a Combinação de Negócios por meio da incorporação ou incorporação de ações da AES Tietê pela Eneva, cuja estrutura deverá contemplar, ao final, (i) a entrega de ações de emissão da Eneva aos acionistas da AES Tietê; e (ii) o pagamento de uma parcela em dinheiro, pela Eneva ou por sociedade por ela controlada, aos acionistas da AES Tietê.

A Operação objeto da Proposta está sujeita (i) à aprovação pelos acionistas da Companhia e da AES Tietê reunidos em assembleia geral; (ii) à aprovação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; e (iii) à aprovação prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em continuidade à proposta de combinação de negócios, em 12 de março de 2020, foi comunicado à AES Tietê a aquisição de ações representativas de 0,5% do seu capital.

Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias contados a partir desta data e está condicionada a não ocorrência de alterações adversas relevantes nas condições de mercado ou nos negócios das companhias.

### **Efeito do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras**

A Companhia vem acompanhando o avanço da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) e não foram observadas até a data da apresentação das demonstrações financeiras nenhum impacto relevante nas atividades econômicas das principais áreas onde a Companhia atua. Embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos do vírus Covid-19.

A Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desse assunto e qualquer mudança iremos informar ao mercado.

**Conselho de Administração**

Jerson Kelman  
Presidente

José Aurélio Drummond Jr  
Vice-Presidente

**Conselheiros:**

Edwyn Neves  
Guilherme Bottura  
Lavinia Hollanda  
Marcelo Pereira Lopes de Medeiros  
Renato Antônio Secondo Mazzola

**Diretoria**

Pedro Zinner  
Diretor Presidente

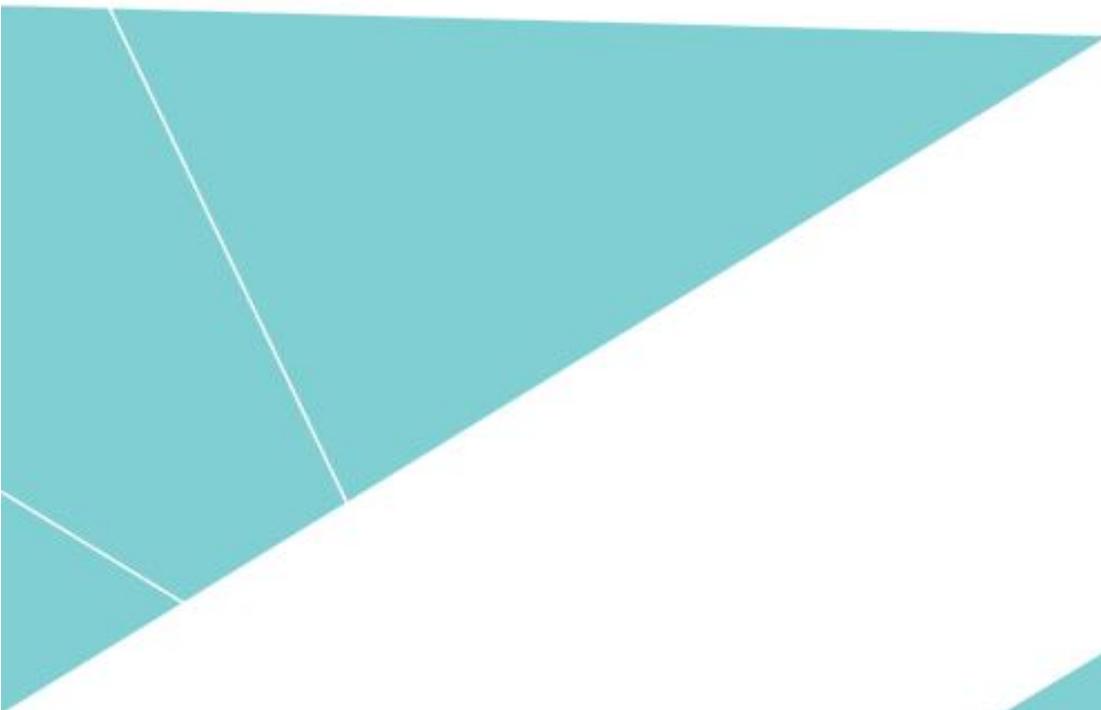
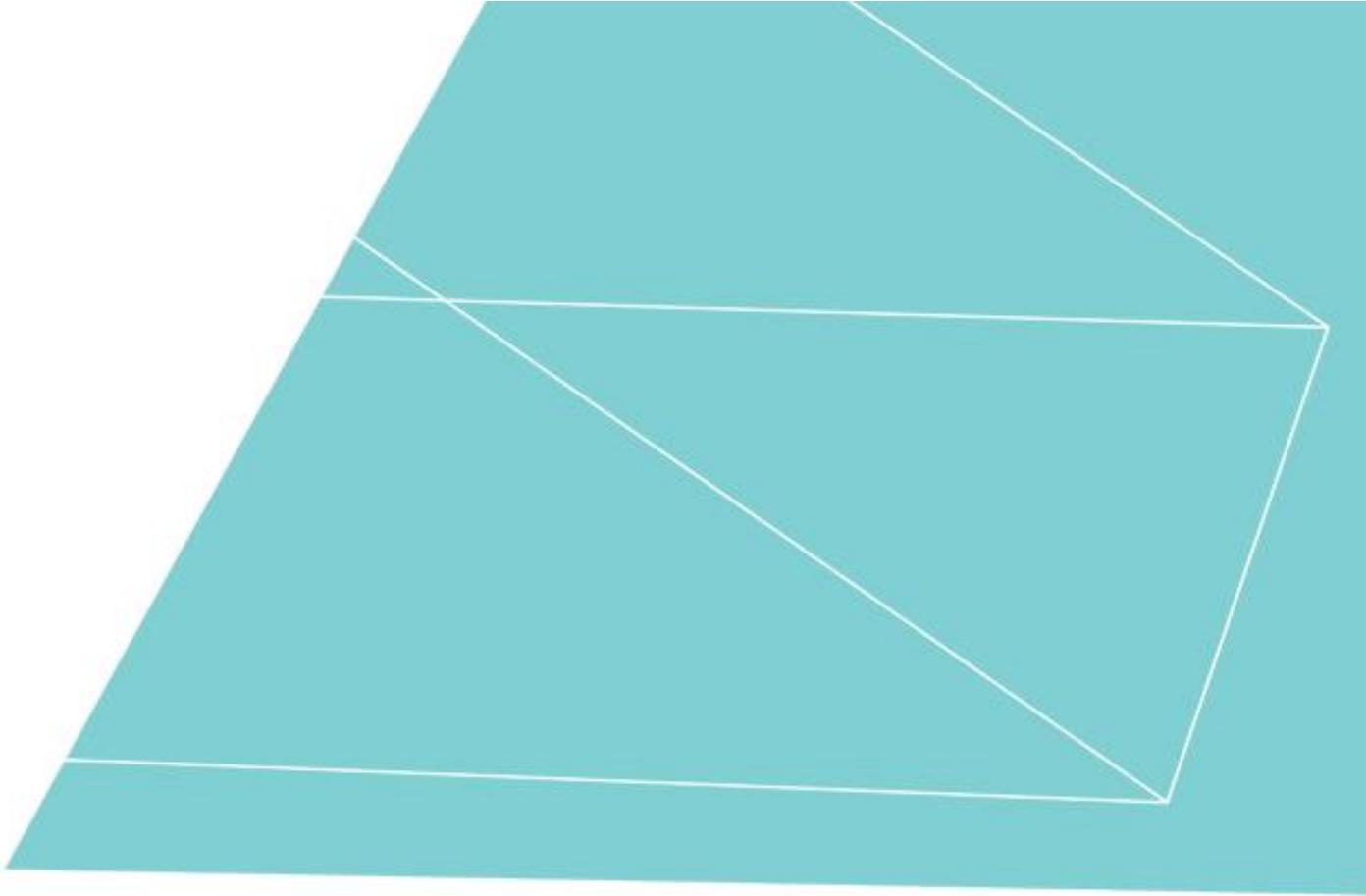
Lino Lopes Cançado  
Diretor

Marcelo Habibe  
Diretor

Luis Vasconcelos  
Diretor

Ana Paula Alves do Nascimento  
CRC-RJ 086983/O-0  
**Controller**

Bruno Campelo de Azevedo  
CRC-RJ 106648/O-9  
**Contador**



02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

## **20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, ela própria, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no próprio Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia era composto por 315.483.181 ações ordinárias, assim distribuídas:

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b> Posição em 31/12/2019				
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (em unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Controlador<sup>1</sup></b>	0	0,00	0	0,00
<b>Administradores</b>				
Conselho de Administração	159.758	0,05	159.758	0,05
Diretoria	316.972	0,10	316.972	0,10
<b>Conselho Fiscal<sup>2</sup></b>	0	0,00	0	0,00
<b>Ações em Tesouraria</b>	0	0,00	0	0,00
<b>Outros Acionistas</b>	315.006.451	99,85	315.006.451	99,85
<b>Total</b>	<b>315.483.181</b>	<b>100,00</b>	<b>315.483.181</b>	<b>100,00</b>
<b>Ações em Circulação<sup>3</sup></b>	315.006.451	99,85	315.006.451	99,85

<sup>1</sup> Com a homologação em 05/11/2015 do aumento de capital aprovado pela assembleia geral extraordinária, realizada em 26/08/2015, e com a notificação do término do acordo de acionistas entre DD Brazil S.à.R.L. ("E.ON") e Eike Fuhrken Batista e seus veículos de investimentos (em conjunto "Eike Batista"), conforme divulgado em comunicado ao mercado em 10/11/2015, a Companhia passou a ser uma sociedade de capital aberto sem controlador definido.

<sup>2</sup> Atualmente a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

<sup>3</sup> As ações em circulação desconsideram as ações detidas pelo Conselho de Administração e pela diretoria.

---

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

---

### **20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

No dia 26/05/2011 foi efetuado aumento de capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 24/03/2011, aumentando o número de ações da Companhia de 136.692.680 para 136.720.840, em decorrência do exercício das opções de subscrição de ações.

Em fevereiro de 2012 foi efetuado aumento do capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 29/02/2012, mediante a emissão de 9.633 novas ações, em decorrência da conversão de 6.383 debêntures das 21.735.744 debêntures emitidas pela Companhia em 15 de junho de 2011. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.720.840 para 136.730.473.

Em março de 2012 foi efetuado aumento do capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 21/03/2012, mediante a emissão de 984 novas ações, em decorrência da conversão de 649 debêntures, e mediante a emissão de 7.040 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.730.473 para 136.738.497.

Em maio de 2012 ocorreu um aumento do capital social, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 09/05/2012 em decorrência de (i) emissão de 4.112 novas ações, em decorrência da conversão de 2.701 debêntures; e (ii) emissão de 125.620 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.738.497 para 136.868.229.

No mesmo mês ocorreu um novo aumento do capital social, conforme a primeira Reunião do Conselho de Administração do dia 24/05/2012, ratificando a emissão de 33.254.705 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, em decorrência da conversão de 21.652.966 debêntures. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.868.229 para 170.122.934.

O Conselho de Administração da ENEVA aprovou em 24/05/2012 um aumento de capital da Companhia, no valor total de R\$ 1.000.000.063,00, mediante a emissão de 22.623.796 novas ações, entretanto as ações só passaram a existir após a conclusão do aumento de capital com consequente homologação do mesmo, que foi concluído em julho de 2012 e homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 25 de julho de 2012.

Em junho de 2012 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 15/06/2012, ratificando a emissão de 514 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, em decorrência da conversão de 334 debêntures. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 170.122.934 para 170.123.448.

Em 25/06/2012, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, aprovado em RCA realizada em 24/05/2012, às 11h, no valor de R\$1.000.000.063,00 (um bilhão e sessenta e três reais), dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e total integralização das 22.623.796 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pela E.ON AG ("E.ON"). Dessa forma, o número de ações da Companhia aumentou de 170.123.448 para 192.747.244.

---

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

---

### **20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

Nos termos da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 15/08/2012, os acionistas reunidos aprovaram, por unanimidade, o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio do qual cada 1 (uma) ação ordinária existente passou a corresponder a 3 (três) ações da mesma classe. Farão jus ao recebimento das ações desdobradas os acionistas da ENEVA com base na composição acionária de 15 de agosto de 2012. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 192.747.244 para 578.241.732.

Em janeiro de 2013 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 10/01/2013, ratificando a emissão de 147.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.389.212.

Em fevereiro de 2013 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 06/02/2013, ratificando a emissão de 27.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.416.212.

No entanto, ocorreu uma integralização parcial do valor financeiro do aumento de capital, de forma que o Capital Social em 31/03/2013 totalizasse R\$ 3.736.269.091,89, valor inferior ao apresentado na ata da Reunião do Conselho de Administração de 06 de fevereiro de 2013. O restante da integralização do valor financeiro do aumento de capital foi realizado após o fechamento do primeiro trimestre, fazendo com que o Capital Social totalizasse R\$ 3.736.354.722,02.

Em abril de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 05/04/2013, ratificando a emissão de 34.500 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.450.712. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 3.736.354.722,02 para R\$ 3.736.468.820,55.

Em maio de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 08/05/2013, ratificando a emissão de 29.250 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.479.962. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 3.736.468.820,55 para R\$ 3.736.568.320,85.

Em 16/09/2013, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de julho de 2013, no valor de R\$ 799.999.995,15, dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e total integralização de 124.031.007 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desta maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 578.479.962 para 702.510.969. O capital social da Companhia passou de R\$ 3.736.568.320,85 para R\$ 4.536.568.316,00.

Em outubro de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 21/10/2013, ratificando a emissão de 13.500 novas ações ordinárias, sem valor

---

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

---

### **20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 702.524.469. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 4.536.568.316,00 para R\$ 4.536.608.413,70.

Em 01/08/2014, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09/05/2014, no valor de R\$174.728.680,26, dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e integralização de 137.581.638 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Dessa maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 702.524.469 para 840.106.107. O capital social da Companhia passou de R\$4.536.608.413,70 para R\$4.711.337.093,96.

Em 05/11/2015, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26/08/2015, no valor de R\$2.300.531.398,65, em razão da subscrição e integralização de 15.336.875.991 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Dessa maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 840.106.107 para 16.176.982.098. O capital social da Companhia passou de R\$4.711.337.093,96 para R\$7.011.868.492,61.

Em 07/04/2016, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a realização do grupamento das atuais 16.176.982.098 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, na proporção de 100 ações ordinárias para 1 ação ordinária, passando o capital a ser composto por 161.769.820 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sem modificação do valor do capital social. Os acionistas da Companhia tiveram o prazo de 30 dias, compreendido no período entre 11/04/2016 e 11 /05/2016, para, a seu livre e exclusivo critério, ajustarem suas posições de ações em lotes múltiplos de 100 ações. As ações da Companhia passaram a ser negociadas em conformidade com as condições do grupamento a partir de 12/05/2016.

Em 03/10/2016, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02/08/2016, no valor de R\$1.160.379.150,00 (um bilhão, cento e sessenta milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e cinquenta reais), em razão da subscrição e integralização de 77.358.610 (setenta e sete milhões, trezentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e dez) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em decorrência da homologação parcial do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passou dos R\$7.011.868.492,61 (sete bilhões, onze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e um centavos), dividido em 161.769.820 (cento e sessenta e um milhões, setecentas e sessenta e nove mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$8.028.360.628,01 (oito bilhões, vinte e oito milhões, trezentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e oito reais e um centavo), dividido em 239.128.430 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e oito mil e quatrocentas e trinta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 11/09/2017, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de agosto de 2016 e homologado parcialmente pela Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03 de outubro de 2016 ("Homologação do Aumento"), e (b) a rerratificação da Homologação do Aumento, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2017, os quais resultaram na homologação de aumento de capital no valor de R\$ 1.016.492.135,40 (um bilhão, dezesseis milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, cento e trinta e cinco reais e quarenta centavos), mediante a emissão de 77.358.610 (setenta e sete milhões, trezentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e dez) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 05/10/2017, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de 75.862.069 (setenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e sessenta e nove) ações, ao Preço por Ação de R\$ 11,00, correspondendo ao montante de R\$834.482.759,00 (oitocentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e cinquenta e nove reais), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, as quais serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, com recursos imediatamente disponíveis, no ato da subscrição. Em razão do aumento ora aprovado, o capital social da Companhia passará de R\$8.028.360.628,01 (oito bilhões, vinte e oito milhões, trezentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e oito reais e um centavo), representado por 239.128.430 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e oito mil, quatrocentas e trinta) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.862.843.387,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e um centavo), representado por 314.990.499 (trezentos e quatorze milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 28/05/2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, no valor de R\$ 5.996.298,00 (cinco milhões, novecentos e noventa e seis mil, duzentos e noventa e oito reais), mediante a emissão de 285.538 (duzentas e oitenta e cinco mil, quinhentas e trinta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 21,00 (vinte e um reais) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações. O aumento de capital foi decorrente do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito dos Planos de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para executivos da Companhia. Em razão do aumento ora aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.862.843.387,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e um centavo), representado por 314.990.499 (trezentos e quatorze milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.868.839.685,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e um centavo), representado por 315.276.037 (trezentos e quinze milhões, duzentos e setenta e seis mil e trinta e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 14/08/2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, no valor de R\$ 1.242.934,78 (um milhão, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos), mediante a emissão de 47.386 (quarenta e sete mil, trezentas oitenta e seis) ações

ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 26,23 (vinte e seis reais e vinte e três centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03.08.2017, conforme alterado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02.08.2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. O aumento de capital foi decorrente do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito dos Planos de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para executivos da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.868.839.685,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e um centavo), representado por 315.276.037 (trezentos e quinze milhões, duzentos e setenta e seis mil e trinta e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.870.082.619,79 (oito bilhões, oitocentos e setenta milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e nove centavos) representado por 315.323.423 (trezentas e quinze milhões, trezentas e vinte e três mil, quatrocentas e vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 21/11/2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, no valor de R\$5.610.701,25 (cinco milhões, seiscentos e dez mil, setecentos e um reais e vinte e cinco centavos), mediante a emissão de 159.758 (cento e cinquenta e nove mil, setecentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 35,12 (trinta e cinco reais e doze centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Primeiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de agosto de 2016, conforme alterado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.870.082.619,79 (oito bilhões, oitocentos e setenta milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e nove centavos) representado por 315.323.423 (trezentas e quinze milhões, trezentas e vinte e três mil, quatrocentas e vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.875.693.321,04 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e um reais e quatro centavos) representado por 315.483.181 (trezentas e quinze milhões, quatrocentas e oitenta e três mil, cento e oitenta e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia até o nível de pessoa física:

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

**20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

Companhia: ENEVA S.A.	Posição em 31/12/2019			
	Ações ordinárias*		Total	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Banco BTG Pactual S.A.	72.410.101	22,95%	72.410.101	22,95%
Cambuhy I Fundo de Investimento em Ações	72.410.101	22,95%	72.410.101	22,95%
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda	15.793.261	5,01%	15.793.261	5,01%
Outros	154.869.718	49,09%	154.869.718	49,09%
<b>Total</b>	<b>315.483.181</b>	<b>100,00%</b>	<b>315.483.181</b>	<b>100,00%</b>

\*O Capital Social da ENEVA é composto apenas por ações ordinárias.

## **Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras**

### Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2020

Marcelo Habibe (CFO e Diretor de Relações com Investidores)

## **Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente**

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores

Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a conclusão expressa no relatório de revisão dos Auditores Independentes, datado em 23 de março de 2020, relativo às demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2020.

Marcelo Habibe (CFO e Diretor de Relações com Investidores)

**ENEVA S.A.**

CNPJ/MF nº 04.423.567/0001-21

NIRE 33.3.0028402-8

Companhia Aberta

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA  
REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2020**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 18 dias de março de 2020, às 11:00hs, na Praia de Botafogo, nº 501, Bloco I, 4º andar, CEP 22250-040, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** A reunião foi convocada nos termos do Estatuto Social da ENEVA S.A. ("Companhia") e da legislação aplicável e contou com a participação dos seguintes membros: Ricardo Baldin, Guilherme Bottura e Felipe Gottlieb, todos na forma do art. 14, parágrafo 13º. Como convidados, Thiago Freitas, Diretor Jurídico e GRC, Marcelo Habibe, Diretor Financeiro, Paula Alves, *Controller*, Bruno Campelo, Gerente de Controladoria e os representantes da KPMG Auditores Independentes, Luis Cláudio Araújo, Leandro Pereira e Adriane Farias.
- 3. MESA:** o Sr. Ricardo Baldin assumiu a presidência da mesa e designou a Sr. Thiago Freitas para atuar como Secretário.
- 4. ORDEM DO DIA:** Orientações gerais sobre o seguinte tema: **(i)** demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e relatório dos auditores independentes.
- 5. DISCUSSÕES:** Com relação ao tema incluído na ordem do dia, foi deliberado, por unanimidade, o seguinte:
  - (i) após a discussão e revisão de vários itens das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e do Relatório dos Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário deliberaram emitir o seguinte parecer: "O Comitê de Auditoria da Eneva S.A., tomou conhecimento e analisou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes. Com base em referida análise, e considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, este Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que aprove as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes".
- 6. ENCERRAMENTO E LAVRATURA:** Nada mais havendo a ser discutido, a reunião foi encerrada e a ata foi registrada, lida e assinada por todos os presentes.

*(Página de assinaturas da Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário da Eneva S.A. realizada em 18 de março de 2020 às 11h)*

Rio de Janeiro, 18 de março de 2020.

Mesa:

---

Ricardo Baldin  
Presidente

---

Thiago Freitas  
Secretário

Membros do Comitê:

---

Felipe Gottlieb

---

Guilherme Bottura